



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLAN TERR / MESTRADO PROFISSIONAL

LUCAS CAUÃ DE SOUZA MOTA

COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO
COMUNITÁRIO: O CASO DA COOPACT NA VILA DE TRACUPÁ, EM
TUCANO-BA

Feira de Santana/BA
2023

LUCAS CAUÃ DE SOUZA MOTA

**COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO
COMUNITÁRIO: O CASO DA COOPACT NA VILA DE TRACUPÁ, EM
TUCANO -BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientação: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Feira de Santana/BA
2023

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

M871c Mota, Lucas Cauã de Souza
Cooperativismo como ferramenta para o empoderamento comunitário: o caso da Coopact na Vila de Tracupá, em Tucano-BA
124p.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira Lima
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, 2023.

1. Economia popular solidária. 2. Cooperativismo. 3. Coopact - Tucano (BA). 4. Empoderamento comunitário. I. Lima, José Raimundo Oliveira, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 71(814.22)

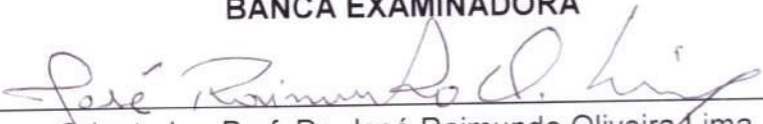
LUCAS CAUÃ DE SOUZA MOTA

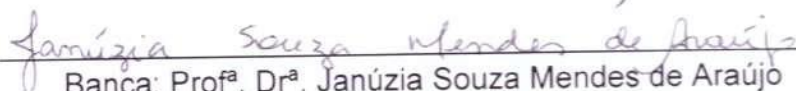
**COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO
COMUNITÁRIO: O CASO DA COOPACT NA VILA DE TRACUPÁ, EM
TUCANO-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

Aprovada em 10 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR


Banca: Profª. Drª. Janúzia Souza Mendes de Araújo
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Banca: Prof. Dr. Sérgio Henrique da Conceição
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Documento assinado digitalmente

SERGIO HENRIQUE DA CONCEICAO

Data: 10/07/2023 15:19:14-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Se você me der um peixe, você terá me alimentado por um dia. Se você me ensinar a pescar, então você terá me alimentado até que o rio esteja contaminado ou sua margem tenha sido ocupada pelo desenvolvimento. Mas se você me ensinar a me organizar, então, qualquer que seja o desafio, eu poderei me unir a meus pares e, juntos, inventaremos nossa própria solução.

Barefootguide (Coletivo Pés Descalços)

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Raimundo por me apresentar de forma tão inspiradora o universo da Economia Popular e Solidária e pela acolhida desde o período como aluno especial, agradeço pela parceria de sempre.

Ao professor Jânio pelas valiosas orientações, pela empatia, pela paciência e pelo esforço em descomplicar a metodologia de pesquisa, agradeço por ter me feito reestruturar tantas vezes aquele projeto e deixá-lo muito melhor.

Às professoras Elisângela e Jocimara pelas aulas interessantes, pela aprendizagem significativa e por não nos deixar esquecer do papel social da universidade, agradeço também ao professor Onildo pelos esclarecimentos com relação aos produtos do mestrado.

À Renatinha, Maiane, meus pais e amigos por me encorajarem a encarar um mestrado e dar continuidade aos meus estudos.

À Ledna, Jackeline e Michele pela compreensão e apoio, vocês são as melhores chefes que se poderia ter.

Aos membros da Coopact e moradores da Vila de Tracupá pela receptividade, pela simpatia e pela colaboração participando desta pesquisa, vocês tornaram este trabalho possível.

Aos colegas da turma 08 pela solidariedade e troca de experiências, aprendi muito com vocês nessa caminhada, especialmente Anselmo pelo grande auxílio na elaboração dos mapas.

Não posso esquecer de Juci nossa secretária e psicóloga pelo suporte, paciência e presteza em sempre nos auxiliar nas nossas demandas.

À professora Janúzia e ao professor Sérgio pelo suporte, encorajamento e por terem disponibilizado seu valioso tempo para fazer aquelas valiosas correções, obrigado por me mostrarem novos caminhos e possibilidades para essa produção.

E um agradecimento especial aos meus companheiros de guerra Diego, James e Monira, pelo suporte técnico e emocional, pelo companheirismo, pela amizade, pelas risadas e por não terem deixado que eu desistisse no meio do caminho, obrigado por existirem.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Economia Popular e Solidária.....	25
Figura 02 – Princípios que orientam a avaliação do empoderamento na prática.....	35
Figura 03 – Fluxograma do percurso metodológico.....	41
Figura 04 – Vista aérea do município de Tucano, Bahia, 2020.....	46
Figura 05 – Mapa de localização do município de Tucano no Território do Sisal, Bahia, 2022.....	48
Figura 06 – Pontos turísticos do município de Tucano, Bahia (2020).....	54
Figura 07 – Vista aérea da vila de Tracupá, Tucano, Bahia, 2020.....	56
Figura 08 – Mapa de localização da vila de Tracupá no município de Tucano, Bahia, 2020.....	57
Figura 09 – Locais de fabricação e comercialização de artefatos de couro no distrito de Tracupá, Tucano, Bahia (2015)	58
Figura 10 – Interior da COOPACT, Tucano, Bahia, 2020	59
Figura 11 – Mapa de Localização da COOPACT no distrito de Tracupá, Tucano, 2021.....	60
Figura 12 – Produtos confeccionados pela COOPACT, Tucano, Bahia (2022).....	61
Figura 13 – Fachada da loja Tracupá Couro, Tucano, Bahia (2022).....	62
Figura 14 – Galpões Multifuncionais do Programa Indústria Cidadã (2008).....	63
Figura 15 – Versão inicial e versão reformulada da logo da COOPACT, 2022.....	64
Figura 16 – Logo da loja Tracupá Couro, Tucano, Bahia (2022).....	65

Figura 17 – Cerimônia de recebimento do veículo, COOPACT, Tucano, Bahia (2017)	66
Figura 18 – Imagens da 6ª Feira de Artefatos de Couro e Produtos da Agricultura Familiar em Tracupá, Tucano, Bahia (2019).....	67
Figura 19 – Produção emergencial de máscaras artesanais, COOPACT, Tucano, Bahia, 2019	68
Figura 20 – Organograma funcional da COOPACT.....	69
Figura 21 – Nuvem de palavras.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Tucano: Evolução da população (1970 - 2020)	49
Gráfico 02 – Tucano: Evolução da população urbana e rural (1970 - 2010)	50
Gráfico 03 – Tucano: Pirâmide Etária (2010)	51
Gráfico 04 – Tucano: Quantitativo da população por cor ou raça (2010)	52
Gráfico 05 – Quantitativo de indicadores classificados por nível.....	85
Gráfico 06 – Comparação dos resultados de empoderamento individual e comunitário.....	95
Gráfico 07 – Relação de motivos que denotam a importância da cooperativa e quantidade de menções.....	98
Gráfico 08 – Quantitativo de ações realizadas pela cooperativa que beneficiaram os participantes da pesquisa.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Índice de Gini de Tucano, Bahia (1991, 2000, 2010)	53
Tabela 02 – Habitantes sem acesso a água encanada e esgotamento sanitário em Tucano, Bahia (2019)	53
Tabela 03 – Distribuição dos participantes por gênero.....	72
Tabela 04 – Faixa etária dos participantes.....	73
Tabela 05 – Tempo em que os participantes residem na vila.....	73
Tabela 06 – Grau de instrução dos participantes.....	74
Tabela 07 – Renda média mensal individual dos participantes.....	75
Tabela 08 – Renda média mensal familiar dos participantes.....	75
Tabela 09 – Ranking dos termos associados ao empoderamento.....	76
Tabela 10 – Nível de empoderamento individual.....	94
Tabela 11 –Nível de empoderamento comunitário.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Diferenças entre o sistema capitalista e a Economia Solidária.....	24
Quadro 02 – Evolução dos princípios cooperativistas segundo a aliança cooperativa internacional.....	28
Quadro 03 – Documentos utilizados na pesquisa.....	42
Quadro 04 – Evolução histórica do município de Tucano, Bahia.....	46
Quadro 05 – Direitos e deveres dos associados da COOPACT.....	70
Quadro 06 – Variáveis e indicadores de empoderamento individual e comunitário.....	77
Quadro 07 – Indicadores/sentenças de empoderamento individual e comunitário	79
Quadro 08 – Valores das opções de resposta	81
Quadro 09 – Níveis de empoderamento estabelecidos por intervalo.....	82
Quadro 10 – Níveis de empoderamento por indicador.....	82
Quadro 11 – Níveis por variável.....	85
Quadro 12 – Depoimentos dos moradores com relação à importância da coopact, 2022.....	96
Quadro 13 - Síntese das da cooperativa sob a ótica do empoderamento.....	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGECOM	Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura de Salvador
AICT Couro	Associação de Integração Comunitária de Tracupá
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
COOPACT	Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPS	Economia Popular e Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG	Indicação Geográfica
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
MEDE	Melhoria do Desempenho Empresarial
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAP	Pesquisa-ação-participante
PLANTEER	Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCOMPI	Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias
PROMER	Programa de Implementação de Projetos de Apoio à Produção
SDE	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico
SDR	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAETC	Serviços em Inovação e Tecnologia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria estadual do Planejamento
SNIS	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento

SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

RESUMO

O empoderamento é um conceito polissêmico que tem como ponto central o processo de aumento de poder e autonomia de indivíduos e grupos, os quais muitas vezes se encontram oprimidos, marginalizados, discriminados e/ou socialmente dominados. A literatura sugere que a Economia Popular e Solidária, em especial o cooperativismo, traz contribuições relevantes para o processo de empoderamento, colaborando com a construção e o fortalecimento de vínculos de confiança e solidariedade, favorecendo o protagonismo dos atores locais e projetando seus resultados para a comunidade. Nesta perspectiva, a fim de compreender as possíveis relações entre a atividade cooperativista e o processo de empoderamento, realizou-se um estudo de caso, o qual objetivou analisar os reflexos da atuação e do contexto operacional da Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá (COOPACT) no nível de empoderamento dos moradores da vila de Tracupá, município de Tucano-BA. Para análise das ações e contexto operacional da cooperativa foi utilizada a análise documental e entrevista semiestruturada com o gestor da cooperativa e, para avaliação do nível de empoderamento dos moradores da Vila de Tracupá, foram utilizados questionários baseados em um conjunto de variáveis e indicadores relacionados ao empoderamento individual e comunitário propostos por SOLER (2014) e adaptados por HURTADO (2021). Os resultados da pesquisa permitiram inferir que população do distrito de Tracupá apresentou nível de empoderamento individual e comunitário acima da média na maioria das variáveis observadas, havendo vários indícios que a atuação da cooperativa tenha repercutido positivamente no empoderamento dessa comunidade.

Palavras-chave: Empoderamento; Economia Popular e Solidária; Cooperativismo.

ABSTRACT

Empowerment is a polysemic concept that has as its central point the process of increasing the power and autonomy of individuals and groups, which are often oppressed, marginalized, discriminated against and/or socially dominated. The literature suggests that the Popular and Solidarity Economy, especially cooperativism, brings relevant contributions to the empowerment process, collaborating with the construction and strengthening of bonds of trust and solidarity, favoring the protagonism of local actors and projecting their results to the community. In this perspective, in order to understand the possible relationships between the cooperative activity and the empowerment process, a case study was carried out, which aimed to analyze the reflections of the performance and operational context of the Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá (COOPACT) on the level of empowerment of residents of the village of Tracupá, municipality of Tucano-BA. Documentary analysis and semi-structured interviews with the cooperative manager were used to analyze the actions and operational context of the cooperative, and to assess the level of empowerment of residents of Vila de Tracupá, questionnaires were used based on a set of variables and indicators related to the individual and community empowerment proposed by SOLER (2014) and adapted by HURTADO (2021). The results of the research allowed us to infer that the population of the Tracupá district presented an above-average level of individual and community empowerment in most of the observed variables, with several indications that the cooperative's performance had a positive impact on the empowerment of this community.

Keywords: Empowerment; Popular and Solidarity Economy; Cooperativism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA AO EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES: DEFINIÇÕES E PONTOS DE CONVERGÊNCIA.....	22
2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA.....	22
2.1.1 Economia Popular.....	22
2.1.2 Economia Solidária.....	23
2.1.3 Economia Popular Solidaria.....	25
2.2 COOPERATIVISMO: PRINCÍPIOS, CONCEITOS E ANTECEDENTES.....	26
2.3 CONCEPÇÕES E ABORDAGENS SOBRE EMPODERAMENTO.....	30
2.3.1 O processo de avaliação do empoderamento.....	34
2.4 A COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO NO ESPAÇO COMPARTILHADO.....	38
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO.....	41
4 CONHECENDO O LÓCUS E OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	45
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUCANO-BA.....	45
4.2 A VILA DE TRACUPÁ: A TERRA DO COURO.....	55
4.3 A COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARTEFATOS DE COURO DA COMUNIDADE DE TRACUPÁ.....	58
5 REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE COOPERATIVISTA E SEUS IMPACTOS NO EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO EM TRACUPÁ.....	71
5.1 SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	71
5.2 O QUE PENSAM OS MORADORES SOBRE O CONCEITO DE EMPODERAMENTO.....	75
5.3 AVALIANDO O EMPODERAMENTO.....	77
5.3.1 Resultados por indicador.....	82
5.3.2 Resultados por variável.....	85
5.3.3 Resultados por dimensão.....	93

5.4 DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES E CONTEXTO OPERACIONAL DA COOPACT À LUZ DO EMPODERAMENTO.....	95
5.4.1 Análise do contexto operacional da cooperativa.....	95
5.4.2 Análise das ações da cooperativa.....	99
5.4.3 Recomendações do estudo.....	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES.....	120
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO MORADOR.....	121

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de crise do trabalho, aprofundamento da pobreza e ampliação da desigualdade social, o empoderamento de indivíduos, grupos e comunidades ganha cada vez mais relevância, representando uma temática comum nas discussões e nas iniciativas orientadas ao processo de emancipação social¹. (BAQUERO, 2005).

O empoderamento é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, sendo um termo bastante difundido e utilizado por movimentos sociais de cunho identitário, como os movimentos em prol dos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Trata-se de um conceito polissêmico, cujas diferentes facetas remetem suas variadas origens, embora seus significados tenham como ponto central o processo de aumento de poder, integração e autonomia de indivíduos e grupos, os quais muitas vezes se encontram oprimidos, marginalizados, discriminados e/ou socialmente dominados. (OAKLEY; CLAYTON, 2003)

A literatura sugere que a Economia Popular e Solidária traz contribuições relevantes para o processo de empoderamento, oferecendo novas perspectivas na superação de barreiras impostas pelo capitalismo neoliberal² e pela globalização da pobreza³, além de possibilitar a construção de projetos coletivos que sejam ao mesmo tempo eficientes do ponto de vista produtivo, socialmente úteis e fundamentados na gestão solidária voltada para o desenvolvimento local. (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004; SINGER, 2002; SIMON e BOEIRA, 2017)

Dentre as diversas iniciativas e organizações que integram a Economia Popular e Solidária, as cooperativas estão entre as que apresentam maior potencial para a promoção do empoderamento, colaborando com a construção e o fortalecimento de vínculos de confiança e solidariedade, favorecendo o protagonismo dos atores locais e projetando seus resultados para a comunidade onde estão inseridas. (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000; VEDANA, 2020)

Nesta perspectiva, quando as comunidades se encontram sistematicamente desfavorecidas por falta de acesso à educação, informação, redes e recursos importantes como capital e trabalho, as iniciativas que encorajam a cooperação e o compartilhamento de recursos são essenciais para empoderar essas comunidades, corroborando a importância e o

¹ O conceito de emancipação social possui uma raiz filosófica ampla, sendo a mais difundida a de origem Marxista, que relaciona a emancipação à ideia de liberdade. (PACIEVITCH, 2013)

² Araújo e Bresser-Pereira (2010) definem o capitalismo neoliberal como a variante do liberalismo econômico na era da globalização.

³ Em seu livro intitulado *A Globalização da Pobreza*, o economista Michel Chossudovsky discute acerca de uma nova ordem mundial que se alimenta da pobreza humana e da destruição do meio ambiente, gera o apartheid social, incentiva o racismo e as lutas étnicas e mina os direitos das mulheres.

potencial da Economia Popular e Solidária, materializada através do cooperativismo, no processo de conscientização e mobilização coletiva na luta por melhores condições de vida, com mudanças que podem envolver efetivamente os atores sociais.

No contexto do Distrito de Tracupá, localizado na zona rural do município de Tucano-Ba, a escassez de recursos, a dificuldade de acesso a serviços essenciais e o desemprego são problemáticas frequentes, de modo que a comunidade tradicionalmente atua com a confecção e comercialização de artefatos de couro na tentativa de garantir sua subsistência, vislumbrando no cooperativismo uma alternativa na busca por melhores condições de vida.

O símbolo do cooperativismo em Tracupá é a Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá (COOPACT), que vem atuando na reestruturação da cadeia produtiva do couro, agregando valor ao produto através do aperfeiçoamento da produção, reduzindo custos e alcançando novos mercados, melhorando a renda dos cooperados e trazendo uma maior visibilidade e representatividade para a comunidade.

A escolha por estudar o empoderamento no contexto do cooperativismo em Tracupá se deu durante a atuação deste pesquisador enquanto docente na rede pública estadual de ensino. Neste período foram realizadas visitas técnicas à COOPACT para que os alunos pudessem visualizar na prática a atividade cooperativista, e, nestas visitas, por meio de observações e conversas informais com cooperados, moradores e donos de estabelecimentos comerciais locais, percebeu-se indícios de que a atuação desta cooperativa possa ter repercutido no empoderamento dessa comunidade, constituindo assim um importante ponto de partida para uma melhor compreensão da relação entre o cooperativismo e o processo de empoderamento.

Considerando então as possíveis repercussões da atividade cooperativista na comunidade, no que tange os aspectos relacionados ao empoderamento, pretendeu-se responder à seguinte questão: até que ponto a atuação da COOPACT contribuiu no empoderamento comunitário na vila de Tracupá?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar atuação e o contexto operacional da Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá (COOPACT) na vila de Tracupá, município de Tucano-BA, e seus reflexos no nível de empoderamento dessa comunidade. Para tanto, os objetivos específicos compreendem: (a) caracterizar a COOPACT no que se refere ao seu histórico, estrutura e características; (b) identificar as ações realizadas pela cooperativa para a comunidade local; (c) avaliar os níveis de empoderamento individual e comunitário através de indicadores; (d) elaborar um diagnóstico das ações da COOPACT à luz do empoderamento.

Além deste capítulo introdutório e das considerações finais, esta produção está estruturada em outros quatro capítulos:

O Capítulo 2 traz uma discussão teórica acerca da Economia Popular Solidária, do cooperativismo, do empoderamento e do processo de avaliação do empoderamento, além discutir acerca das convergências entre cooperativismo e o processo de empoderamento individual e comunitário.

O Capítulo 3 apresenta o percurso metodológico com as etapas da pesquisa, bem como sua natureza, tipo de abordagem, instrumentos de coleta de dados, além dos procedimentos de análise e apresentação de resultados.

O Capítulo 4 traz uma breve caracterização do Município de Tucano e do Distrito de Tracupá, onde está localizado o objeto de pesquisa, a COOPACT. Além disso este capítulo também apresenta os participantes da pesquisa, os moradores do distrito de Tracupá.

O Capítulo 5 apresenta os resultados da pesquisa, trazendo o perfil da amostra, a percepção desses participantes sobre o conceito de empoderamento, os resultados da avaliação do empoderamento e o diagnóstico das ações e do contexto operacional da cooperativa sob a ótica do empoderamento. Com base nesses resultados, esse capítulo também traz algumas recomendações para que a cooperativa em estudo possa atuar na manutenção e aprimoramento dos níveis de empoderamento individual e comunitário em Tracupá.

2 DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA AO EMPODERAMENTO DAS COMUNIDADES: DEFINIÇÕES E PONTOS DE CONVERGÊNCIA

2.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

2.1.1 Economia Popular

A economia popular pode ser vista como uma forma de organização econômica em que seus membros, excluídos do sistema econômico e muitas vezes sem acesso a emprego decente, educação e saúde, buscam formas alternativas de subsistência, passando a desenvolver diversas atividades econômicas que envolvem a troca, o desenvolvimento de diferentes processos produtivos, o financiamento e o consumo de bens e serviços, com relações e valores que são diferenciados dos modos convencionais de produção hegemônicos como o capitalista (Coraggio, 2000).

Essa perspectiva é corroborada por TIRIBA & ICAZA (2003) quando apontam que a economia popular surge como uma resposta dos setores populares da sociedade às mudanças na conjuntura econômica, com vistas a garantir, através da utilização da sua própria força de trabalho e dos meios disponíveis, a satisfação de suas necessidades básicas, tanto materiais, como imateriais, e por GOGOLA (2007), quando reforça que a economia popular não se orienta prioritariamente pela lógica do mercado, a qual é pautada pela acumulação e competição, mas sim pela reciprocidade e pela partilha de benefícios e com vistas à sobrevivência.

Razeto (1993) classifica a Economia Popular em 5 grandes grupos:

- (1) soluções emergenciais, como mendicância de rua, integração em assistência pública ou privada para pessoas em extrema pobreza etc.;
- (2) atividades ilegais, como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas etc.;
- (3) iniciativas individuais informais, como comércio ambulante, serviços domésticos etc.;
- (4) microempresas e pequenos negócios individuais ou familiares (lojas de bairro, oficinas de costura etc.);
- (5) empresas associativas, como cooperativas, empresas geridas por trabalhadores, entre as quais se verificam as Organizações Econômicas Populares (OEP's).⁴

⁴ Organizações Econômicas Populares são pequenos grupos que buscam, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos e outras organizações populares (ICAZA & TIRIBA apud CATTANI, 2003)

Para Razeto (1993) essas últimas instituições representam o cerne da economia popular por terem uma organização alternativa ao capital, apresentando um modo de produzir, consumir e comercializar diferente da lógica hegemônica de mercado. Esta visão é complementada pela ideia de que os agentes em questão operam nas margens, fora da lógica da economia “formal”, seja ela privada ou pública, e que eles se ajustam para compensar as mudanças naquela economia.

Icaza e Tiriba 2003, destacam dois aspectos fundamentais da economia popular, o primeiro é uma “dimensão que transcende a obtenção de ganhos materiais e à vincula a reprodução ampliada da vida”, e o segundo aspecto é que esta economia emerge dos setores populares, muitas vezes marginalizados, os quais buscam sair de sua situação de exclusão econômica e social e conseguir desenvolver-se como membros da sociedade.

É válido ressaltar que, por estarem muitas vezes à margem do mercado de trabalho formal, muitos dos membros da economia popular estão alheios a uma série de direitos econômicos e sociais, sem salários ou renda estável e sem vínculos que lhe confirmam benefícios ou garantias trabalhistas, estando profundamente suscetíveis a disponibilidade de sua própria força de trabalho, ou seja, caso estejam incapazes de realizar seu trabalho possivelmente não conseguiriam manter seu padrão de vida.

2.2 Economia Solidária

De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, a Economia Solidária pode ser definida como “um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”, sendo um modelo que vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.

Singer (2002, p. 10), reforça que a:

Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade.

A economia solidária surge então como uma forma de organização econômica que busca promover um outro sistema com valores diferentes dos predominantes na economia

2 – Da Economia Popular Solidária ao empoderamento das comunidades: definições e pontos de convergência

convencional, enquanto modelo que aposta e investe na transformação social e no compromisso com o entorno, organizando a produção, a troca, a comercialização e o consumo, através de outros parâmetros como cooperação solidária, equidade, democracia e sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, conforme aponta SPIES (2007):

um grupo de Economia Solidária deve ser formado por pessoas comprometidas, autônomas, participativas. O conhecimento de seus membros deve ser partilhado em benefício de todos. As decisões devem ser democráticas, os negócios e a prestação de contas devem ser transparentes, e não deve haver muita diferença na remuneração. Trato igualitário entre homens e mulheres também é importante. Levar em conta as questões ambientais, se engajar na comunidade e ter compromisso na construção de um mundo mais justo são questões fundamentais. Valores como solidariedade, entre-ajuda e cooperação devem estar sempre presentes

Alicerçando-se em valores e iniciativas como o comércio justo, consumo consciente, cooperação, autogestão e respeito ao meio ambiente, a economia solidária é então uma forma diferente de entender a economia, pois coloca as pessoas e o meio ambiente no centro, valorizando as necessidades, habilidades e a contribuição de pessoas, estabelecendo processos econômicos intimamente ligados às suas realidades, e reinvestindo os lucros gerados em benefício da própria sociedade, seguindo caminhos opostos ou alternativos aos sistemas hegemônicos como o capitalista.

Corroborando com essa perspectiva, a Cartilha intitulada ‘Outro consumo é possível’ elenca uma série de fatores que diferenciam a economia solidária do sistema capitalista, os quais são apresentados no quadro 01 a seguir:

QUADRO 01 – DIFERENÇAS ENTRE O SISTEMA CAPITALISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

SISTEMA CAPITALISTA	ECONOMIA SOLIDÁRIA
Utiliza-se o “eu”	Utiliza-se o “nós”
Tudo pelo lucro e a propriedade	Tudo pela vida
Esperteza, egoísmo e individualismo	Solidariedade, fraternidade
Competição e concorrência – eliminar pessoas ou grupos	Cooperação – acolher e agregar pessoas ou grupos
Trabalho humano é mercadoria	Trabalho humano é construtor de vida
Acumulação de riqueza, propriedade privada	Partilha de bens, propriedade coletiva
Natureza é mercadoria e precisa ser explorada	Natureza é vida e precisa ser cuidada

2 – Da Economia Popular Solidária ao empoderamento das comunidades: definições e pontos de convergência

Hierarquia	Autogestão
Patriarcado	Homem e mulher participam em igualdade

Fonte: Adaptado da Cartilha 'Outro consumo é possível'⁵

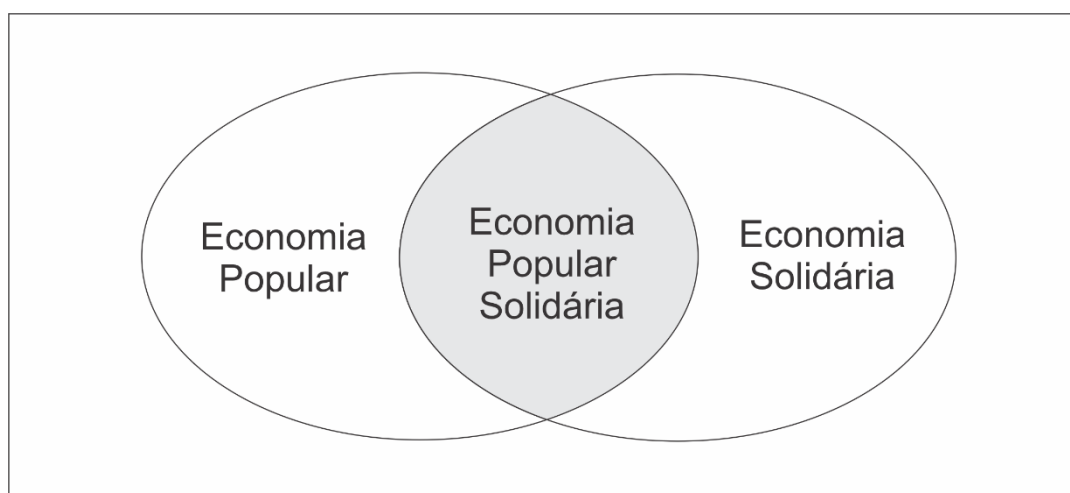
2.3 Economia popular solidária

A Economia Popular Solidária é uma forma de organização de pessoas que buscam o bem comum e cuja base de desenvolvimento é o companheirismo e a produtividade inclusiva, participativa e equitativa; ou seja, não busca o lucro ou a lucratividade individual, mas sim o crescimento coletivo de uma comunidade.

Esses empreendimentos, que assumem formas variadas de organização (cooperativas, associações, grupos informais), pautam-se pela gestão coletiva, a propriedade comum dos meios de produção e as relações de trabalho normatizadas pelos princípios de autogestão, participação, cooperação, desenvolvimento humano e igualitarismo. (CARLEIAL, 2003)

Pode-se dizer que a Economia Popular Solidária integra então tanto elementos da Economia Popular quanto da Economia Solidária, em outras palavras, estão presentes aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular, com vistas à geração de renda por meio de trabalho coletivo (Figura 01). (GOERCK ; FRAGA, 2010).

FIGURA 01 – ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA



Fonte: Adaptado de GOERCK; FRAGA (2010).

⁵ Disponível em: https://issuu.com/cefuria-centrodeformacaourbanorural/docs/cartilha_outro_consumo_possivel. Acesso em: 12/05/2022

GALLO, ET AL. (2002) considera que a Economia Popular e Solidária emerge como alternativa nesse processo de reestruturação do capital e industrialização que criou um contingente de desempregados e trabalhadores em condições cada vez mais precarizados. Segundo os autores, a parcela da população que mais sofre com estas consequências é a mais carente, tanto economicamente quanto em termos educacionais. São pessoas que perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva que precariza cada vez mais as condições de trabalho, não gerando novos postos de ocupação e não tendo chances de desenvolvimento social e cultural dentro de uma sociedade desigual.

Para LIMA (2010), a economia popular e solidária torna-se uma dimensão indispensável à politização e ao empoderamento, rompendo as amarras impostas pelo contrato social moderno e conscientizando sobre a importância do trabalho como elemento central e político para um processo histórico, dialético, articulado à educação popular a partir dos movimentos populares com base em alguns princípios necessários para viabilizar a sustentabilidade das comunidades.

2.2 COOPERATIVISMO: PRINCÍPIOS, CONCEITOS E ANTECEDENTES

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as cooperativas são associações de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrativa e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

O cooperativismo surge como alternativa para o desenvolvimento local, enquanto estratégia pautada na união e colaboração, visando atingir objetivos e ganhos coletivos. O termo provém da palavra cooperação, constituindo uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação. (OCEPAR, 2006)

Quando se fala na origem do cooperativismo é comum retratar a experiência da cooperativa de Rochdale, fundada 1844 no norte da Inglaterra durante a revolução industrial, onde em meio a um processo de transição dos modos de produção, que também acarretou na miséria e exclusão de vários trabalhadores, um pequeno grupo se reuniu e formou uma

cooperativa de consumo para que pudesse obter produtos a um preço mais acessível, criando um conjunto de princípios pelos quais governaram sua nova cooperativa, promovendo educação e treinamento contínuo para si mesmos, valores que seriam os precursores dos princípios cooperativos. (BIALOSKORSKI NETO, 2006)

Esse fato é considerado o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno. A base doutrinária dos estatutos desses cooperativistas pioneiros norteará toda organização cooperativa até os dias de hoje, sendo adotada e propagada pela Aliança Cooperativa Internacional e pelas organizações cooperativas em nível nacional. (BIALOSKORSKI NETO, 2006, P. 28).

Rech (2000, p. 22), considera a cooperativa como uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato da mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.

De acordo com Braúna (2016), o cooperativismo é norteado por uma série de princípios, os quais são resultado de muitos debates e discussões que ocorreram nos congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) ao longo de 100 anos, desde os princípios estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale até chegar aos atuais. No quadro 02 é possível observar algumas das mudanças dos princípios cooperativistas ocorridas nos eventos realizados em 1937, 1966 e 1995.

QUADRO 02 – EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS SEGUNDO A ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL

EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO			
Estatuto de 1844 (Rochdale)	Congressos da Aliança Cooperativa Internacional		
	1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
1. Adesão Livre;	1. Adesão aberta;	1. Adesão Livre	1. Adesão Livre e
2. Gestão Democrática;	2. Controle ou Gestão	(inclusive neutralidade	Voluntária;
3. Retorno pró-rata das	Democrática;	política, religiosa, racial	2. Gestão
Operações;	3. Retorno pró-rata das	e social);	Democrática;
4. Juro Limitado ao	Operações;	2. Gestão Democrática;	3. Participação
Capital investido;	4. Juros Limitados ao	3. Distribuição das	Econômica dos
5. Vendas a Dinheiro	Capital;	Sobras:	Sócios;
6. Educação dos	b) Métodos Essenciais	a) desenvolvimento da	4. Autonomia e
Membros;	de Ação e Organização:	cooperativa;	Independência;
7. Cooperativização	5. Compras e Vendas à	b) aos serviços comuns;	5. Educação,
Global;	Vista;	c) aos associados pró-	Formação e
	6. Promoção da	rata das operações;	Informação;
	Educação;	4. Taxa Limitada de	6. Intercooperação;
	7. Neutralidade Política	Juros ao Capital Social;	7. Preocupação com a
	e Religiosa;	5. Constituição de	Comunidade;
		Um fundo para a	
		educação dos	
		associados e do público	
		em geral;	
		6. Ativa cooperação	
		entre as cooperativas;	

Fonte: Adaptado de Pereira et al. (2002).

Ao observar o Quadro 02, percebe-se que as mudanças realizadas nos princípios cooperativistas realçam ainda mais características que diferenciam as cooperativas das organizações empresariais capitalistas. Alguns dos princípios de Rochdale permaneceram até a versão mais recente de 1995 como a adesão livre, gestão democrática, retorno pro-rata e juro limitado ao capital (incorporados ao princípio da participação econômica), educação e cooperação e a adição do princípio da preocupação com a comunidade, na versão de 1995, reforça ainda mais a diferença entre esses dois tipos de organização, prevendo que as cooperativas devem proporcionar um retorno positivo a comunidade onde está inserida.

De acordo com Borges (2001), as cooperativas modernas seguem os princípios elencados em 1995, que são:

- (1) Adesão livre e voluntária: Esse princípio indica que as cooperativas aceitam todas as pessoas aptas, sem distinção de gênero, etnia, filiação política, crenças ou classe social, que aceitem as responsabilidades envolvidas no processo, tendo a liberdade para deixar a cooperativa sem prejuízo.
- (2) Gestão democrática: Todas as decisões são aprovadas por maioria e cada pessoa tem direitos iguais de voto, ou seja, cada membro representa um voto mesmo se um associado contribuir com mais dinheiro ou mais trabalho do que outro.
- (3) Participação econômica dos membros: todos os membros da cooperativa devem contribuir economicamente, e o controle e distribuição dos recursos e benefícios econômicos é adequado e proporcional para seus membros.
- (4) Autonomia e independência: As cooperativas pertencem aos seus membros, que são os únicos que podem decidir o que deve ser feito, isso significa que eles são independentes e mesmo em acordos ou negócios com o governo ou empresas privadas, esta sempre será gerenciada e dirigida apenas por seus associados.
- (5) Educação, formação e informação: Cooperativas devem fornecer educação e treinamento para seus membros, mantendo-os sempre informados, este princípio beneficia o crescimento pessoal dos membros e, portanto, contribuem para o desenvolvimento efetivo e contínuo das cooperativas.
- (6) Intercooperação: As cooperativas devem buscar ajuda mútua e colaborar umas com as outras, desta forma, elas serão fortalecidas.
- (7) Interesse pela comunidade: Embora as cooperativas existam para beneficiar seus membros, este princípio reafirma o compromisso das cooperativas com as comunidades onde estão inseridas, privilegiando-as com o desenvolvimento de ações ou políticas.

Cristofolini (2014) aponta que esses princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus valores à prática e exprimem o elevado sentido do sistema cooperativo. Eles inspiram o movimento cooperativista, além de atuar como regras que vão conformando o perfil e a vida das organizações cooperativas e que acabam por modelar e caracterizar a vida dessas entidades e as atitudes e comportamentos dos seus cooperados.

2.3 CONCEPÇÕES E ABORDAGENS SOBRE EMPODERAMENTO

O empoderamento, versão em português do termo de origem inglesa *empowerment* (Vasconcellos, 2003), é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento como “educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia comunitária, serviço social e administração” (BAQUERO, 2012), sendo um conceito polissêmico presente em várias discussões que tratam da pobreza, emancipação, desenvolvimento, gênero e outras. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007)

Em suas pesquisas em busca da origem do conceito de *empowerment*, Baquero (2005), encontra conexões deste com o período da reforma protestante iniciada por Lutero no século XVI na Europa, a qual teria oportunizado, com algumas restrições, o empoderamento dos indivíduos, que ao ter acesso às escrituras sagradas no idioma local, passaram a realizar sua própria leitura e tornam-se sujeitos da sua religiosidade.

Na década de 1970 surgem as primeiras produções que influenciaram a emergência do conceito de poder enquanto elemento central para os processos de desenvolvimento, com inúmeras análises que se baseavam na “modernização” ou na “dependência” como causas do subdesenvolvimento. No cerne dessas discussões emerge o conceito de poder e as constantes distinções entre aqueles que tem poder e aqueles que não o possuem, bem como na relação intrínseca entre o poder, ou a falta dele, e a pobreza. (OAKLEY E CLEITON, 2003)

Para Lisboa (2003, p. 23), o empoderamento:

surge exercendo forte influência no meio acadêmico, a partir da década de 1990, para analisar o processo pelo qual pessoas, organizações sociais ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, tanto social como ecológico, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações-problema e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como socioestruturais.

Villacorta e Rodríguez (2002) consideram o empoderamento como um processo induzido e socialmente construído, de criar e ganhar poder de e para os setores pobres e excluídos, onde se obtém acesso e controle sobre si mesmo e sobre os meios necessários para sua existência, onde, nesta conjectura, entende-se que uma melhor distribuição do poder seria essencial para interromper a trajetória de perpetuação da pobreza e para amenizar as desigualdades.

Para Oakley e Clayton (2003), o empoderamento combina duas dimensões, a introdução no processo de tomada de decisões das pessoas que se encontram fora dele, enfatizando o acesso às estruturas políticas e o processos formalizados de tomada de decisões; e, no âmbito econômico, o acesso aos mercados e à renda que lhes permitam participar da tomada de decisões econômicas, considerando que as pessoas sejam capazes de aproveitar ao máximo as oportunidades que lhes apresentam sem, ou apesar das limitações de caráter estrutural ou impostas pelo estado.

Dentre as várias definições podemos destacar a da Organização Mundial de Saúde (OMS) e a de Ruechakul et al. (2015), que definem empoderamento como:

um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998).

um processo contínuo intencional, centrado na comunidade, envolvendo respeito mútuo, reflexão crítica, carinho, participação do grupo, através do qual as pessoas que não têm a mesma parcela dos recursos valiosos obtêm maior acesso e controle sobre esses recursos; ou um processo pelo qual as pessoas ganham controle sobre suas próprias vidas, participação na vida de sua comunidade e uma compreensão crítica de seu ambiente. (Ruechakul et al.,2015)

Assim, o empoderamento se concentra em munir as pessoas da capacidade de autodeterminação e promover a sua participação nas suas comunidades através da própria participação cidadã, através de organizações e atividades comunitárias, para a transformação da comunidade.

O conceito de empoderamento também abrange múltiplas dimensões, sendo observado a nível psicológico ou individual, organizacional, institucional, político ou estrutural e coletivo ou comunitário (GOHN, 2004; VASCONCELLOS, 2003; HERRIGER, 2006). Neste contexto, é importante ressaltar que, embora esta pesquisa se concentre no empoderamento a nível comunitário, a dimensão individual também é considerada, visto que o empoderamento da comunidade seria um dos desdobramentos do empoderamento dos indivíduos que compõem esta comunidade. (WALLERSTEIN & BERNSTEIN, 1994)

Baquero (2006), aponta que o empoderamento pode ter aplicações em diferentes níveis incluindo o empoderamento a nível individual, organizacional e comunitário:

O nível individual refere-se ao empoderamento pessoal, pelo qual a pessoa entende seu ambiente sociopolítico a partir de uma perspectiva crítica, trabalha para ser influente em

seu ambiente e participa com outras pessoas da comunidade para o alcance de metas conjuntas.

O nível organizacional é o empoderamento alcançado por meio da participação de pessoas em estruturas e instituições, que ajudam a alcançar os objetivos comuns da comunidade.

O nível de empoderamento comunitário está relacionado ao empoderamento alcançado por meio da ação coletiva das pessoas em sua comunidade, o que leva a um aumento da qualidade de vida e uma melhora no relacionamento entre as diferentes organizações envolvidas na comunidade.

Empoderamento comunitário refere-se ao processo de permitir que as comunidades aumentem o controle sobre os fatores e decisões que moldam suas vidas. (NASCIMENTO, 2000). Comunidades são grupos de pessoas que podem ou não estar espacialmente conectadas, mas que compartilham interesses, preocupações ou identidades comuns. Essas comunidades podem ser locais, nacionais ou internacionais, com interesses específicos ou amplos. (HELLER, 1987)

KLEBA e WENDAUSEN (2009, p. 739) destacam a importância da articulação do indivíduo em grupos e comunidades no processo de empoderamento, revelando que as três dimensões do empoderamento (individual, organizacional e comunitária) se interrelacionam.

o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 739)

Para Soler et al., (2014) a distinção entre empoderamento individual e empoderamento comunitário é implícita embora na prática os dois conceitos estejam tão intimamente relacionados que a maioria dos programas existentes não compreenda o progresso de um sem o outro, desta forma o empoderamento da comunidade requer que o empoderamento individual seja uma realidade sólida e durável.

O empoderamento da comunidade, foco desta pesquisa, representa mais do que o envolvimento, participação ou engajamento das comunidades. Implica propriedade e ação dos seus membros visando a mudança social, política e econômica. Esse processo engloba necessariamente os determinantes sociais, culturais, políticos e econômicos que afetam a comunidade e busca estabelecer parcerias entre eles próprios e com outros setores na busca de soluções e evoluções. (NASCIMENTO, 2000)

Considera-se também a concepção de que o empoderamento não é fornecido nem realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses empoderam a si mesmos, assumindo assim que os agentes externos atuam apenas como catalisadores, auxiliando na criação de espaços que favoreçam ou sustentem processos de empoderamento (HERRIGER, 2006; GOHN, 2004).

Desta forma, no processo de empoderamento comunitário é esperado que seus membros aumentem seus ativos e atributos e desenvolvam habilidades para obter visibilidade, parcerias, redes e/ou voz, a fim de obter mais controle e independência, perspectiva também compartilhada por Mayo e Craig (1995) quando ressaltam que as pessoas são seus próprios ativos, e o papel do agente externo é catalisar, facilitar ou "acompanhar" a comunidade na aquisição desse poder.

A participação então desempenha um papel vital para garantir o empoderamento da comunidade, visto que as abordagens participativas que incentivam a discussão e o debate resultam em maior conhecimento e conscientização, além de um nível mais alto de pensamento crítico. O pensamento crítico permite que as comunidades compreendam a interação das forças que operam em suas vidas e as ajuda a tomar suas próprias decisões. Em outras palavras, a comunidade empoderada, através de sua atividade consciente, pode então se fortalecer aumentando sua capacidade de alcançar seus próprios interesses. (NASCIMENTO, 2000)

Empoderamento da comunidade envolve processos de desenvolvimento por meio da ação coletiva em contextos de diversidade cultural que dão atenção especial aos grupos mais vulneráveis, buscando aumentar a qualidade de vida e melhorar as relações entre os diferentes atores que participam da comunidade.

As estratégias de empoderamento devem adaptar-se às necessidades e contextos locais respondendo às necessidades coletivas, proporcionando mudanças sustentáveis, favorecendo a eliminação de barreiras à participação plena e fortalecendo a cooperação entre comunidades, governo, sociedade civil e alianças locais, visto que a comunidade é quem está em melhor posição para identificar suas próprias necessidades e as estratégias adequadas para atendê-las.

2.3.1 O processo de avaliação do empoderamento

As avaliações de empoderamento podem ser consideradas como ferramentas importantes para o aprimoramento de programas e iniciativas, auxiliando no seu planejamento, desenvolvimento e acompanhamento. (ALSTON & BOWLES, 2003). Para além de um método de pesquisa, essas avaliações compreendem um conjunto de princípios que norteiam a prática em uma perspectiva mais colaborativa ou participativa, buscando envolver as partes interessadas (avaliadores, gestores, profissionais, participantes e comunidade) no processo e visando garantir que os resultados das ações sejam realmente benéficos aos participantes. (CAMBELL ET AL., 2004; FETTERMAN E WANDERSMAN, 2005)

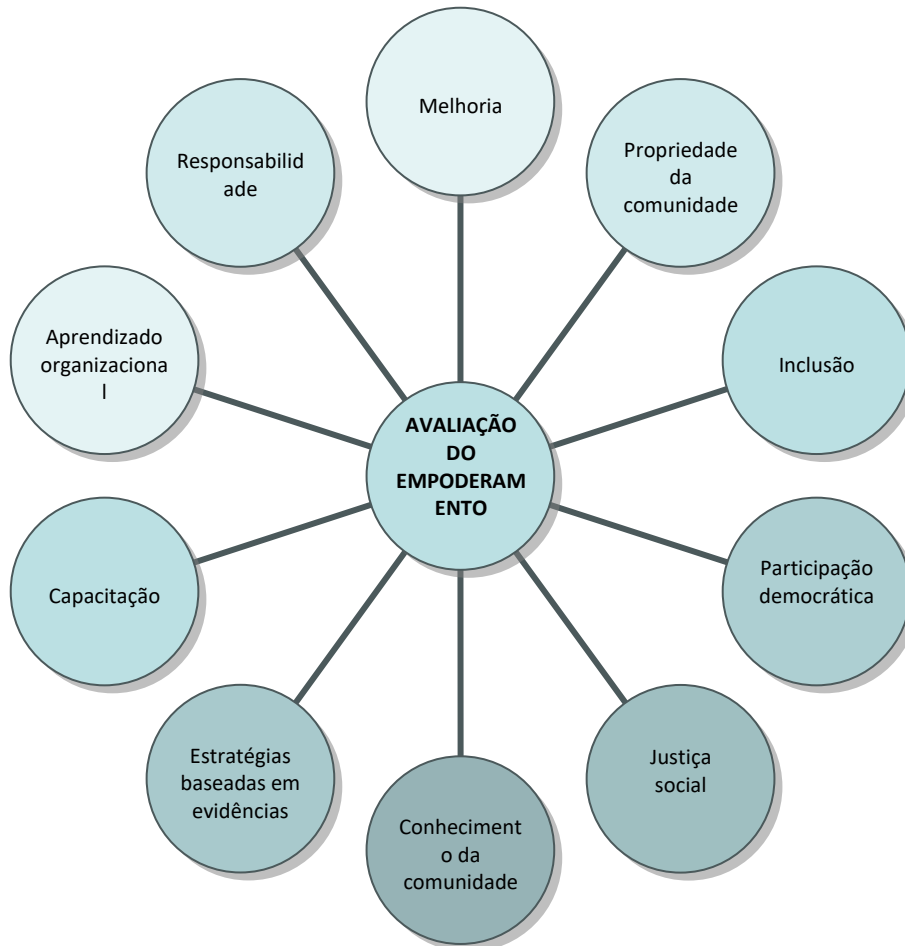
Secret et al. (1999) considera que a avaliação de empoderamento é similar a outras abordagens participativas como a pesquisa-ação-participante (PAP), entretanto ressalta que enquanto a PAP busca envolver as partes interessadas, a avaliação do empoderamento também objetiva desenvolver nestes o senso de propriedade:

A intenção de transferir o conhecimento de avaliação de pesquisa do pesquisador-especialista para as partes interessadas do programa para o uso e benefício explícito e contínuo dos programas que atendem populações desprivilegiadas é uma distinção importante entre avaliação de empoderamento e outros modelos colaborativos ou participativos. (Secret et al., 1999, p. 121)

Nesta perspectiva, Greene (2006) também considera que as avaliações de empoderamento são particularmente adequadas para iniciativas e programas que atuam com grupos marginalizados quando se objetiva aumentar sua autodeterminação e criar mudanças positivas, a exemplo dos povos indígenas, vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de rua ou que sofreram agressão sexual.

Fetterman e Wandersman (2005) apresentam alguns princípios que podem orientar a prática da avaliação do empoderamento, proporcionando aos avaliadores, comunidades e promotores de ações alguns parâmetros de referência (Figura 02):

FIGURA 02 – PRINCÍPIOS QUE ORIENTAM A AVALIAÇÃO DO EMPODERAMENTO NA PRÁTICA



Fonte: Adaptado de Fetterman e Wandersman (2005).

1. **Melhoria/aprimoramento contínuo** - Em geral as avaliações são idealizadas para aprimorar programas, iniciativas e estratégias que possam favorecer os processos de empoderamento. Millet (1996) também aponta que os financiadores e promotores, geralmente selecionam os programas mais propensos a atingir seus objetivos, levando em conta além da probabilidade de retorno do investimento, a existência de feedbacks adequados, canais de orientação e assistência, registros de ações e alertas tempestivos sobre possíveis problemas.
2. **Propriedade** – Neste princípio considera-se que a comunidade, ou grupo específico contemplado pelo programa, são os verdadeiros proprietários da avaliação, de forma

que o avaliador atua como coach para auxiliá-los garantindo alguma lógica, rigor ou abordagem sistemática no processo. Quanto mais os membros do grupo controlam e participam da avaliação, mais eles estariam propensos a se apropriar das descobertas e recomendações, uma vez que seria produto do seu próprio trabalho, desta forma os membros da comunidade compreenderiam sua participação no processo como útil e valiosa.

3. **Inclusão** – O princípio da inclusão significa incentivar a participação de todos os interessados, dentro do possível e razoável, a fim de viabilizar uma avaliação que seja consistente e próxima da realidade. Financiadores, gestores dos programas, membros da equipe e os membros da comunidade devem ser convidados a participar. Os membros da comunidade, sobretudo, conhecem sua realidade e podem fornecer feedbacks importantes que podem orientar a reformulação da implementação ou prática dos programas. Fetterman (2005) também aponta que é fácil afirmar que o tempo insuficiente ou agenda restrita impossibilitou a acomodação de todos os interessados, contudo esta falha em incluir pessoas ou grupos críticos podem representar a perda de insights valiosos e interesses importantes, dificultando posteriormente um consenso autêntico ou significativo que é necessário para qualquer plano de ação avançar.
4. **Participação Democrática** – O princípio da participação democrática, muitas vezes confundido com o princípio da inclusão, trata da forma como os grupos irão interagir e decidir. Enquanto a inclusão significa reunir os grupos e pessoas pertinentes garantindo certa diversidade e representatividade, a participação por sua vez garante que todos tenham um papel significativo na tomada de decisão, podendo exteriorizar suas preocupações sobre o programa, em outras palavras a participação democrática é um meio de proporcionar igualdade e justiça ao processo de avaliação.
5. **Justiça social** – Um dos propósitos deste princípio é evidenciar a importância de trabalhar com certas pessoas e/ou grupos minoritários, vítimas de problemas sociais específicos ou injustiças, com viés a uma população tradicionalmente desprivilegiada, em um esforço para garantir a igualdade de oportunidades, devido processo legal, diversidade racial ou étnica ou questões relacionadas. As populações podem incluir os sem-teto, mulheres agredidas, pessoas com deficiência, crianças ou menores e outros. Também pode-se investir em comunidades ou organizações localizadas em áreas remotas fazendo com que as diferenças geográficas desapareçam ou os tornando mais visíveis. A coleta de dados para avaliação do empoderamento então é voltada para a

- coleta de informações que esclarece se o programa está contribuindo para o bem social maior sem negligenciar determinados grupos/indivíduos.
6. **Conhecimento da comunidade** – Neste princípio se explicita a importância em valorizar os conhecimentos e informações dos membros da comunidade, um conhecimento que se mobilizado por ser um extraordinário catalisador de mudanças. Muitas avaliações internacionais acabam por ignorar esse conhecimento, desrespeitando e desvalorizando a comunidade, o que acarreta em esforços desnecessários para coleta de dados, informações redundantes, além de erros de interpretação ou interpretações enviesadas de dados.
 7. **Estratégias baseadas em evidências** – Pode-se também considerar as estratégias e intervenções que funcionaram em outras comunidades, enquanto opções úteis e com histórico de credibilidade, entretanto é importante levar em conta que a estratégias baseadas em evidências não podem devem ser adotadas cegamente, esperando-se que funcione em toda e qualquer comunidade, devendo ser adaptadas ao ambiente local, suas culturas e tradições. Também há de se considerar estratégias de avaliação que foram usadas de forma inadequadas no passado, de modo que comunidades que foram prejudicadas por essas intervenções se tornam mais cautelosas e céticas, prejudicando a obtenção de dados. Desta forma, as estratégias baseadas em evidências devem ser consideradas ideias e modelos úteis, potencialmente adaptáveis ao ambiente e contexto local.
 8. **Capacitação** – Considera-se importante que os atores envolvidos no processo de empoderamento também possam ser capazes de conduzir suas próprias avaliações, de modo que possam fazer julgamentos e interpretações, utilizando dados para tomar decisões e em alguns casos determinar o mérito ou valor do programa/situação que esteja relacionado ao empoderamento da sua comunidade. Capacitar os membros da comunidade a avaliarem de forma adequada os fatores e contextos que interferem em suas vidas também seria uma forma de empoderamento.
 9. **Aprendizado organizacional** – Os processos de avaliação de empoderamento também podem representar uma importante oportunidade para o aprendizado, onde a comunidade pode retroalimentar informações tornando as organizações ou grupos mais ativos e responsivos sobre as mudanças ambientais e desafios. As avaliações de empoderamento permitem isso pois são focadas em encorajar organizações/grupos/comunidades a tomar decisões baseadas em dados e em sua autorreflexão e análise, promovendo a aprendizagem e concomitantemente uma

mudança de comportamento. O avaliador pode também atuar como historiador para lembrar as pessoas dos compromissos firmados no passado, das escolhas feitas e estratégias utilizadas a fim de promover o aprendizado e reforçar seu compromisso de mudança para o futuro.

10. **Responsabilidade** – Neste princípio reitera-se que cada parte envolvida tem sua parcela de responsabilidade de acordo com as promessas e compromissos firmados, de modo que os mecanismos de feedback da avaliação de empoderamento atuam na manutenção dessas responsabilidades, como instrumento de prestação de contas.

2.4 A COOPERATIVA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO NO ESPAÇO COMPARTILHADO

Dentre as iniciativas e estratégias com potencial para contribuir com o processo de empoderamento, merecem destaque aquelas que integram a chamada economia popular e solidária, em especial as cooperativas, as quais não apenas podem incluir economicamente aquela parcela da população que foi excluída do processo produtivo, como também favorecer uma trajetória de emancipação, autonomia, crescimento desses trabalhadores e trabalhadoras que, ao vivenciarem uma outra lógica de trabalho, tecem relações, se apropriam de informações e se conscientizam de seu poder. (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004)

A versatilidade do modelo cooperativista permite a criação de iniciativas inovadoras capazes de atender às necessidades de populações em vulnerabilidade social e econômica, tornando-as mais independentes, confiantes e com maior controle sobre os fatores e decisões que moldam suas vidas, promovendo seu empoderamento. (HOYT, 2004)

Para CORTIZO; OLIVEIRA (2004):

o processo de empoderamento compreende a trajetória de emancipação, autonomia, crescimento desses trabalhadores e trabalhadoras que, ao vivenciarem uma outra lógica de trabalho, tecem relações, se apropriam de informações, se conscientizam de seu poder.

Nesta perspectiva, o processo de conscientização nesses empreendimentos populares é decorrente da criticidade e da capacidade de reflexão dos trabalhadores em relação à realidade social, econômica e política, possibilitadas especialmente por meio da discussão acerca das atividades realizadas e sobre a importância do Cooperativismo e os princípios que os constituem. (GOERCK; FRAGA, 2010).

Hoyt (2004) acrescenta que as cooperativas expandem a capacidade dos grupos de participar, negociar, influenciar, controlar e responsabilizar as instituições que afetam suas vidas. Esse empoderamento é alcançado quando os membros da comunidade trabalham juntos e aprendem que podem confiar em si mesmos e em sua capacidade de agir coletivamente para melhorar suas circunstâncias pessoais e o bem-estar de sua comunidade.

Vale ressaltar que, para que as organizações cooperativas contribuam realmente para fortalecer os processos de empoderamento e desenvolvimento, é necessário que participem ativamente dos processos de transformação das localidades em que estão imersos, mediante a realização de atividades nas quais é extraído o potencial de seu ambiente enquanto estimulam o progresso e promovem o bem-estar social.

Quando o cooperativismo é apresentado para além de um modelo organizacional e se torna um estilo de vida comunitário, aspectos pessoais, relacionamentos próximos e comunitários podem emancipar o empoderamento em algumas de suas formas positivas. (WOOLCOCK & NARAYAN, 2000)

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto a abordagem a pesquisa terá um caráter qualitativo e quantitativo. Uma abordagem qualitativa é apropriada quando o fenômeno em estudo é complexo e de natureza social (LIEBSCHER, 1998), quando se busca compreender fenômenos sob a ótica (opinião) dos participantes (NEVES, 1996) neste caso, os cooperados e a população da vila de Tracupá e quando a temática apresenta algum nível de subjetividade (TURATO, 2005). Já a abordagem quantitativa, segundo Oliveira: (OLIVEIRA, 2008, p. 115)

Significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples, como percentagem, média, moda, mediana e desvio padrão, até as de uso mais complexo, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Nesta pesquisa a análise qualitativa será focada na avaliação da perspectiva dos moradores e cooperados buscando conhecer sua opinião e extrair informações através da análise do conteúdo das suas declarações. A análise quantitativa, por sua vez, será utilizada para mensurar os níveis de empoderamento individual e comunitário dos membros da comunidade, bem como para a apresentação dos resultados na forma de gráficos, quadros e tabelas. Assim, considerando que o empoderamento tem um caráter subjetivo optou-se por adicionar ao trabalho uma forma de utilizar escalas para quantificar algumas variáveis permitindo compará-las entre si.

Com relação a profundidade, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Exploratória no sentido que se propõe a explorar um tema que foi pouco estudado (OLIVEIRA, 2008), visto que são escassas as pesquisas que abordam os reflexos do cooperativismo no empoderamento comunitário e descritiva, na medida em que se avalia a associação entre variáveis (empoderamento e atividade cooperativista) sem que estas sejam manipuladas, proporcionando também uma nova visão e aprofundamento do assunto (GIL, 1999).

O procedimento para obtenção de dados será o estudo de caso, o qual, segundo Gil (1999), possibilita o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Severino (2007) ressalta que o caso selecionado

para a pesquisa precisa ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências. Neste contexto, busca-se ampliar os conhecimentos sobre o processo de empoderamento comunitário de modo que possa ser apropriado por outras cooperativas em contextos semelhantes.

3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO

Para uma melhor compreensão das etapas da pesquisa foi elaborado um fluxograma do percurso metodológico (Figura 03), que traz de forma sintética os principais procedimentos, conceitos e fontes de dados utilizados nesta produção.

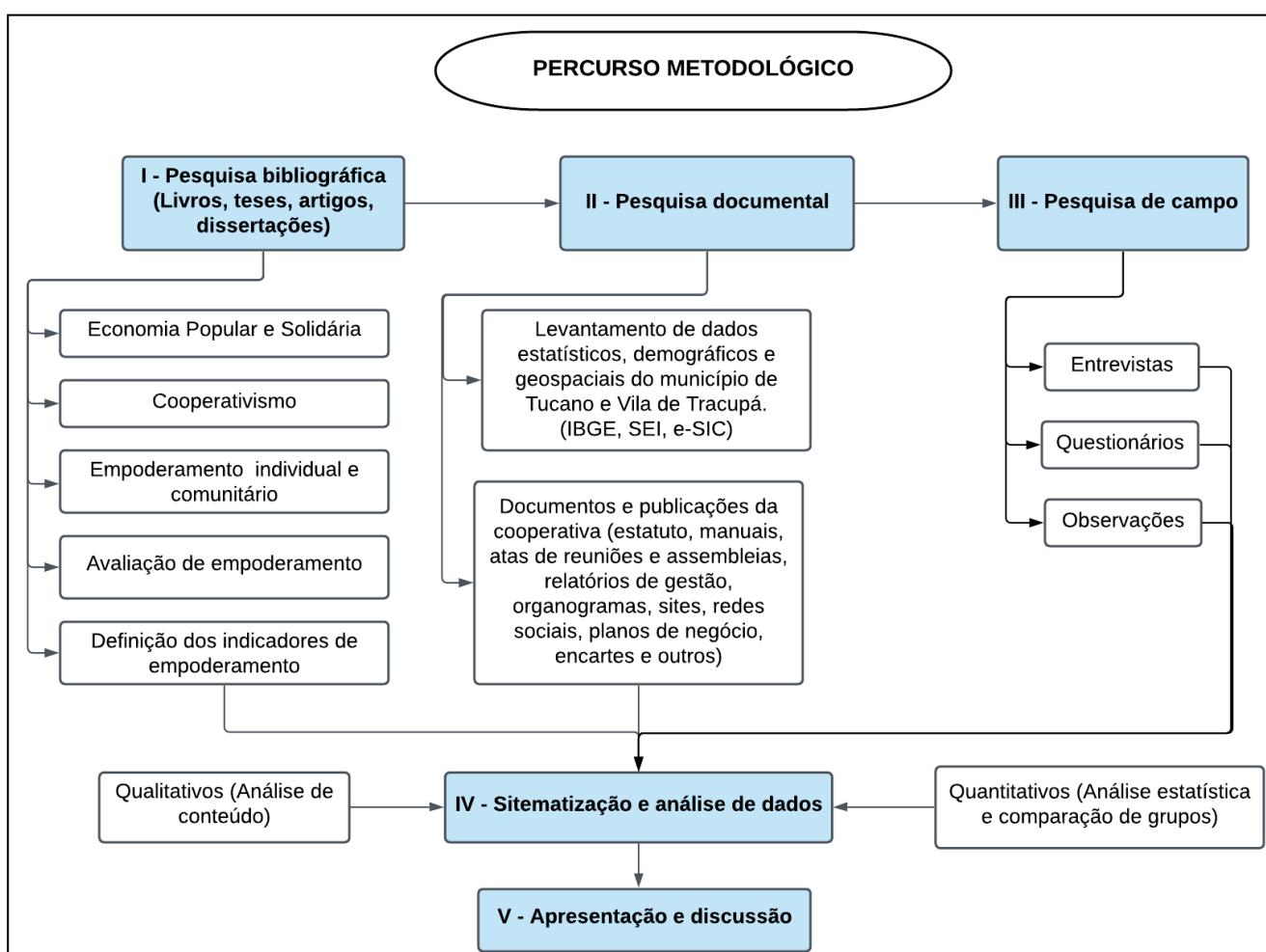


FIGURA 03 – FLUXOGRAMA DO PERCURSO METODOLÓGICO

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Etapa I - Levantamento Bibliográfico

A primeira etapa consiste em um levantamento bibliográfico realizado a fim de verificar o estado da arte, através da consulta de artigos, livros, teses, dissertações, encartes, manuais, cartilhas e publicações em revistas e periódicos em formato físico e digital. Nesta etapa também foram definidos os indicadores de empoderamento individual e comunitário, os quais serão apresentados no decorrer da pesquisa.

Etapa II - Pesquisa Documental

Foi conduzida uma pesquisa documental com arquivos disponibilizados pela gestão da cooperativa a fim de proporcionar uma melhor compreensão acerca do seu histórico, estrutura e funcionamento, além disso, esta também permitiu conhecer de forma mais aprofundada características socioeconômicas e geoespaciais dos lócus de pesquisa (o município de Tucano e o distrito de Tracupá), bem como o perfil dos seus habitantes. O Quadro 03 traz o rol de documentos e arquivos que foram consultados no processo e o objetivo do uso desses documentos.

QUADRO 03 – DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Finalidade	Documento	Fonte
Caracterização da cooperativa	Estatuto, manuais, atas de reuniões e assembleias, relatórios de gestão, organogramas, planos de negócio.	Arquivo físico e digital da COOPACT
Identificação das ações realizadas pela cooperativa para a comunidade	Atas de reuniões e assembleias, relatórios de gestão, publicações em sites e blogs, posts em redes sociais, encartes.	Arquivo físico e digital da COOPACT, portais e sites da internet.
Levantamento de dados estatísticos, demográficos e geospaciais do município de Tucano e Vila de Tracupá.	Relatórios e pesquisas socioeconômicas, Censo Demográfico, leis, decretos e planos municipais.	Sites e documentos da prefeitura municipal de Tucano, bases de dados do IBGE, SEI, e-SIC.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Etapa III - PESQUISA DE CAMPO

Observações

Foram realizadas incursões em campo para realização de observações assistemáticas, onde o pesquisador visualizou atividades rotineiras da cooperativa e da loja que comercializa seus itens, as quais dividem as mesmas instalações. Os registros das observações foram realizados de forma digital através de aplicativo de celular, o qual possibilitou armazenar textos e outros tipos de arquivo de áudio e imagens organizadas por data e hora.

Entrevista

A fim de compreender as características, a estrutura e detalhes do funcionamento da cooperativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros da gestão da COOPACT. O universo era composto por 5 membros da diretoria e a amostra foi composta por 2 desses membros, sendo um deles o presidente da cooperativa. A entrevista foi realizada respeitando as restrições e medidas de biossegurança considerando a pandemia de Covid 19.

Questionários

Visando identificar opiniões e percepções dos moradores e cooperados quanto aos reflexos e potenciais das atividades da cooperativa na comunidade bem como verificar seu nível de empoderamento individual e comunitário, foram disponibilizados questionários autoaplicáveis com questões abertas e fechadas, os quais puderam ser preenchidos de três formas, de modo que o participante pôde optar pelo formato mais conveniente:

1. **Em formato digital via formulário online:** O participante realizou o preenchimento do questionário de forma virtual acessando um link na plataforma Google Forms que encaminhado por e-mail ou WhatsApp.

2. **Em formato impresso sem a presença/auxílio do pesquisador:** O participante recebeu o questionário impresso e após o preenchimento este foi recolhido pelo pesquisador em momento posterior, ou
3. **Em formato impresso com a presença/auxílio do pesquisador:** O pesquisador realizou a leitura das questões e registrou no questionário as opções e declarações do participante.

Viu-se necessário apresentar várias possibilidades de preenchimento a fim de proporcionar uma maior segurança aos participantes em decorrência da pandemia de Covid 19 e considerando a dificuldade de acesso a alguns dos participantes, a exemplo de alguns membros da cooperativa que frequentemente se deslocam para outros municípios e localidades.

O universo da pesquisa é composto por 1548 residentes do distrito do Tracupá e a amostra de pesquisa foi composta por 60 pessoas, selecionados por ordem de contato com o pesquisador, tratando-se então de uma amostra não probabilística. O critério de inclusão ao estudo foi: ser maior de idade e ter residência habitual na vila de Tracupá. Os critérios de exclusão foram: não aceitar os termos de participação da pesquisa e não compreender os procedimentos ou não ser capaz de realizá-los.

O questionário direcionado aos moradores aborda características sociodemográficas (sexo, etnia, escolaridade, faixa etária, renda), o tempo enquanto morador do distrito, sua opinião com relação a presença e atuação da cooperativa na comunidade e traz questões com relação a avaliação do empoderamento.

ANÁLISE QUALITATIVA

Foi utilizada a Análise de Conteúdo elaborada por Bardin (2011), uma técnica bastante difundida e utilizada para tratamento e análise de dados qualitativos (SILVA e FOSSÁ, 2013). A análise de conteúdo permite analisar os vários sentidos e significados contidos nos materiais que estão sendo estudados, sendo realizada em três etapas básicas: 1 - Pré-análise; 2- Exploração do material; 3 - Tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2011).

Na primeira etapa foi realizada a preparação, incluindo a tabulação dos dados dos questionários e dos documentos, bem como a transcrição das entrevistas, que é a conversão do áudio em texto. Nesta etapa também foi realizado o levantamento do que pôde ser

aproveitado, verificando quais dados e documentos obtidos foram relevantes considerando os objetivos e temáticas da pesquisa.

Na etapa de exploração do material foi realizada a codificação, bem como a definição das unidades de registro (definição dos temas e termos significativos) e das unidades de contexto (as referências ao contexto em que a informação pertence), em seguida foi realizada a categorização, organizando semanticamente as informações codificadas em eixos temáticos de acordo com as características de avaliação do empoderamento comunitário.

Na terceira fase os dados foram interpretados buscando torna-los significativos e válidos, relacionando também o que foi extraído/percebido a partir dos dados com a fundamentação teórica. Ressalta-se também que a interpretação desses dados foi para além do que está expresso nos documentos analisados, possibilitando uma série de importantes inferências e a identificação de conceitos para análise.

4 CONHECENDO OS LÓCUS E OS SUJEITOS DA PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUCANO -BA

*Terra de gente resistente, por onde Lampião passou!
Lugar de muitas riquezas, todas dadas por Deus nosso Senhor.
A chuva, grande aliada, afasta o calor, nos dá alimento!
A terra com muito arado floresce por momentos.
Aqui é lugar de povo acolhedor, terra de gente de paz.
Com banhos de água quente e muito mais!
Terra que gera muitos frutos.
Lugar de poetas e artistas,
que cantam e rimam Tucanos,
no nordeste são malabaristas!
(DUCARMO, 2010)*

Figura 04 – Vista aérea do município de Tucano, Bahia, 2021



Fonte: Arquivo digital da Prefeitura de Tucano, 2021.

Conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB), em 1727 o atual município de Tucano era classificado como aldeia pertencente ao município de Itapicurú-BA, tendo esta designação por conta de um grupo de índios tucanos que habitavam a região, porém essa nomenclatura é questionada em outros documentos pois não há registros da presença ou migração desses índios da Amazônia para a Bahia, tampouco seriam válidas as associações do nome do município com a ave denominada tucano pois esta não fazia parte da

fauna local, de forma que a origem mais plausível da nomenclatura viria dos habitantes que habitavam a região e se abrigavam em grutas e tocas, conhecidos como Tocanos (SANTOS, 2014).

No decorrer dos anos o município de Tucano-BA passou por uma série de mudanças de classificação e divisão territorial. No quadro 04 pode-se acompanhar os principais pontos dessa evolução histórica do período de 1727 até o presente.

QUADRO 04 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE TUCANO, BAHIA

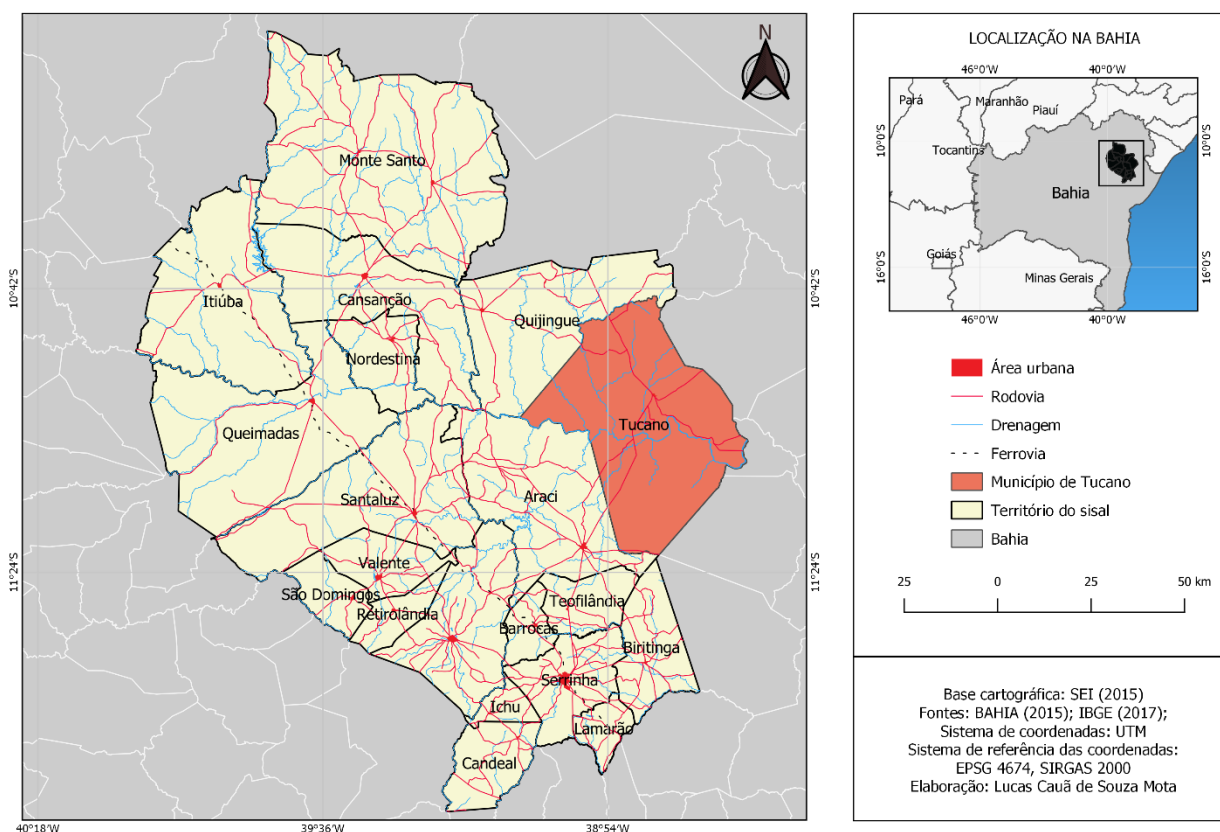
Data / Período	Descrição
1727	Área classificada como aldeia pertencente ao município de Itapicurú-BA.
1754	Sob influência da igreja católica, a aldeia amplia e se desenvolve tomando ares de arraial/povoado, resultando na criação do distrito de Tucano.
1837	A lei nº 51 de 21 de março cria o município de Tucano desmembrando totalmente seu território do município de Itapicurú. A mesma Lei eleva o arraial à categoria de vila denominada Imperial Vila de Tucano.
1931	Tucano é incorporada ao município de Cipó-BA.
1933	O Decreto estadual 8.447 de 27 de maio reestabelece o município de Tucano.
1939 a 1943	Neste período o município integra os distritos de Tucano e Triunfo (posteriormente denominado Quijingue).
1950 a 1960	O município é constituído do distrito sede.
1962	Lei Estadual n.º 1.640, de 15/03/1962, eleva o distrito de Quijingue à categoria de município e o desmembra do município de Tucano
1963 - Atual	Em divisão territorial o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial

Fonte: Adaptado da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (EMB), IBGE, 2021

Localizado a 226 km de Salvador, a capital do estado da Bahia, o município de Tucano faz parte da Mesorregião do Nordeste Baiano e Microrregião de Euclides da Cunha, limitando-se com os municípios de Quijingue, Araci, Nova Soure, Cipó, Ribeira do Amparo e Ribeira do Pombal e tendo como principais vias de acesso as rodovias BR-116 e BR-410. Com uma área atual de 2.198,237 km² e uma densidade demográfica de 18,73 hab/km², o município engloba os distritos de Rua Nova, Jorro, Jorrinho, Crenheguém e Tracupá, local onde foi realizada a pesquisa.

Tucano está situado no Território de Identidade do Sisal⁶ (Figura 05), o qual é composto por vinte municípios (Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansancão, Conceição do Coité, Ichú, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente). Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) o Território do Sisal é considerado um dos mais pobres do país, com uma economia baseada na pecuária extensiva e agricultura familiar de subsistência. O território é afetado por grandes períodos de secas cíclicas características do semiárido baiano, o que agrava ainda mais problemas sociais em uma região que historicamente sofre com a fome, a falta d'água e o desemprego.

FIGURA 05 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUCANO NO TERRITÓRIO DO SISAL, BAHIA, 2022



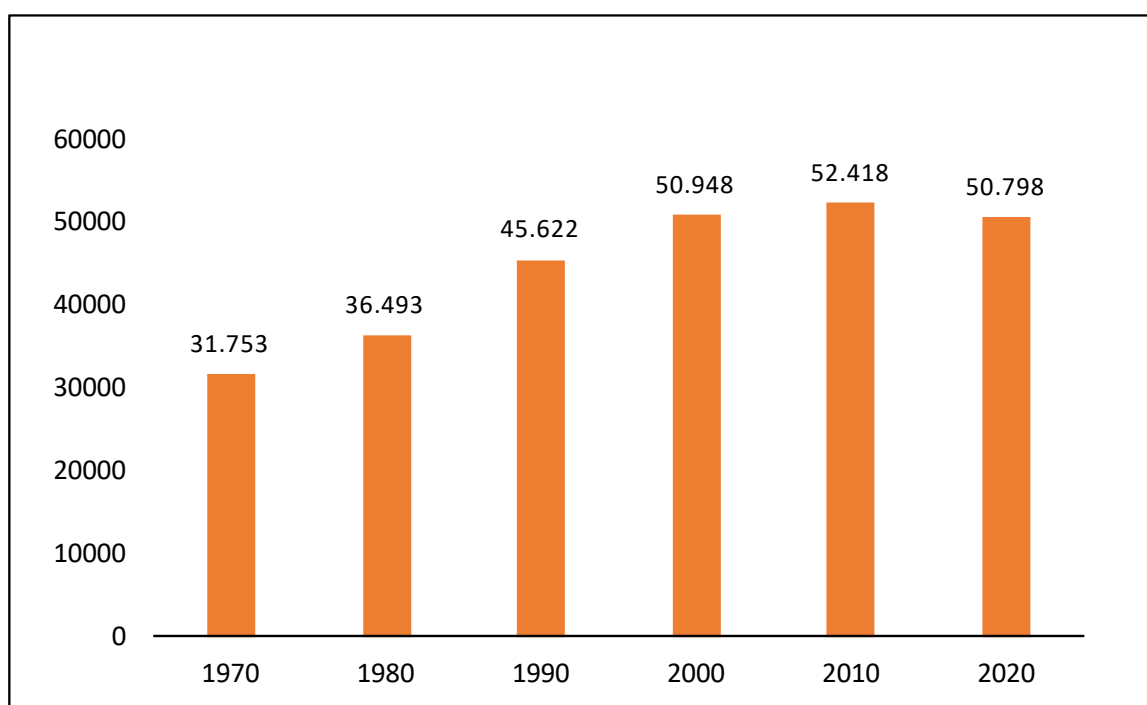
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 o município de Tucano possuía uma população de 50.798 habitantes, sendo o 46º município mais populoso do estado e o 4º mais populoso do Território do Sisal. O Gráfico 01

⁶ Os Territórios de Identidade foram estabelecidos como distribuição territorial oficial para o planejamento das políticas públicas do Estado da Bahia em 2010, atualmente a Bahia é dividida em 27 territórios.

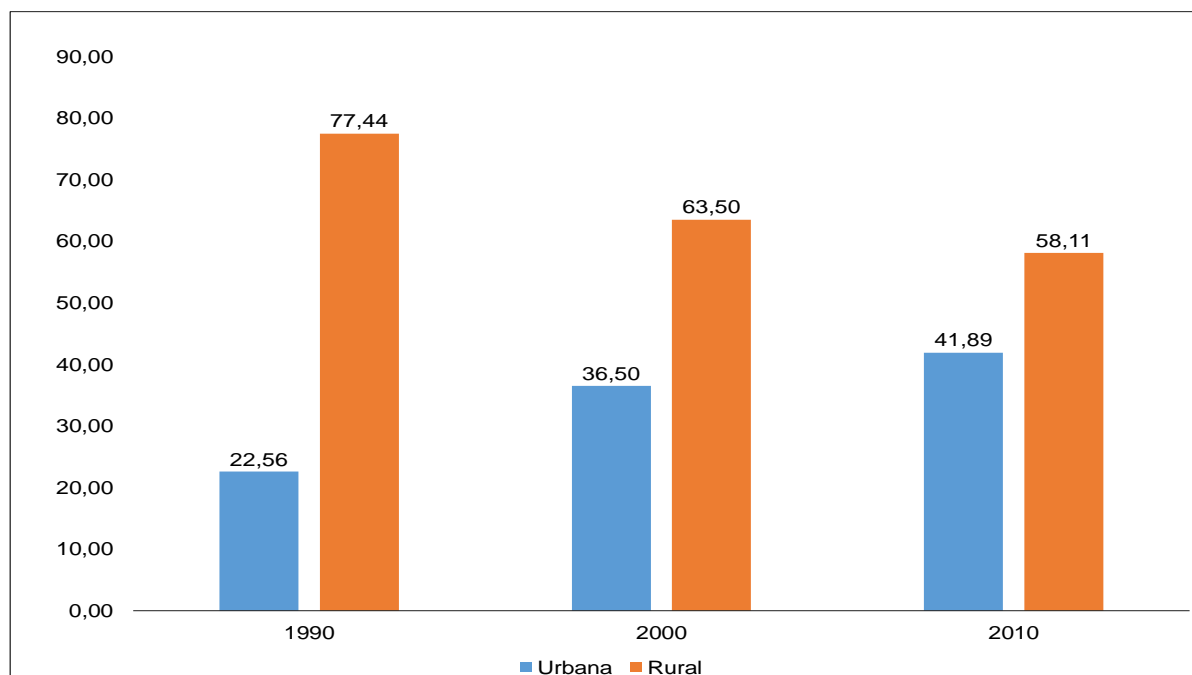
mostra a evolução da população do município no período de 1970 a 2020, revelando um crescimento gradativo no número de habitantes no período de 1970 a 2010 (ano em que foi realizado o último Censo Demográfico), seguido de uma redução de 3,09 % no número de habitantes considerando o quantitativo de 2010 e o projetado para 2020.

GRÁFICO 01 – TUCANO: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1970 - 2020)



Fonte: Censos demográficos, IBGE (1970-2020).

Os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Gráfico 02) revelam que neste período o município de Tucano-Ba possuía uma população predominantemente rural. Em 2010, a maior parte da população no município (58,11%) habitava a zona rural, diferente do que é observado na média do estado da Bahia, onde neste mesmo ano a maioria da população (72,1 %) habitava a zona urbana. Já considerando os municípios do estado vemos que 217 (52,03 %) possuem uma população urbana superior a rural e 200 (47,93 %) possuem uma população rural maior que a urbana.

GRÁFICO 02 – TUCANO : EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL (1970 – 2010)

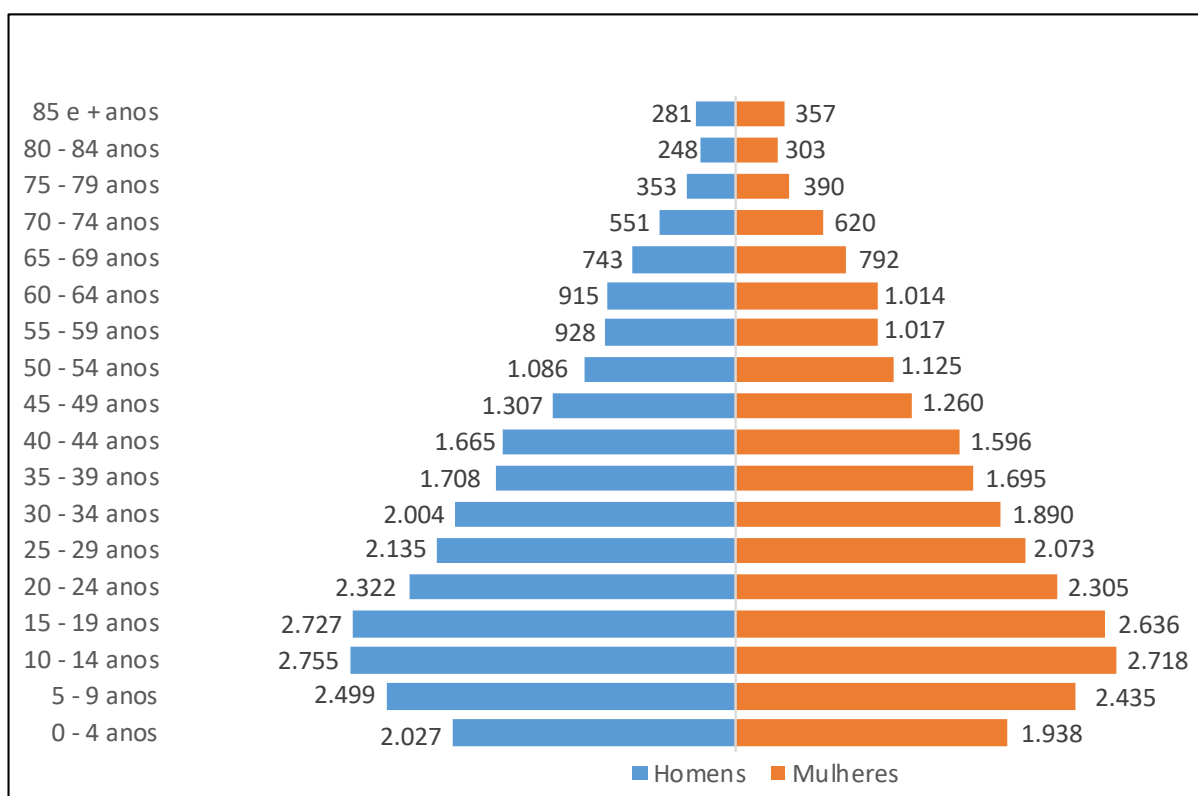
Fonte: Censos demográficos (IBGE - 1991, 2000, 2010).

Embora a população do município de Tucano estivesse concentrada na zona rural é possível observar uma redução gradual da população rural e um aumento significativo da população urbana no decorrer dos anos (Gráfico 02). Em seu estudo sobre a migração rural-urbana no Território do Sisal, Brito e Silva (2020) elencam algumas das possíveis causas dessa mobilidade no período 1991-2010, em que de acordo com os entrevistados a mudança de residência da zona rural para a zona urbana de Tucano se deu principalmente para acompanhar familiares (geralmente por decisão do chefe da família), em segundo lugar a procura por trabalho (em virtude da baixa oferta de emprego na Zona Rural) e em terceiro a busca por melhores condições de moradia (incluindo aqueles contemplados por programas de habitação popular como o Programa Minha Casa Minha Vida, cujas residências construídas se encontravam na zona urbana).

Na análise desse processo de migração intermunicipal também é importante considerar que as vezes são realizadas alterações nas delimitações espaciais dos municípios, além das legislações que convertem áreas rurais em urbanas, desta forma o delineamento entre o urbano e o rural nem sempre é consistente, especialmente quando se trata das pequenas cidades, as quais, segundo (TRINDADE 2011, p.176, apud SANTOS, 2019, p.7), “são prenes de ruralidade, cuja paisagem urbana confunde-se com a paisagem rural, revelando uma estreita interação entre esses dois espaços”.

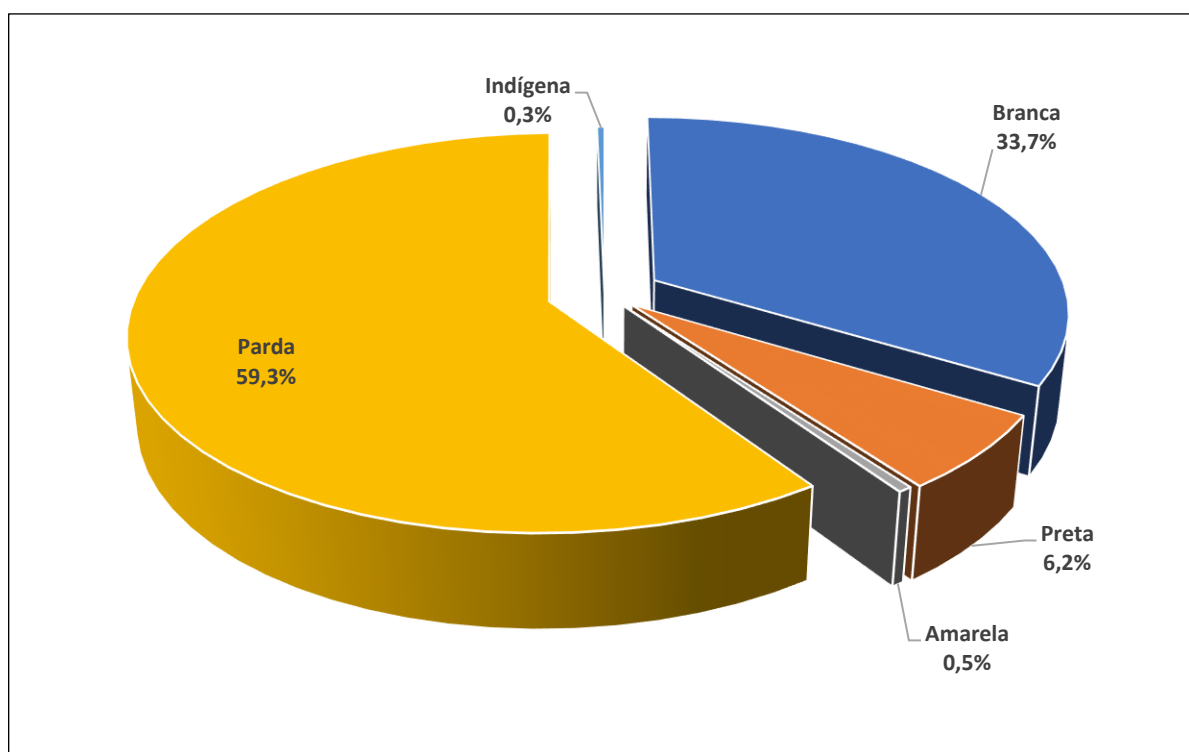
O Gráfico 03 apresenta a distribuição da população considerando sexo e faixa etária. Com relação a distribuição da população por sexo, de acordo com o último Censo realizado em 2010, a população de Tucano apresentava uma leve preponderância de habitantes do sexo masculino com um total de 26.254 (50,08%), enquanto 26.164 (49,92%) habitantes eram do sexo feminino. Com relação a estrutura etária, a pirâmide apresenta uma base larga, indicando um alto índice de natalidade e uma população relativamente jovem, já o topo estreito da pirâmide pode representar uma baixa expectativa de vida dos habitantes do município. A estimativa é que 23.186 habitantes estejam na faixa considerada como População Economicamente Ativa (PEA), que considera as pessoas ocupadas ou em condição de trabalhar com idade entre 15 e 65 anos.

GRÁFICO 03 – TUCANO: PIRÂMIDE ETÁRIA (2010)



Fonte: Censo demográfico (IBGE - 2010).

Considerando a classificação da população por cor ou raça (Gráfico 04), no último Censo realizado em 2010 pelo IBGE, a maioria da população se considerou de cor ou raça parda (59%), 34 % declarou ser de cor ou raça branca e 6% de cor ou raça negra. Apenas 0,5% dos moradores se declarou de cor ou raça amarela e 0,3 % se declarou como indígena.

GRÁFICO 04 – TUCANO: QUANTITATIVO DA POPULAÇÃO POR COR OU RAÇA (2010)

Fonte: Censo Demográfico (IBGE - 2010).

Outra forma de conhecer as características da população é através dos índices e indicadores socioeconômicos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) na década de 90 para medir a qualidade de vida de determinada população, este considera fatores como saúde, educação e renda, em uma escala que vai de 0 a 1, sendo que 0 representa o pior valor e 1 o melhor valor de desenvolvimento humano.

Em 2010, conforme classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Tucano possuía um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,579, um valor considerado baixo. Com esse valor o município ocupava a 4.564^a posição dentre um total de 5.565 municípios brasileiros, de modo que 4.638 (83,34 %) municípios estavam em situação melhor no ranking e 926 (16,66 %) estavam em situação igual ou pior. Já dentre os 417 municípios do estado da Bahia, Tucano ocupava a 253^a posição, de forma que 252 (60,43 %) municípios estavam em situação melhor e 164 (39,57 %) em situação pior ou igual.

Outro importante indicador para análise socioeconômica é o índice ou coeficiente de Gini. Criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912, este índice mede o grau de desigualdade e concentração de renda para determinada população, utilizando uma escala que

varia de 0 a 1, sendo que o valor 0 representa o menor nível e o valor 1 o maior nível de desigualdade. No documento Síntese de Indicadores Sociais divulgado pelo IBGE em 2020, o Brasil estava entre os dez países mais desiguais do mundo com um índice de 0,524, e a região nordeste constava como a mais região desigual do país, com um índice de 0,526.

A Tabela 01 traz a evolução dos valores do índice de Gini no município de Tucano e no Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010. Na média brasileira os valores apresentaram aumento de 1,58 % entre 1991 e 2000 e uma redução de 6,25 % entre 2000 e 2010, no estado da Bahia houve uma queda gradual (7,46 %) entre 1991 e 2010, já no município de Tucano os valores aumentam gradativamente, com um crescimento de 27,45 % entre 1991 e 2010, o que indica uma tendência de aumento na concentração de renda e na desigualdade social no município.

TABELA 01 – ÍNDICE DE GINI DE TUCANO, BAHIA (1991,2000, 2010)

Local	Índice de Gini		
	1991	2000	2010
Tucano	0,51	0,55	0,65
Bahia	0,67	0,66	0,62
Brasil	0,63	0,64	0,60

Fonte: IBGE, Censo Demográfico(1991, 2000, 2010)

Levando em conta as condições de habitação (Tabela 02), de acordo com o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), em 2019 no município de Tucano cerca de 43% dos habitantes não possuía acesso a água potável encanada, um valor elevado considerando a média no estado da Bahia (18,87%) e a média nacional (16,29%). No que diz respeito ao esgotamento sanitário (esgoto ou fossa séptica), aproximadamente 75% dos habitantes não possuíam acesso a esse serviço. De acordo com o portal, o município também não dispunha de uma política ou plano municipal de saneamento cadastrado.

TABELA 02 – HABITANTES SEM ACESSO A ÁGUA ENCANADA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM TUCANO, BAHIA (2019)

Local	Habitantes sem acesso a água potável encanada		Habitantes sem esgotamento sanitário	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Tucano	22.242	43,88 %	38.000	74,97%
Bahia	2.806.547	18,87%	6.826.736	45,9%
Brasil	34.232.967	16,29%	71.723.214	34,13%

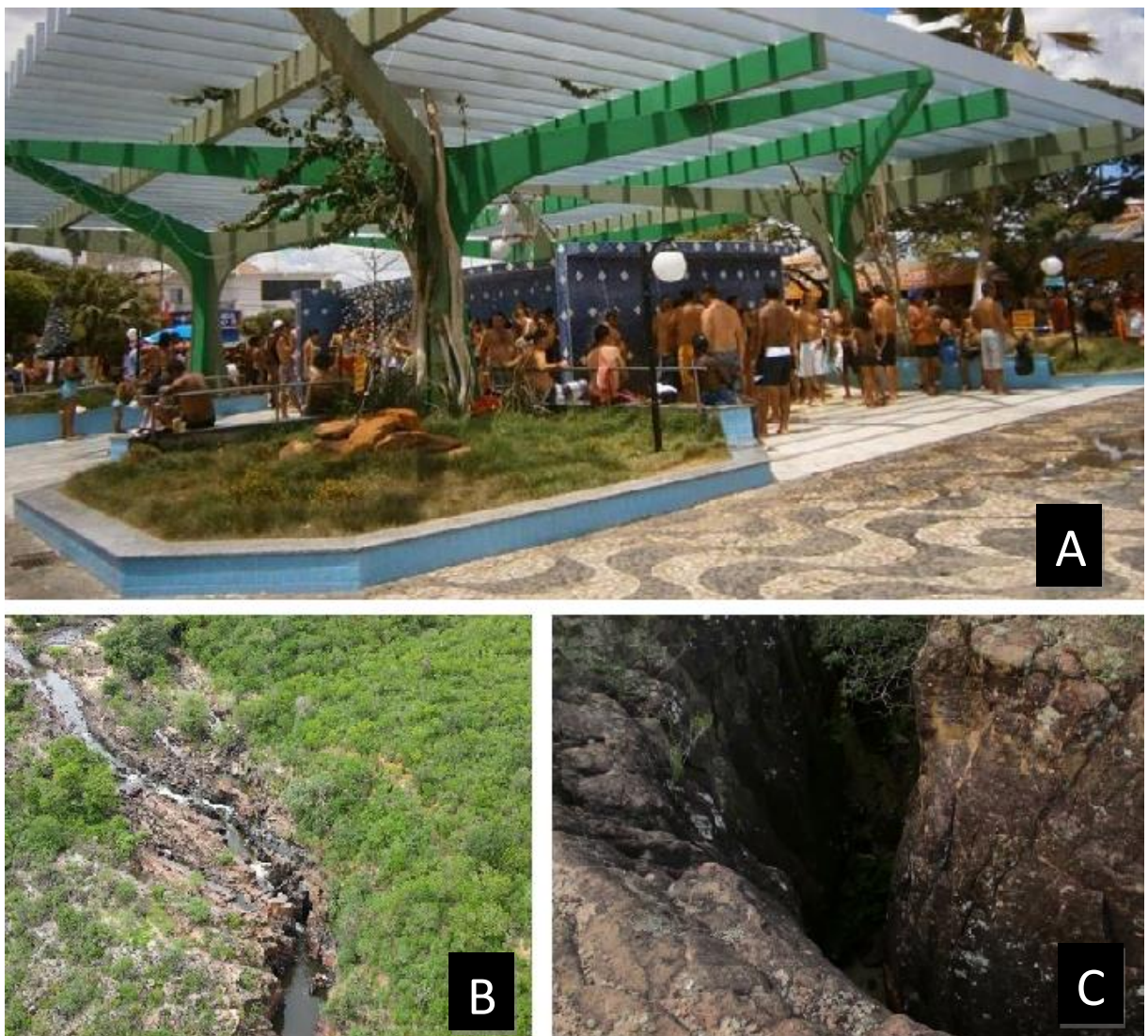
Fonte: Relatório SNIS 2019

4 – Conhecendo os lócus e os sujeitos da pesquisa

No município de Tucano as atividades econômicas mais proeminentes são a agricultura, especialmente feijão e milho, a pecuária com a criação de ovinos, bovinos e caprinos, o artesanato (com destaque para os produtos de couro do Distrito de Tracupá) e o turismo, que atrai uma grande quantidade de pessoas para o município e seus distritos movimentando a economia.

Na Figura 06, podemos observar alguns dos principais pontos turísticos do município de Tucano, como a Estância Hidromineral no distrito de Caldas do Jorro (Foto A), cujas fontes de águas termais podem alcançar 48° e possuem propriedades medicinais, de acordo com registros da Prefeitura Municipal. O ecoturismo também é um dos atrativos do município, sendo a Cachoeira do Inferno “Foto B” e o Buraco do Vento “Foto C” os locais mais visitados.

FIGURA 06 – PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE TUCANO , BAHIA (2020)



Fonte: Arquivo digital da prefeitura Municipal de Tucano, 2022.

O comércio do município é caracterizado por pequenos estabelecimentos comerciais como lojas de produtos artesanais, mercadinhos, lanchonetes, farmácias e bares, voltados a comercialização de produtos a preço reduzido para um consumidor de baixo poder aquisitivo (TUCANO , 2015a). Grande parte do dinheiro que circula na cidade provém dos salários de funcionários públicos, das aposentadorias e dos programas sociais como o Programa Bolsa Família, que em 2017 contemplava cerca de 10.236 famílias na cidade, revelando o quanto o município é dependente da renda oriunda do poder público municipal, estadual e federal.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que registra dados do mercado de trabalho formal no Brasil, em 2021 foram contabilizadas 394 admissões e 259 demissões no município de Tucano, resultando em um saldo positivo de 135 vagas, superior ao ano anterior (2020) que apresentou um saldo positivo de 22 vagas. As principais atividades econômicas do mercado de trabalho formal na cidade incluem em maior parte os empregos na rede pública municipal, estadual ou federal, em seguida o comércio varejista em geral, seguido da venda de combustíveis. Já no que diz respeito à ocupação, a ocupação preponderante foi a de professor do ensino fundamental.

Mesmo com um pequeno crescimento no setor de comércio e serviços, e com o fluxo de turistas que são atraídos para o Distrito de Caldas do Jorro, a oferta de empregos formais ainda é insuficiente para suprir a demanda no município, especialmente considerando o grande contingente de jovens e adultos em idade produtiva, ampliando o grau de informalidade.

4.2 O DISTRITO DE TRACUPÁ: A TERRA DO COURO

*É assim no sertão.
Aonde a seca maltrata
o linho não é páreo pro couro
pão é mais caro que prata
água vale mais do que ouro
macambira é melhor do que nata
jumento é mais forte que touro.
(Guibson Medeiros [s.d.])*

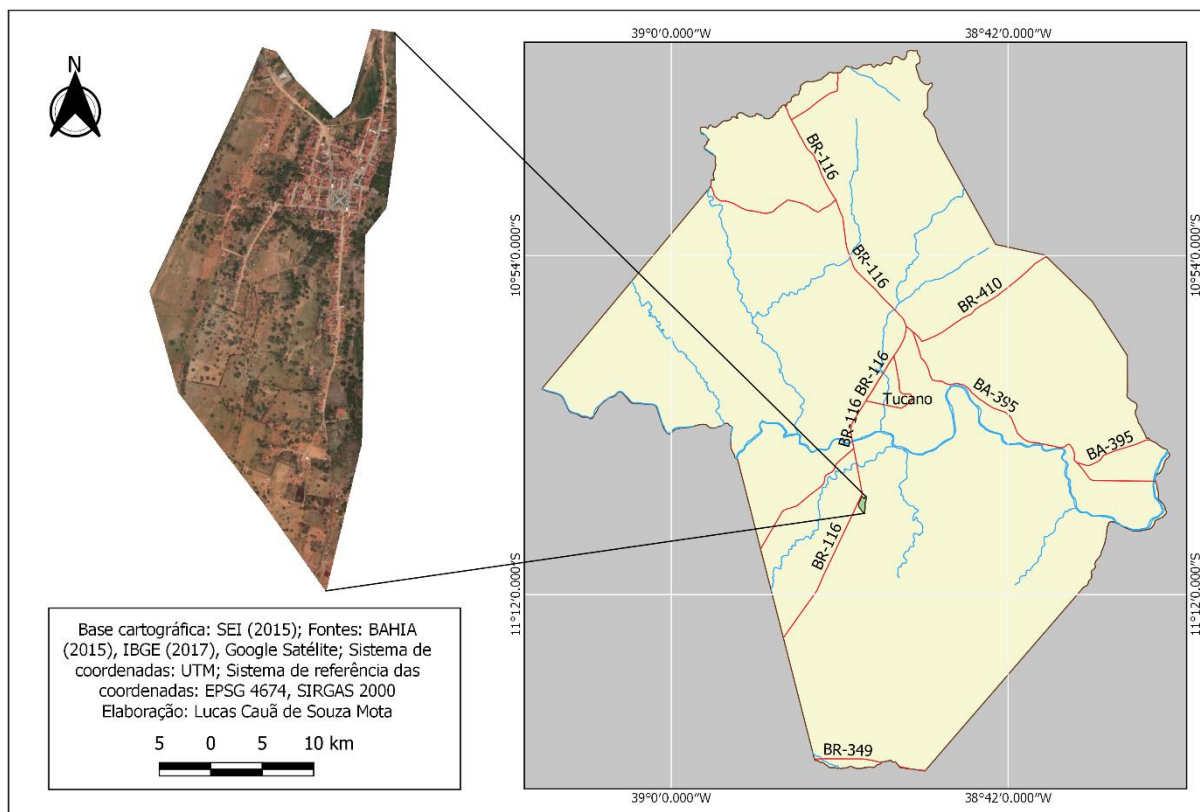
FIGURA 07 – VISTA AÉREA DA VILA DE TRACUPÁ, TUCANO , BAHIA, 2020.



Fonte: Arquivo digital do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI), 2020.

O Distrito de Tracupá está localizado a aproximadamente 17 quilômetros da sede do município de Tucano-BA, com acesso pela rodovia BR 116 (Figura 08). Tracupá era um povoado que foi elevado à categoria de vila e passou a ser sede do Distrito de Tracupá, conforme a Lei N° 148, de 28 de março de 2007, publicada no diário oficial dos municípios de 05 de abril de 2007.

FIGURA 08 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA VILA DE TRACUPÁ NO MUNICÍPIO DE TUCANO, BAHIA, 2020



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Apesar de Tracupá ter se tornado distrito oficialmente há mais de 14 anos, sua população ainda não usufrui dos benefícios potenciais dessa classificação, de modo que a localidade ainda não dispõe de cartórios de ofícios de registro civil, agências bancárias, subprefeituras, agências dos correios ou tem acesso a verbas específicas para esse tipo de localidade. Além disso, embora conste como distrito em vários documentos oficiais, essa classificação parece não ter sido empregada por alguns órgãos do poder público e algumas instituições, visto que até mesmo os registros do Censo Demográfico não dispõem de informações atualizadas da localidade e de seus habitantes.

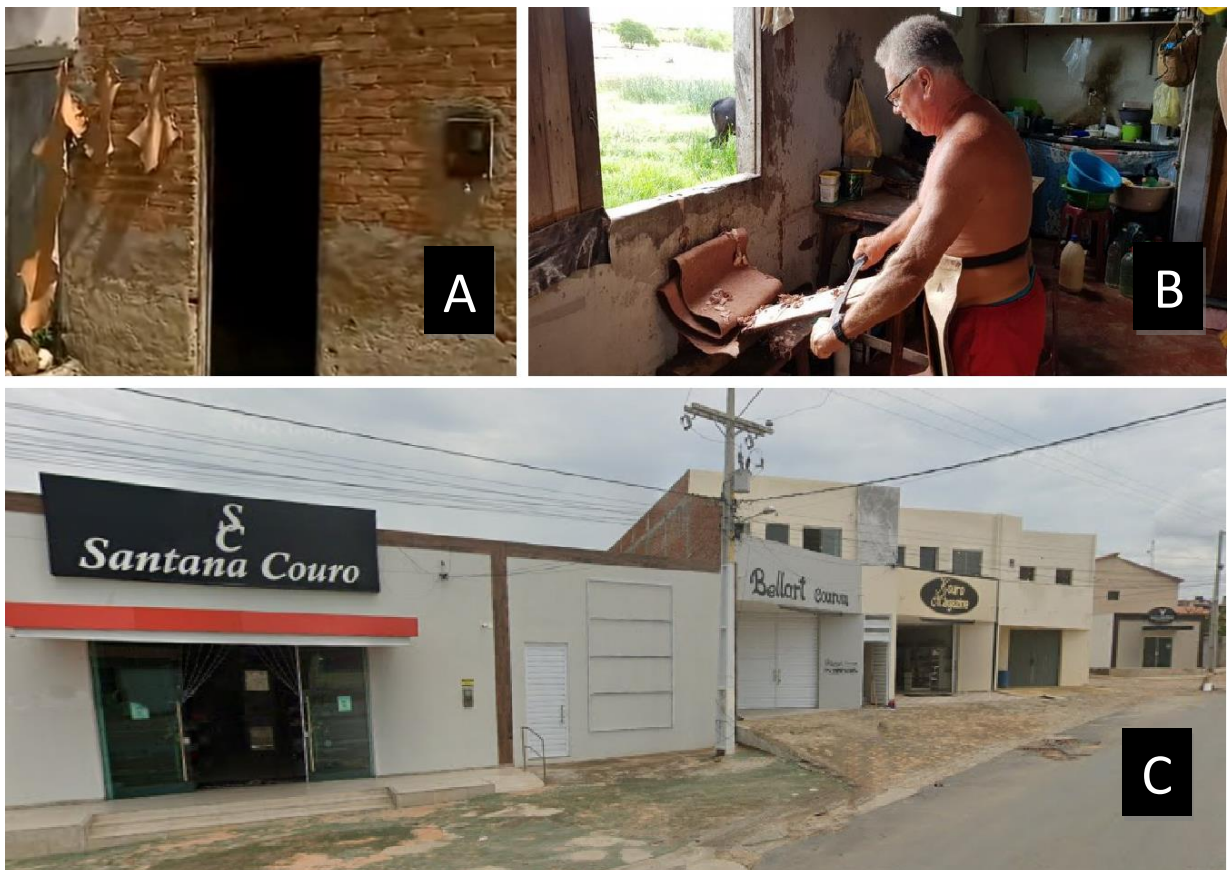
De acordo com antigos moradores do distrito de Tracupá, este recebeu esse nome por ter sido habitado por uma tribo de índios conhecidos como Tracupã, embora a informação não

4 – Conhecendo os lócus e os sujeitos da pesquisa

esteja documentada de maneira formal. O distrito é popularmente conhecido como a “terra do couro”, visto que a comunidade tem por tradição a produção e a comercialização de artefatos deste material. Uma grande parcela da população local atua direta ou indiretamente nesta cadeia produtiva, fazendo desta a principal atividade econômica da comunidade, um processo que frequentemente envolve famílias inteiras.

Na Figura 09 podemos verificar como o manejo do couro está enraizado na cultura local. Ao percorrer o distrito é comum encontrar a matéria prima (couro curtido) pendurado nas portas e paredes das residências “Foto A”, além disso a maioria das casas dispõe de um espaço voltado para a produção de artefatos de couro “Foto B”, onde os pequenos produtores independentes utilizam o modo de fabricação que é passado de geração para geração. Uma grande parte dos produtos são comercializados nas inúmeras lojas espalhadas pelo distrito “Foto C”, nas feiras de artesanato local ou vendido para outros municípios e estados. A prefeitura municipal estima que em 2021 haviam mais de 200 pequenos produtores atuando com a fabricação desses produtos no distrito.

FIGURA 09 – LOCAIS DE FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO NO DISTRITO DE TRACUPÁ, TUCANO, BAHIA (2015)



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

4.3 A COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE ARTEFATOS DE COURO DA COMUNIDADE DE TRACUPÁ

De gibão, jaleco e chapéu de couro, com o facão protegido por uma bainha e confortavelmente sentado em uma cela cuidadosamente trabalhada, a cavalgar pela árida e espinhosa paisagem do sertão.
(FISCHER E SOARES, 2010)

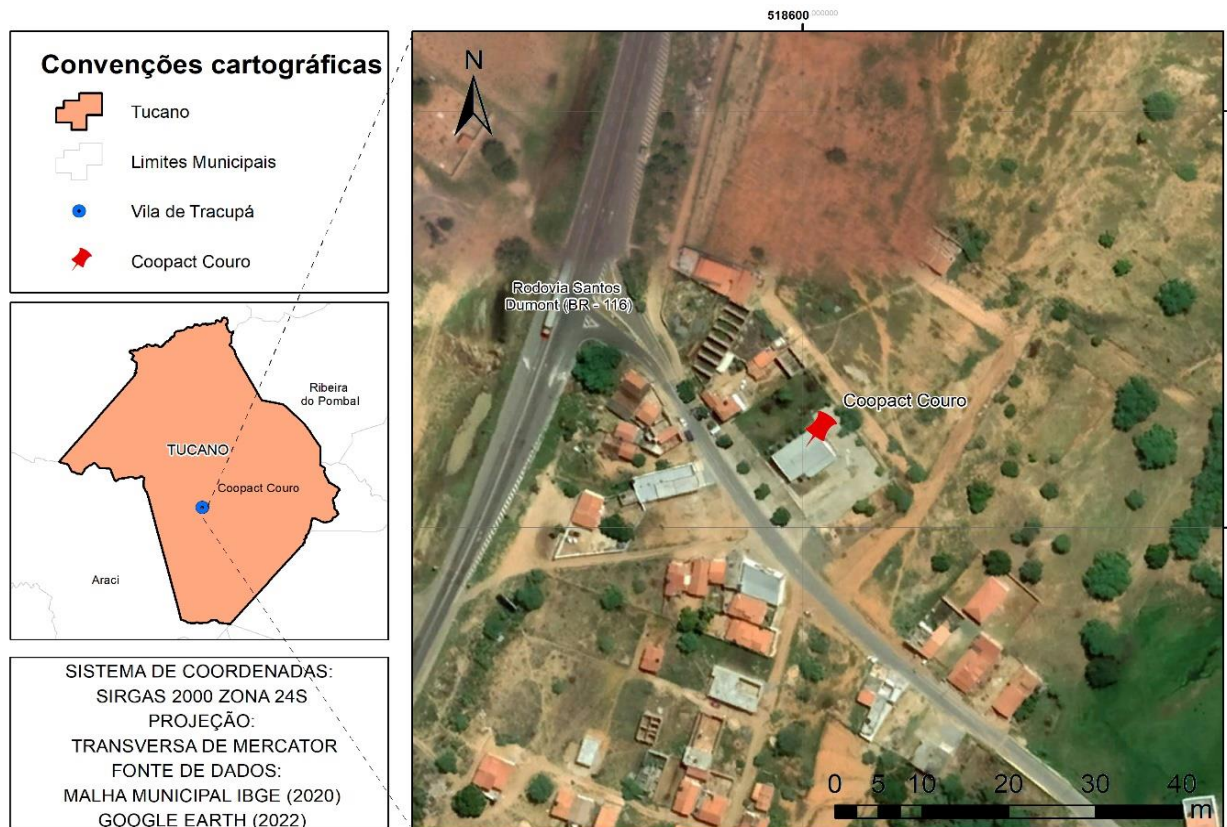
FIGURA 10 – INTERIOR DA COOPACT, TUCANO, BAHIA, 2020.



Fonte: Foto - Aurenice Carmo, 2018.

A Cooperativa dos Produtores de Artefatos de Couro da Comunidade de Tracupá é uma cooperativa de produção que está localizada na Rua Floriano Peixoto, s/n, na Vila de Tracupá, município de Tucano-BA (Figura 11), estando a aproximadamente 150 metros da rodovia Santos Dumont, BR116.

FIGURA 11 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COOPACT NO DISTRITO DE TRACUPÁ, TUCANO, 2021)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A atividade principal da COOPACT é a fabricação e comercialização de uma grande variedade de produtos (Figura 12) como bolsas, carteiras, chapéus, cintos, capangas, porta documentos, mochilas, sandálias de couro, porta celulares e porta moedas, em sua maioria produzidos com couro legítimo proveniente do povoado de Pedra Grande do Curtume, também localizado no município de Tucano-BA. Os produtos da cooperativa são conhecidos por sua qualidade e seu modo de produção essencialmente artesanal, apesar de alguns processos de corte e costura serem realizados de forma mecanizada.

FIGURA 12 – PRODUTOS DE COURO CONFECCIONADOS PELA COOPACT – TUCANO /BAHIA/BRASIL (2022)



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A COOPACT comercializa seus itens através da sua loja, a Tracupá Couros, que foi inaugurada em meados de 2013. A loja e a cooperativa compartilham do mesmo CNPJ e do mesmo espaço físico (Figura 13), um galpão multifuncional cuja parte frontal abriga a loja e o espaço nos fundos é reservado para a produção. Além das vendas diretas na loja física, a Tracupá Couros também comercializa seus produtos através do aplicativo de celular WhatsApp, via telefone, e-mail, por meio de suas páginas em redes sociais como o Facebook e Instagram, além de contar com uma plataforma de loja virtual.

FIGURA 13 – FACHADA DA LOJA TRACUPÁ COURO E DA COOPACT, TUCANO (2022)

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

A cooperativa teve origem através da Associação de Integração Comunitária de Tracupá (AICT Couro), uma instituição que visava a articulação de moradores e produtores da comunidade bem como a intermediação destes com o poder público. Em 2008 a Associação recebeu um galpão multifuncional através do programa Indústria Cidadã, porém seus membros não foram devidamente instrumentalizados para dar seguimento ao projeto e o galpão permaneceu fechado por alguns anos.

O programa Indústria Cidadã, realizado pelo governo da Bahia em conjunto com a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial SUDIC, visava o fomento da atividade industrial aproveitando os recursos e as vocações produtivas locais, tendo como público alvo pequenos produtores em municípios pouco dinâmicos economicamente e cuja atividade principal é a agricultura de baixo valor agregado, de modo que os galpões fornecidos às localidades deveriam funcionar como centro de produção, beneficiamento e/ou distribuição para os pequenos produtores locais (Figura 14).

FIGURA 14 – GALPÕES MULTIFUNCAIONAIS DO PROGRAMA INDUSTRIA CIDADÃ, 2008.

Fonte: Arquivo digital da Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura de Salvador (AGECOM), 2021.

É importante ressaltar que os galpões disponibilizados através do referido programa não pertenciam a comunidade, tratando-se de um contrato de cessão de uso gratuito em regime de comodato. No caso da AICT Couro, em Tracupá, a prefeitura municipal de Tucano cedeu o uso do imóvel construído pelo Governo do Estado para a associação, deixando-a responsável por seu gerenciamento, embora oficialmente esse papel ainda fosse da prefeitura.

Além do galpão, a SUDIC também encaminhou outros dois projetos para aquisição de equipamentos para a AICT Couro. No primeiro foram adquiridas algumas máquinas, porém estas eram mais apropriadas para a indústria têxtil, mas, através do segundo projeto a associação recebeu máquinas adequadas para uso com couro, que de fato era o insumo principal utilizado pelos produtores da comunidade.

No decorrer de 2011 os integrantes da associação, liderados pelo senhor José Francisco, se reuniram a outros produtores locais e decidiram constituir uma cooperativa, a COOPACT, a qual passou a funcionar formalmente a partir de 19 de dezembro daquele ano, com isso as atividades da associação AICT Couro foram encerradas.

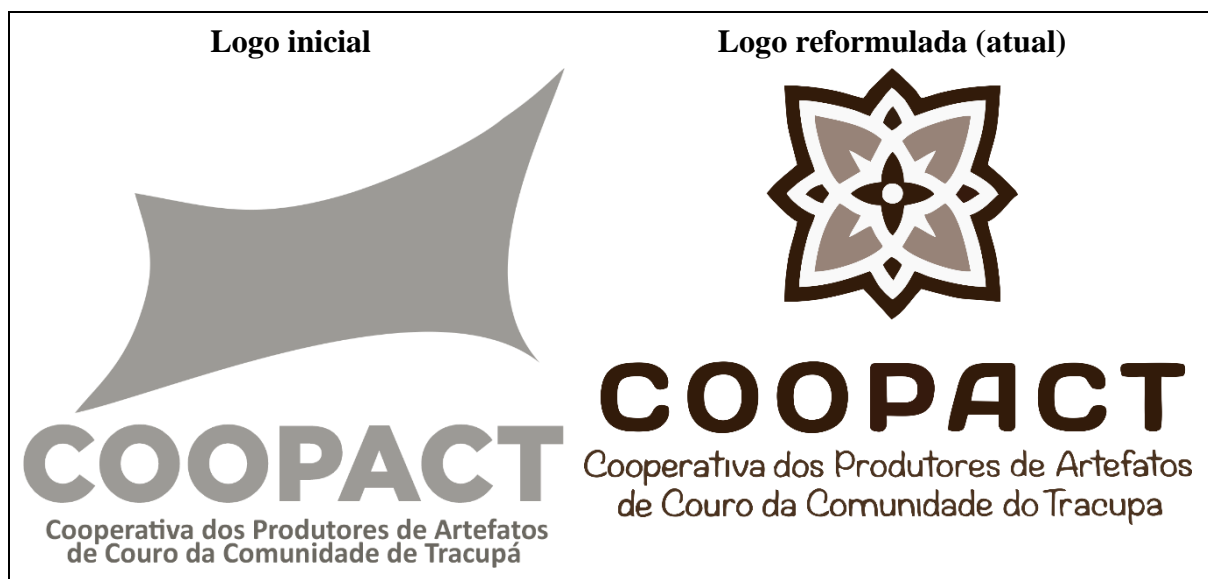
Em meados de 2012 a COOPACT passou por uma reestruturação através de um projeto do Governo do Estado da Bahia que visava a reativação de Indústrias Cidadãs no interior do estado, a iniciativa contemplava um acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC).

De acordo com a diretoria da COOPACT, antes da reestruturação a cooperativa comercializava seus produtos para grandes empresas do estado de São Paulo, com baixo valor agregado, de forma que a renda obtida, geralmente bem inferior a um salário mínimo mensal,

era insuficiente para suas necessidades, além de demandar uma jornada de trabalho de mais de 12 horas/dia. Com a reestruturação a renda mensal dos associados aumentou, pois já não vendiam mais para atravessadores e sim para o cliente final.

Durante a reestruturação, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por intermédio do Sebrae, realizou capacitações com os cooperados antigos e novos da COOPACT, incluindo cursos de corte, costura e modelagem. Já o Sebrae realizou uma série de consultorias, as quais incluíram o diagnóstico organizacional, treinamentos na área de gestão estratégica e financeira, auxílio na construção de um plano de negócios e escolha de maquinários para substituição das máquinas antigas, estruturação das estratégias de marketing, design de novos produtos e embalagens, reformulação da logo da COOPACT (Figura 15) e a elaboração da marca da loja Tracupá Couro (Figura 16).

FIGURA 15 – VERSÃO INICIAL E VERSÃO REFORMULADA DA LOGO DA COOPACT, 2022



Fonte: Trabalho de campo, 2021

A figura 15 traz o design dos logos da COOPACT em sua primeira versão e na versão atual. A logo inicial (imagem da esquerda) trazia uma silhueta que representava a pele de couro aberta, simbolizando o insumo tradicionalmente utilizado na comunidade, já a logo reformulada (imagem da direita) traz um desenho que representa a flor de mandacaru, planta da família dos cactos nativa do Brasil e frequentemente encontrada na região nordeste do país, uma espécie adaptada ao clima semiárido e muito resistente ao calor e ao período de seca característicos da região, sendo escolhida para simbolizar a força e a resiliência dos moradores do Distrito de Tracupá.

FIGURA 16 – LOGO DA LOJA TRACUPÁ COURO – TUCANO /BAHIA/BRASIL (2022)

Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Ainda com relação as consultorias, em 2015 a cooperativa participou do Sebraetc, que é o programa de consultoria tecnológica do Sebrae, onde foram aprimorados os designs e criadas novas linhas de produtos e embalagens, bem como a criação de um catálogo de itens. Em 2016 a cooperativa também passou por um plano de Melhoria do Desempenho Empresarial (MEDE), que objetivou realizar diagnósticos, identificar gargalos na produção, aprimorar o design de produtos, da marca, das mídias sociais e do marketing.

De acordo com a diretoria da COOPACT, essa série de consultorias foram essenciais para o crescimento da cooperativa, a qual teria quadruplicado sua produção e faturamento nesse período. Até 2016 as consultorias eram subsidiadas pela Sudic, depois a cooperativa já conseguia arcar com pelo menos 20% do valor das consultorias.

Outro marco importante para o desenvolvimento da COOPACT foi o recebimento de um veículo (Figura 17) fornecido através do Programa de Implementação de Projetos de Apoio à Produção (PROMER), através do convenio 108/2017, publicado no diário oficial de 23/05/2017. O veículo teve e ainda tem um impacto muito grande na dinâmica de funcionamento da cooperativa, pois permitiu que estes pudessem acessar novos mercados e comunidades e expandissem seu alcance, reduzindo também os custos com o transporte de mercadorias, pois segundo o presidente da COOPACT, muitas empresas de transporte público e privado cobravam valores exorbitantes ou se recusavam a transportar seus produtos.

FIGURA 17 – CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO VEÍCULO (2017)



Fonte: Arquivo digital da COOPACT, 2021.

A COOPACT também organiza eventos como a Feira de Artefatos de Couro e Produtos da Agricultura Familiar (Figura 18). Apelidado de Feira do Couro, o evento é realizado anualmente desde 2013 em parceria com o Sebrae, a prefeitura municipal de Tucano, o governo da Bahia e a CAR. No evento a COOPACT abre espaço para que os produtores locais e de outras comunidades, além de organizações e cooperativas parceiras, possam comercializar seus produtos, em sua maioria provenientes das cooperativas e produtores da agricultura familiar, atraindo um público diversificado que movimenta a economia local.

FIGURA 18 – IMAGENS DA 6ª FEIRA DE ARTEFATOS DE COURO E PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TRACUPÁ, TUCANO, BAHIA, 2019.



Fonte: Arquivo digital da COOPACT, 2021.

Além da organização de eventos na comunidade a cooperativa está sempre engajada em campanhas de conscientização como o combate ao trabalho infantil e à violência contra a mulher, novembro azul e setembro amarelo, buscando trazer para o distrito discussões e temáticas que geralmente não alcançam o público do distrito.

Em virtude da pandemia de Covid 19 e das medidas sanitárias impostas pelo governo que obrigaram o fechamento do comércio, em 2021 a cooperativa enfrentou problemas para escoar a produção e manter suas atividades, permanecendo inativa por alguns meses. Neste período surgiu a oportunidade de participar de um Edital Público Especial da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) em parceria com as secretarias estaduais de Desenvolvimento Rural (SDR), do Planejamento (SEPLAN), e de Desenvolvimento Econômico (SDE) que habilitava Associações, Cooperativas, Microempresas e Empresas, instaladas no estado da Bahia, para produção emergencial de máscaras artesanais (Figura 19) a serem destinadas a pessoas de vulnerabilidade social e econômica e funcionários públicos, com fins de promover a contenção do contágio do Novo Coronavírus (COVID-19).

FIGURA 19 – PRODUÇÃO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS ARTESANAIS, COOPACT, TUCANO, BAHIA, 2019



Fonte: Arquivo digital da COOPACT, 2021.

A diretoria da COOPACT também destaca a importância do apoio de instituições como Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), para sua participação nas feiras e eventos, fornecendo recursos para deslocamento, hospedagem e alimentação para alguns cooperados. Segundo eles os eventos foram importantes para o desenvolvimento da cooperativa, possibilitando que estes divulgassem seus produtos, conhecessem novos fornecedores, materiais, técnicas de produção e tendências do mercado.

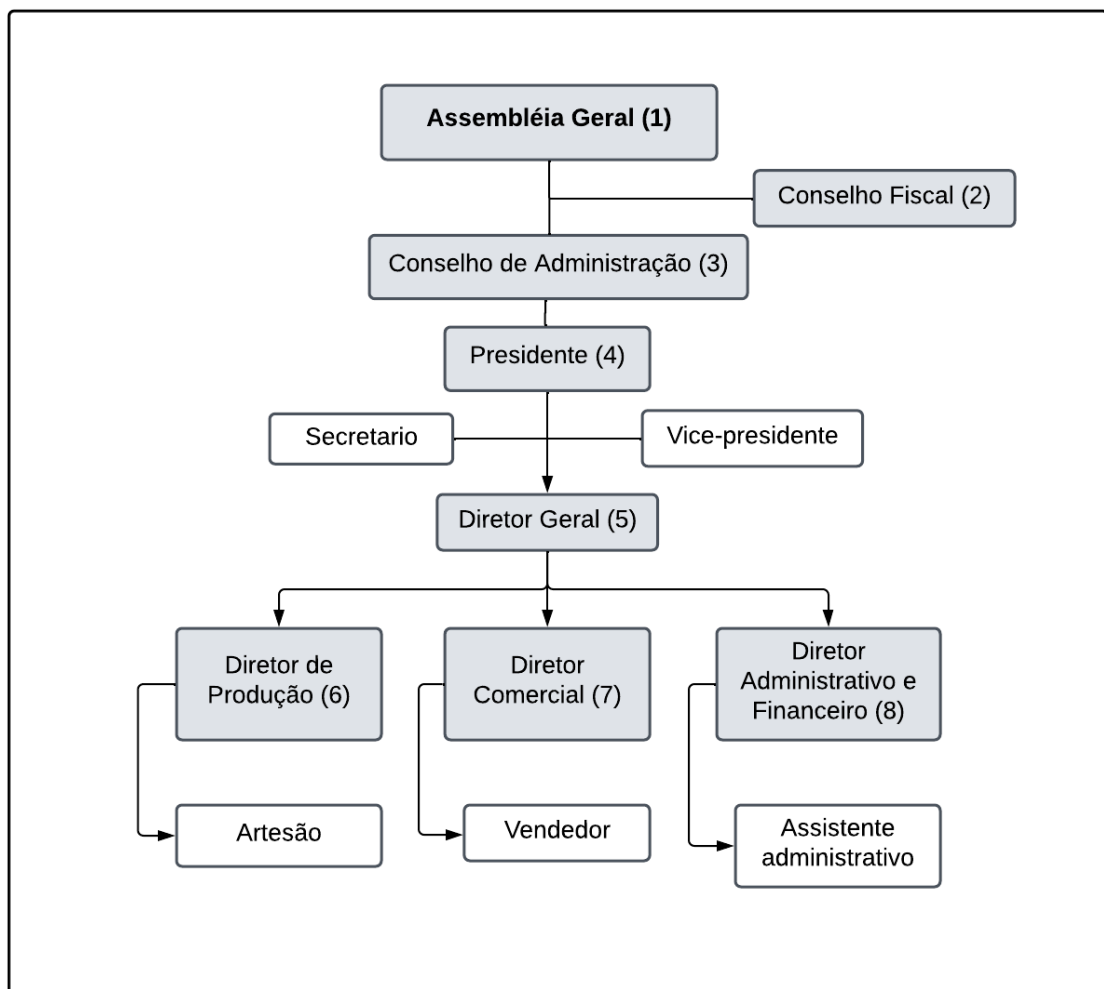
Dentre os eventos mais importantes destacam-se a ExpoFeira e a Feira do Empreendedor, realizados em 2013 na cidade de Feira de Santana-BA, além da Feira Internacional da Moda em Calçados (Franal) e o Salão InspiraMais, ambos realizados em São Paulo-SP no ano de 2018.

Com relação a sua estrutura organizacional, a COOPACT é composta por 22 associados, incluindo o atual diretor presidente, Adriano Ferreira da Silva e envolve diretamente 12 famílias da comunidade, visto que há várias pessoas da mesma família atuando na cooperativa. Atualmente, dos 22 associados, 6 produzem na própria residência, entregando sua produção e prestando contas regularmente, outros 6 não atuam mais na

cooperativa e estão residindo em outras localidades. Há também pessoas que trabalham de forma eventual utilizando o espaço, equipamentos ou fornecendo insumos e produtos à cooperativa, porém sem estabelecer nenhum tipo de vínculo formal.

A Figura 20 mostra a estrutura organizacional da COOPACT. Quase todos os cargos são/foram ocupados por associados, com exceção do cargo de vendedor que já foi ocupado através de contrato temporário.

FIGURA 20 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA COOPACT



Fonte: Dados fornecidos pela COOPACT. Elaborado pelo autor através de pesquisa de campo, 2021.

Assembleia Geral (1): É o órgão deliberativo máximo da cooperativa, é formado por todos os cooperados, os quais podem opinar e decidir acerca das decisões e assuntos de interesse do coletivo, tendo cada um deles direito a um voto independentemente do volume de quotas parte que tenha integralizado. Na COOPACT são realizadas ao menos duas assembleias gerais ordinárias por ano e assembleias gerais extraordinárias quando necessário. De acordo com a diretoria nem todos os membros da cooperativa tem interesse em participar,

de modo que muitas vezes há dificuldade em cumprir o quórum mínimo necessário para legitimar as deliberações. A última assembleia realizada, uma Assembleia Geral Extraordinária, aconteceu em 11/06/2021 com o objetivo de reformular o estatuto social, prestar contas, apresentar relatórios de gestão e demonstrativos de sobras e perdas dos exercícios anteriores, bem como aprovação dos planos de atividade para o ano seguinte.

Conselho Fiscal (2): É o órgão que fiscaliza os atos da administração da cooperativa, sendo essencial a um funcionamento democrático e transparente. É papel do conselho fiscal realizar tanto a fiscalização preventiva como a repressiva. No aspecto preventivo os conselheiros fiscais zelam pelo cumprimento da lei, do estatuto, do regimento interno e das deliberações da assembleia-geral. Já no aspecto repressivo os conselheiros fiscais notificam o órgão da administração sobre possíveis irregularidades, recebem reclamações dos associados, contratam auditoria, convocam a assembleia geral extraordinária sempre que houver motivos graves e urgentes e analisam mensalmente o balancete e as demais demonstrações financeiras da cooperativa.

Conselho de administração (3): É o órgão colegiado responsável pelo direcionamento estratégico da cooperativa, é papel do conselho de administração zelar pela manutenção e desenvolvimento do negócio, além de prevenir e administrar conflitos de interesses ou divergências de opiniões a fim de que o interesse da cooperativa sempre prevaleça. O conselho é composto exclusivamente por associados eleitos pela assembleia-geral, exceto por aqueles impedidos por lei ou aquelas condenadas a penas que as impeçam de exercer cargos públicos ainda que temporariamente. Além disso parentes entre si até segundo grau não podem compor a mesma diretoria ou conselho de administração, o que se torna um problema para a COOPACT considerando a pouca quantidade de membros ativos e o fato de que muitos membros da cooperativa são da mesma família.

Presidência (4) e Direção Geral (5): Respondem pelo funcionamento da cooperativa tomando decisões importantes do cotidiano institucional. Enquanto o presidente tem uma atuação mais ampla, gerindo aspectos e demandas da cooperativa como um todo, incluindo aspectos jurídicos e burocráticos da cooperativa, a direção geral tem um foco mais voltado ao aspecto técnico e operacional. Atualmente as duas funções são realizadas pelo atual presidente da cooperativa.

Os diretores de **Produção (6)**, **Comercial (7)** e **Administrativo/Financeiro (8)** são responsáveis por implementar as decisões e supervisionar o funcionamento dos seus respectivos setores, garantindo a qualidade e o escoamento da produção, o controle financeiro e o suporte administrativo para as atividades do dia a dia da cooperativa.

O Quadro 05 descreve os direitos e deveres dos associados, sendo que vários deles são comuns à maioria das cooperativas, porém na COOPACT destaca-se alguns diferenciais como o dever de buscar a integração da cooperativa com a comunidade e de zelar pela imagem da cooperativa e do cooperativismo.

QUADRO 05 – DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS DA COOPACT

Direitos	Deveres
Votar e ser votado para os cargos sociais.	Participar das assembleias.
Participar das atividades econômicas, sociais e culturais.	Fiscalizar a sociedade cooperativa e denunciar falhas.
Receber retorno proporcional a sua produção/productividade.	Acatar a decisão da maioria.
Solicitar esclarecimentos do conselho de administração, conselho fiscal e aos colaboradores da cooperativa.	Zelar pelo patrimônio moral e material da cooperativa.
Convocar a assembleia geral se for necessário.	Cumprir com os compromissos contraídos com a cooperativa.
Obter informações sobre os assuntos que foram ou que serão tratados nas assembleias.	Respeitar o estatuto e as demais normas internas.
Desligar-se da cooperativa quando lhe for conveniente.	Assumir a responsabilidade em caso de perdas financeiras ou danos ao patrimônio, instalações e equipamentos de uso coletivo.
Receber retorno das sobras apuradas no exercício.	Integralizar a quota capital.
	Buscar capacitação profissional.
	Incentivar a integração da cooperativa com a comunidade.
	Zelar pela imagem da cooperativa e do cooperativismo.

Fonte: Dados fornecidos pela COOPACT. Elaborado pelo autor através de pesquisa de campo, 2021.

5 REFLEXÕES SOBRE A ATIVIDADE COOPERATIVISTA E SEUS IMPACTOS NO EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO EM TRACUPÁ

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa, cujos dados foram obtidos por meio da aplicação de questionários a 60 moradores da Vila de Tracupá, em Tucano-BA. A partir da análise desses dados apresenta-se aqui o perfil sociográfico dos participantes incluindo idade, sexo, escolaridade, tempo de residência na vila e renda; as concepções dos participantes sobre o conceito de empoderamento; a avaliação e classificação do nível de empoderamento dos participantes por variável, indicador e dimensão, além de um breve diagnóstico das ações e do contexto de funcionamento da cooperativa sob a ótica do empoderamento, trazendo também algumas recomendações para ampliar as contribuições da cooperativa no processo de empoderamento dos indivíduos e da comunidade em estudo.

5.1 SOBRE OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa são 60 residentes da Vila de Tracupá, localizada no município de Tucano-BA. Como pode ser observado na tabela 03, que traz a distribuição dos participantes por gênero, a maior parte dos que responderam ao questionário são do sexo feminino (56,7 %) enquanto a menor parte (43,3%) é do sexo masculino. A razão pela maior participação de mulheres na pesquisa é que embora os participantes tenham sido abordados na mesma proporção considerando o sexo, ou seja, 30 homens e 30 mulheres, quando os participantes do sexo masculino estavam acompanhados de sua companheira ou cônjuge, esta assumia a responsabilidade por fornecer os dados para a pesquisa.

TABELA 03 – DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR GÊNERO

Gênero	Frequência	Percentual (%)
Masculino	26	43,3
Feminino	34	56,7
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com relação à faixa etária (tabela 04), a maior parte dos participantes (26,7%) afirma ter idade que varia de 51 a 60 anos, em seguida estão aqueles com idade de 40 a 50 anos (21,7%) e aqueles com idade acima de 61 anos (20%), a menor parte dos participantes tinha de 18 a 28 anos (13,3%) e de 29 a 39 anos (18,3%).

TABELA 04 – FAIXA ETÁRIA DOS PARTICIPANTES

Faixa etária	Frequência	Percentual (%)
De 18 a 28 anos	8	13,3
De 29 a 39 anos	11	18,3
De 40 a 50 anos	13	21,7
De 51 a 61 anos	16	26,7
Acima de 61 anos	12	20,0
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Já com respeito ao tempo em que o participante reside na vila (tabela 05), metade dos entrevistados (50%) afirma residir no local há 21 anos ou mais, 40 % vivem na localidade no período de 11 a 21 anos e 10% deles entre 6 a 10 anos. Vários participantes acrescentaram que já saíram da vila por períodos curtos de tempo para trabalhar, mas que voltaram assim que foi possível e que não tem interesse em deixar a vila novamente, a não ser por extrema necessidade.

TABELA 05 – TEMPO EM QUE OS PARTICIPANTES RESIDEM NA VILA

Tempo em que reside na vila	Frequência	Percentual (%)
De 06 a 10 anos	06	10
De 11 a 21 anos	24	40
Mais de 21 anos	30	50
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

No que diz respeito ao grau de instrução (tabela 06), 8,3% dos entrevistados revelaram não ter frequentado a escola; mais da metade (53,3%) afirma ter interrompido os estudos antes de concluir o Ensino Fundamental; 10% não chegou a concluir o Ensino Médio e 6,7% não concluiu o Ensino Superior. Segundo os participantes, dentre os principais motivos que

dificultaram o início da escolarização ou que contribuíram para o abandono à escola/universidade, estão a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família, a distância entre seu local de residência e a escola, e a falta de transporte. Dentre os 60 entrevistados apenas 3 pessoas (5%) chegaram a concluir o ensino fundamental, 8 (13,3%) concluíram o Ensino Médio e 2 (3,3%) concluíram o Ensino Superior.

TABELA 06 – GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PARTICIPANTES

Grau de instrução	Frequência	Percentual (%)
Sem escolaridade	5	8,3
Fundamental incompleto	32	53,3
Fundamental completo	3	5,0
Médio incompleto	6	10,0
Médio completo	8	13,3
Superior incompleto	4	6,7
Superior completo	2	3,3
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com relação à renda individual (tabela 07), a maioria dos entrevistados (58,3%) apontou ter rendimento médio mensal inferior a 1 salário mínimo (cujo valor era de R\$ 1.302,00 considerando o valor vigente em dezembro de 2022), renda essa proveniente de programas sociais como bolsa família, da produção (artesanato) e da venda (comércio) de artefatos de couro, bem como da agricultura e dos chamados “bicos” (prestação de serviços de natureza diversa). Outra parte (31,7%) apontou ter renda média mensal individual de 1 salário mínimo proveniente especialmente do artesanato, aposentadorias e pensões. Apenas uma pequena parcela dos entrevistados afirmou ter renda de 1 salário mínimo e meio (8,3%), 2 salários mínimos (3,3 %) e 3 salários mínimos (1,7%) os quais seriam provenientes de atividade empresarial (mercadinhos e lojas de artefatos de couro).

TABELA 07 – RENDA MÉDIA MENSAL INDIVIDUAL DOS PARTICIPANTES

Renda média mensal individual	Frequência	Percentual (%)
Inferior a 1 salário mínimo	35	58,3
1 salário mínimo	19	31,7
1 salário mínimo e meio	3	5,0
2 salários mínimos	2	3,3
3 salários mínimos	1	1,7
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando questionados sobre a renda familiar (tabela 08), grande parte dos entrevistados (41,7%) afirmou que seu grupo familiar possuía renda média mensal de 1 salário mínimo e meio, outra parte (26,7%) teria renda de 1 salário mínimo e 25% dessas famílias viveria com menos de 1 salário mínimo mensal. Considerando a origem da renda familiar observa-se que ao menos 90% dos entrevistados, quando não atuavam diretamente na produção e/ou comercialização de artefatos de couro, teria pelo menos um membro do seu grupo familiar atuando nesse segmento.

TABELA 08 – RENDA MÉDIA MENSAL FAMILIAR DOS PARTICIPANTES

Renda média mensal familiar	Frequência	Percentual (%)
Inferior a 1 salário mínimo	15	25,0
1 salário mínimo	16	26,7
1 salário mínimo e meio	25	41,7
2 salários mínimos	3	5,0
3 salários mínimos	1	1,7
Total	60	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Nesta perspectiva, percebe-se uma dependência da economia local em relação a cadeia produtiva do couro, deixando a comunidade bastante suscetível a flutuações neste mercado. Além disso, ressalta-se que, em adição a baixa diversidade produtiva, há um alto grau de informalidade e, considerando formais e informais, muitos dos que trabalham na referida cadeia produtiva estão em concorrência direta entre si.

5.2 O QUE PENSAM OS MORADORES SOBRE O CONCEITO DE EMPODERAMENTO

Foi questionado aos moradores quais significados, sentimentos ou características eles atribuem aos termos “empoderamento” e/ou “empoderar”. Dada a grande variedade de respostas, optou-se pela elaboração de uma nuvem de palavras como forma de representar esses dados, a fim de destacar os termos mais significativos e facilitar a interpretação por parte dos leitores.

Nuvens de palavras são representações visuais de palavras-chave que aparecem com frequência em um conjunto de dados. Em geral, o tamanho de cada palavra representada na imagem indica sua frequência ou relevância em relação aos termos analisados, e, no caso desta produção, considera-se que quanto maior a palavra, mais frequentemente ela apareceu no agrupamento de dados.

No processo foram removidas respostas que não agregam valor à análise como as expressões “nada” e “não tenho certeza”, bem como foram suprimidos elementos em torno das palavras chave como “na minha opinião” e “isso me lembra”, além disso, frases foram reduzidas à termos únicos para facilitar a representação visual, a exemplo das expressões “ganhar muito dinheiro” e “ficar rico” que foram resumidas ao termo “enriquecimento”. A lista de vocábulos resultante foi organizada em *ranking* por frequência (tabela 09) e então foi gerada uma nuvem de palavras (Figura 21).

TABELA 09 – RANKING DOS TERMOS ASSOCIADOS AO EMPODERAMENTO

Termo	Frequência	Posição	Termo	Frequência	Posição
Capacidade	20	1º	Crescimento	4	10º
Feminismo	15	2º	Oportunidade	4	11º
Poder	14	3º	Autoestima	4	12º
Autonomia	8	4º	Autoconhecimento	3	13º
Avanço	7	5º	Possibilidades	3	14º
Movimento negro	7	6º	Liberdade	3	15º
Autoridade	5	7º	Visão de futuro	2	16º
Fortalecimento	5	8º	Coragem	2	17º
Autonomia	5	9º	Enriquecimento	2	18º

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

FIGURA 21 – NUVEM DE PALAVRAS



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Conforme pode ser observado na nuvem de palavras (Figura 21) gerada a partir das respostas, os termos “capacidade”, “feminismo”, “poder”, “independência” e “autonomia” são os que possuem maior destaque na imagem por serem os que aparecem, respectivamente, com maior frequência, ocupando assim as primeiras posições no *ranking* (Tabela 09).

Na perspectiva dos entrevistados “capacidade”, que foi o termo com mais ocorrências, é compreendido como “ter o que precisa para chegar onde queremos e saber como fazer isso[...]” (M 13), evidenciando que parte deles associa o empoderamento à aptidão e ao acesso aos recursos necessários para alcançarem seus objetivos.

O termo “feminismo”, segundo colocado no ranking, surge da associação que os entrevistados fazem do empoderamento enquanto elemento das pautas identitárias que vem recebendo mais destaque nas mídias e redes sociais, motivo pelo qual, para parte deles, o empoderamento estaria relacionado à “busca pelos direitos das mulheres[...]” (Morador 15) ou à “luta das feministas” (Morador 33).

O termo “poder”, quarto colocado no ranking, é evocado como equivalente ao empoderamento em diversas conjecturas pelos entrevistados, seja como o processo de aumento de autoridade possibilitando “mandar nos outros[...]” (Morador 6), “ter mais força[...]” do ponto de vista político/econômico (Morador 15), bem como a possibilidade de exercer maior influência “convencendo as pessoas sobre as coisas[...]” (Morador 15).

Os vocábulos “independência” e “autonomia” aparecem como 4º e 5º colocados no ranking respectivamente, significando para os entrevistados “não depender tanto de

ninguém[...]” (morador 06), “conseguir fazer as coisas por minha conta[...]”, (morador 09) ou mesmo “decidir sozinho[...]” (morador 16).

5.3 AVALIANDO O EMPODERAMENTO

Nesta pesquisa foram utilizados um conjunto de 13 variáveis e 38 indicadores de empoderamento individual e comunitário propostos por Soler et al. (2014)⁷ e adaptados por Hurtado (2021). O Quadro 06 elenca as 13 variáveis, as quais se subdividem em 38 indicadores que se relacionam ao empoderamento em dimensão individual, comunitário ou a ambos.

QUADRO 06 – VARIÁVEIS E INDICADORES DE EMPODERAMENTO INDIVIDUAL E COMUNITÁRIO

VARIÁVEL	Nº	INDICADOR	DIMENSÃO	
			Indivi- dual	Comu- nitário
Autoestima	1	Satisfação consigo mesmo	x	
	2	Coragem em enfrentar com segurança ações e compromissos	x	
	3	Timidez (Capacidade de posicionar-se em público sem medo)	x	
	4	Segurança (Acreditar em si mesmo e em suas capacidades)	x	
Responsabilidade	5	Assumir tarefas e compromissos de forma consciente e voluntária	x	x
	6	Assumir o próprio papel independente do contexto	x	x
	7	Capacidade de agir comunitariamente		x
Eficácia	8	Capacidade de tomar decisões apropriadas nos momentos oportunos	x	x
	9	Disciplina (Sistematização e continuidade na realização de tarefas)	x	x
Capacidade crítica	10	Capacidade de análise	x	x
	11	Ter um critério próprio	x	x
Autonomia	12	Iniciativa	x	x

⁷ Em sua pesquisa, Soler et al. (2014) avaliaram 160 artigos detectando indicadores de empoderamento em 24 deles, dentre estes a análise dos trabalhos de Benford et al. (2008), Holte-McKenzie, Fordes e Theobaldo (2006) e Maton (2008) resultou em um total de 16 variáveis e 38 indicadores.

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

	13 Autogestão	x	x
Reconhecimento	14 Considerar-se como interlocutor válido e atuante	x	x
	15 Considerar aos demais como interlocutores válidos e atuantes	x	x
Trabalho em Equipe	16 Mostrar envolvimento no trabalho em equipe	x	
	17 Contribuir com um papel proativo no trabalho em equipe	x	
	18 Capacidade de comunicação	x	x
Inclusão e integração comunitária	19 Capacidade de integração da comunidade ou do grupo		x
	20 Acolhida de novos residentes		x
	21 Solidariedade e capacidade de compartilhar recursos	x	x
Identidade comunitária	22 Sentimento de pertencimento a comunidade ou ao grupo	x	x
	23 Consciência de problemáticas compartilhadas	x	x
Conhecimento comunitário	24 Conhecimento geral da comunidade	x	x
	25 Conhecimento de serviços, recursos e equipamentos da comunidade	x	x
	26 Conhecer os diferentes agentes e organizações da comunidade.	x	x
Organização da comunidade	27 Capacidade da comunidade para organizar-se		x
	28 Circulação fluida de informação na comunidade		x
	29 Capacidade de resposta comunitária		x
	30 Capacidade de trabalhar em parcerias		x
	31 Participação nas decisões que envolvem a comunidade	x	x
	32 Criação ou disposição de espaços para a participação		x
	33 Disposição de lideranças importantes		x
Aprendizagens	34 Consciência de haver adquirido ou melhorados os próprios conhecimentos ou capacidades	x	x
	35 Melhoria das capacidades dos demais	x	x
Avaliação	36 Capacidade de avaliação	x	x
	37 Importância de avaliação	x	x
	38 Capacidade de auto avaliação	x	x

Fonte: Adaptado de (Soler et al., 2014) e Hurtado (2021).

Para os autores, as 13 variáveis (Autoestima, Responsabilidade, Eficácia, Capacidade crítica, Autonomia, Reconhecimento, Trabalho em equipe, Inclusão e integração comunitária, Identidade comunitária, Conhecimento comunitário, Organização da comunidade, Aprendizagens e Avaliação), e seus respectivos indicadores, representam elementos centrais para sistematizar a avaliação do empoderamento, contribuindo na difícil tarefa de mensurar o progresso ou repercussão de ações, programas ou circunstâncias no empoderamento de pessoas e comunidades. (Soler et al., 2014) e Hurtado (2021)

Com base nessa concepção, o ponto de partida para a avaliação do empoderamento dos participantes desta pesquisa foi, a partir dos indicadores de empoderamento, elaborar sentenças (Quadro 07) nas quais os participantes pudessem apontar a frequência com que aquele sentimento ou situação se aplica a eles ou a comunidade na qual estão inseridos, tendo como opções de resposta: S = Sempre, QS = Quase Sempre, AV=Algumas vezes, QN = Quase nunca, N= Nunca.

QUADRO 07 – INDICADORES E SENTENÇAS DE EMPODERAMENTO INDIVIDUAL E COMUNITÁRIO

Nº	Indicador	Sentença
1	Satisfação consigo mesmo	Me sinto satisfeito comigo mesmo
2	Coragem em enfrentar com segurança ações e compromissos	Tenho coragem e segurança em encarar novos compromissos
3	Timidez	Sou capaz de me manifestar em público sem medo
4	Segurança	Acredito em mim e na minha capacidade de mudar a realidade
5	Assumir tarefas e compromissos de forma consciente e voluntaria	Assumo tarefas e compromissos de forma consciente e voluntaria
6	Assumir o próprio papel independente do contexto	Faço o que é preciso independente do lugar ou situação
7	Capacidade de agir comunitariamente	Sou capaz de colaborar com a minha comunidade
8	Capacidade de tomar decisões apropriadas nos momentos oportunos	Consigo tomar as decisões certas nos momentos certos
9	Disciplina	Sou disciplinado e organizado na realização de tarefas
10	Capacidade de análise	Sou capaz de analisar contextos e situações com clareza

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

11	Ter um critério próprio	Me baseio em meu próprio ponto de vista para fazer análises
12	Iniciativa	Tenho iniciativa / tomo atitudes de forma ativa e não apenas reativa
13	Autogestão	Tenho liberdade para tomar minhas próprias decisões
14	Considerar-se como interlocutor válido e atuante	Sinto que minha fala/opinião é levada em consideração
15	Considerar aos demais como interlocutores válidos e atuantes	Levo em consideração a fala/opinião dos outros
16	Mostrar envolvimento no trabalho em equipe	Me envolvo/participo de trabalhos em equipe
17	Contribuir com um papel proativo no trabalho em equipe	Busco contribuir e sou ativo quando trabalho em equipe
18	Capacidade de comunicação	Me considero um bom comunicador/sou bem compreendido
19	Capacidade de integração da comunidade ou do grupo	Sou capaz de promover a participação e união da comunidade ou grupo ao qual estou inserido
20	Acolhida de novos residentes	A comunidade acolhe/recebe bem novos moradores
21	Solidariedade e capacidade de compartilhar recursos	A comunidade é solidária e tem capacidade de compartilhar recursos
22	Sentimento de pertencimento a comunidade ou ao grupo	Sinto que pertencço/faço parte da minha comunidade
23	Consciência de problemáticas compartilhadas	Tenho consciência dos problemas que afetam a minha comunidade
24	Conhecimento geral da comunidade	Conheço de forma geral minha comunidade
25	Conhecimento de serviços, recursos e equipamentos da comunidade	Conheço bem os serviços, recursos e equipamentos utilizados na comunidade
26	Conhecer os diferentes agentes e organizações da comunidade.	Conheço os diferentes agentes e organizações da comunidade.
27	Capacidade da comunidade para organizar-se	Minha comunidade tem capacidade de se organizar
28	Circulação fluida de informação na comunidade	Informações importantes são compartilhadas dentro da comunidade
29	Capacidade de resposta comunitária	Minha comunidade tem capacidade de responder a diferentes problemas/contextos
30	Capacidade de trabalhar em parcerias	Minha comunidade tem capacidade de trabalhar com parcerias
31	Participação nas decisões que envolvem a comunidade	Participação nas decisões que envolvem a comunidade
32	Criação ou disposição de espaços para a participação	Existem espaços para participação dentro da comunidade

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

33	Disposição de lideranças importantes	Existem líderes com capacidade de influenciar os membros da comunidade a tomar ações em questões importantes
34	Consciência de haver adquirido ou melhorados os próprios conhecimentos ou capacidades	Tenho consciência de ter melhorados os meus próprios conhecimentos ou capacidades
35	Melhoria das capacidades dos demais	Sou capaz de contribuir para melhorar a capacidade/situação dos demais
36	Capacidade de avaliação	Sou capaz de avaliar situações e contextos que afetam a mim e minha comunidade
37	Importância de avaliação	Estou ciente da importância de avaliar situações e contextos que afetam a mim e minha comunidade
38	Capacidade de auto avaliação	Sou capaz de avaliar a mim mesmo

Fonte: Adaptado de (Soler et al., 2014) e Hurtado (2021).

Para uma melhor organização dos dados foram atribuídos pesos a cada uma das opções de resposta (Quadro 08), de modo que: SEMPRE corresponde a peso cinco; QUASE SEMPRE a peso quatro; ALGUMAS VEZES a peso três; QUASE NUNCA a peso dois e NUNCA a peso um.

QUADRO 08 – VALORES DAS OPÇÕES DE RESPOSTA

Opção de resposta	Peso
Sempre	5
Quase sempre	4
Algumas vezes	3
Quase nunca	2
Nunca	1

Fonte: Adaptado de Hurtado (2021)

Com base nos valores de opções de resposta estabelecidos e considerando que cada resposta teria um valor máximo de cinco pontos, foi possível estabelecer intervalos a fim de classificar os resultados obtidos através uma escala que varia de “muito baixo”, representando o menor valor e “muito alto”, representando o maior valor de empoderamento. Para um total de 60 moradores entrevistados, tem-se então o valor 300 como a maior pontuação possível para cada indicador caso todos respondam a opção “Sempre”, cujo peso equivale a 5 pontos (Quadro 08).

QUADRO 09 – NÍVEIS DE EMPODERAMENTO ESTABELECIDOS POR INTERVALO

Nível	Intervalo
Muito alto	De 241 a 300
Alto	De 181 a 240
Médio	De 121 a 180
Baixo	De 61 a 120
Muito baixo	De 0 a 60

Fonte: Adaptado de (Hurtado, 2021)

5.3.1 Resultados por indicador

O quadro 10 traz a síntese dos resultados considerando cada um dos 38 indicadores de empoderamento propostos, de modo que a pontuação de cada indicador representa o quantitativo total obtido com a soma dos valores daquele item contidos nos 60 questionários aplicados. Essa pontuação foi então classificada através da escala (quadro 09) que reflete os níveis de empoderamento de maneira abrangente, ou seja, independente se é de dimensão individual, comunitária ou ambas.

QUADRO 10 – NÍVEIS DE EMPODERAMENTO POR INDICADOR

Nº Indicador	Pontuação	Nível
1 Satisfação consigo mesmo	185	Alto
2 Coragem em enfrentar com segurança situações e compromissos	241	Muito Alto
3 Timidez (Capacidade de posicionar-se em público sem medo)	192	Médio alto
4 Segurança (Acreditar em si mesmo e em suas capacidades)	252	Muito Alto
5 Assumir tarefas e compromissos de forma consciente e voluntaria	182	Alto
6 Assumir o próprio papel independente do contexto	195	Muito Alto
7 Capacidade de agir comunitariamente	179	Médio
8 Capacidade de tomar decisões apropriadas nos momentos oportunos	185	Alto
9 Disciplina (Sistematização e continuidade na realização de tarefas)	123	Médio

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

10	Capacidade de análise	124	Médio
11	Ter um critério próprio	140	Médio
12	Iniciativa	110	Baixo
13	Autogestão	141	Médio
14	Considerar-se como interlocutor válido e atuante	144	Médio
15	Considerar aos demais como interlocutores válidos e atuantes	203	Alto
16	Mostrar envolvimento no trabalho em equipe	159	Médio
17	Contribuir com um papel proativo no trabalho em equipe	166	Médio
18	Capacidade de comunicação	144	Médio
19	Capacidade de integração da comunidade ou do grupo	220	Alto
20	Acolhida de novos residentes	291	Muito Alto
21	Solidariedade e capacidade de compartilhar recursos	289	Muito Alto
22	Sentimento de pertencimento a comunidade ou ao grupo	270	Muito Alto
23	Consciência de problemáticas compartilhadas	246	Muito Alto
24	Conhecimento geral da comunidade	201	Alto
25	Conhecimento de serviços, recursos e equipamentos da comunidade	198	Alto
26	Conhecer os diferentes agentes e organizações da comunidade.	190	Alto
27	Capacidade da comunidade para organizar-se	224	Alto
28	Circulação fluida de informação na comunidade	222	Alto
29	Capacidade de resposta comunitária	185	Alto
30	Capacidade de trabalhar em parcerias	175	Alto
31	Participação de pessoas ou grupos	210	Alto
32	Criação ou disposição de espaços para a participação	185	Alto
33	Disposição de lideranças importantes	200	Alto
34	Consciência de haver adquirido ou melhorados os próprios conhecimentos ou capacidades	163	Médio
35	Melhoria das capacidades dos demais	148	Médio
36	Capacidade de avaliação	158	Médio

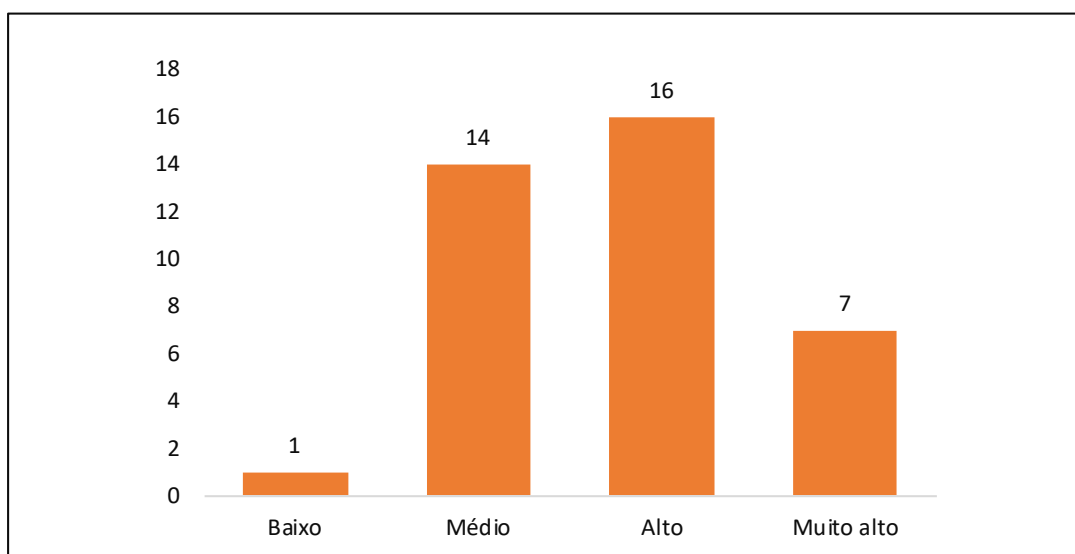
37 Importância da avaliação	165	Médio
38 Capacidade de auto avaliação	148	Médio

Fonte: Elaboração própria a partir de (Soler et al., 2014) e (Hurtado, 2021)

A análise da pontuação dos indicadores (quadro 10) permite avaliar de modo específico o desempenho de diferentes aspectos que repercutem no nível empoderamento, sugerindo quais itens podem ser considerados como pontos fortes dos indivíduos e/ou comunidade, a exemplo do indicador nº 20 (Acolhida de novos residentes), que apresentou a maior pontuação (291) dentre os indicadores analisados, sinalizando que a comunidade em estudo é altamente receptiva e hospitaleira com os novos moradores; ou quais itens precisam ser melhorados, a exemplo do indicador nº 12 (Iniciativa) que apresentou a pior pontuação (110), o que pode indicar que os moradores e/ou comunidade são pouco proativos e que podem necessitar de estímulos internos ou externos para se posicionarem ou tomar atitudes.

Também é possível obter uma visão mais geral com a análise da pontuação desses indicadores. O gráfico 05 sintetiza o quantitativo de indicadores que foram classificados de acordo com cada nível de empoderamento descrito no quadro 10. Dos 38 indicadores analisados, a maior parte deles, 16 (42,1%), foi classificado com nível alto de empoderamento, 07 indicadores (18,4%) apresentaram um nível muito alto, 14 indicadores (36,8%) apresentaram um nível empoderamento classificado como médio, e apenas 01 (2,6%) deles, o indicador N° 12 - Iniciativa, refletiu um nível baixo de empoderamento.

GRÁFICO 05 – QUANTITATIVO DE INDICADORES CLASSIFICADOS POR NÍVEL



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Verifica-se então que, considerando o quantitativo de indicadores que apresentaram nível alto (42,1%) e muito alto (18,4%), os quais totalizam 60,5% das ocorrências, a maioria dos indicadores referentes aos indivíduos e/ou comunidade em estudo apresentam níveis de empoderamento acima da média.

5.1 Resultados por variável

O quadro 11 traz os resultados dos indicadores de empoderamento agrupados por variável. Foi realizada a média aritmética simples das pontuações desses indicadores e o resultado foi classificado na escala de nível de empoderamento (quadro 09).

QUADRO 11 – NÍVEIS POR VARIÁVEL

Variável (13)	Indicadores (38)	Pontuação média	Nível
Autoestima	1, 2, 3, 4	217	Alto
Responsabilidade	5, 6, 7	185	Alto
Eficácia	8, 9	154	Médio
Capacidade crítica	10, 11	132	Médio
Autonomia	12, 13	125	Médio
Reconhecimento	14, 15	173	Médio
Trabalho em equipe	16, 17, 18	156	Médio
Inclusão e integração comunitária	19, 20, 21	266	Muito Alto
Identidade comunitária	22, 23	258	Muito Alto
Conhecimento comunitário	24, 25, 26	196	Alto
Organização da comunidade	27, 28, 29, 30, 31, 32, 33	200	Alto
Aprendizagens	34, 35	155	Médio
Avaliação	36, 37, 38	157	Médio

Fonte: Elaboração própria a partir de (Soler et al., 2014) e (Hurtado, 2021)

Autoestima

Para (Mruk, 1995) a autoestima se refere à apreciação que se faz de si mesmo, podendo ser considerada como o quanto as pessoas gostam, aprovam ou valorizam a si próprias. De acordo com (Tafarodi & Swann, 1995) a autoestima pode ser determinada por muitos fatores, incluindo o quão bem os indivíduos veem o próprio desempenho e aparência, e o quão satisfeitos estão com seus relacionamentos com outras pessoas.

Considera-se que a autoestima se relaciona com o empoderamento na medida em que pode afetar como as pessoas se sentem, como interagem com outras pessoas e como lidam com os desafios que lhes são apresentados, de modo que uma baixa autoestima poderia repercutir em baixo nível de empoderamento individual.

Nesta pesquisa a análise da autoestima envolve a frequência com a qual os participantes da pesquisa sentem-se satisfeitos consigo mesmos, a coragem destes em encarar os compromissos e situações, a capacidade de se posicionarem em público sem medo e o quanto acreditam em si mesmos e em suas próprias capacidades.

Conforme quadro 11, a variável “autoestima” obteve uma pontuação de 217 pontos, sendo classificada como nível alto, representando que os participantes apresentam um nível de autoestima acima da média.

Responsabilidade

De forma simplificada, responsabilidade é fazer as coisas que devem ser feitas, aceitando e arcando com os resultados positivos ou negativos das próprias ações. Estimular as pessoas a assumir a responsabilidade pelo próprio futuro e por perseguir os próprios objetivos também faz parte do processo de empoderamento, pois, mesmo fornecendo as ferramentas e criando as circunstâncias necessárias, depende do indivíduo a decisão de se e como irá usufruir delas.

Na perspectiva desta pesquisa, a responsabilidade está atrelada a capacidade de as pessoas assumirem tarefas e compromissos de forma consciente e voluntária de acordo com suas possibilidades; com a capacidade de exercer o próprio papel independente do contexto, e com a capacidade de assumir responsabilidades para com seus pares, o que também envolve sua disposição para agir comunitariamente.

Conforme quadro 11, a variável “responsabilidade” obteve uma pontuação de 185 pontos, sendo classificada como nível alto, representando que os participantes apresentam um nível de responsabilidade acima da média.

Eficácia

Maximiliano (2000) define eficácia como “fazer as coisas certas”, em outras palavras, a eficácia estaria relacionada a capacidade de produzir o resultado desejado ou atingir o objetivo proposto, podendo então ser mensurada com o confronto entre aquilo que o indivíduo ou comunidade objetiva e o que de fato é realizado.

A escolha da eficácia como variável para avaliação do empoderamento vem da necessidade de verificar a capacidade dos indivíduos e comunidades alcançarem os objetivos pretendidos, o que passa, sobretudo, pela capacidade de estes tomarem decisões apropriadas nos momentos oportunos, e pela sua disciplina, que envolve sua aptidão para sistematizar e dar continuidade às tarefas ou etapas necessárias para que estes alcancem seus propósitos.

Nesta pesquisa a variável “eficácia” obteve uma pontuação de 154 pontos, sendo classificada como nível médio, indicando que os participantes apresentam um nível de eficácia regular ou intermediário.

Capacidade crítica

A capacidade crítica, ou pensamento crítico, refere-se à habilidade de analisar informações e situações de forma objetiva e fazer escolhas fundamentadas. Em geral, indivíduos com essa capacidade podem tirar conclusões razoáveis de um conjunto de informações e diferenciar detalhes úteis e menos úteis para resolver problemas ou tomar decisões. (TENREIRO-VIEIRA, 2019)

Nesta perspectiva, considera-se que indivíduos empoderados precisam ter a capacidade de analisar criticamente o contexto em que vivem, com base em seus próprios critérios, além de serem capazes de avaliar suas potencialidades, identificar os recursos disponíveis e adaptar suas estratégias de modo que eles e a comunidade possam ter maior controle sobre os fatores que influenciam nas suas vidas. A capacidade crítica seria então uma variável importante para a avaliação do empoderamento por representar, entre outros fatores, a capacidade destes indivíduos em analisar e lidar com a realidade atual e futura.

Nesta pesquisa a variável “capacidade crítica” obteve uma pontuação de 132 pontos, sendo classificada como nível médio, indicando que os participantes apresentam um nível de capacidade crítica regular ou intermediária.

Autonomia

Autonomia tem sua raiz no grego, significando “auto legislação” ou “autogoverno”, e, no sentido mais simples, diz respeito à capacidade de uma pessoa fazer suas próprias escolhas de acordo com seus valores e interesses, sem coerção ou constrangimento. (MILL, 2000)

O empoderamento está intimamente relacionado à autonomia, pois envolve a capacidade dos indivíduos controlarem suas próprias vidas e destinos, estando livres para tomar suas próprias decisões de forma ativa e não apenas reativa, bem como podendo gerenciar seus próprios recursos.

Conforme quadro 11, a variável “autonomia” obteve uma pontuação de 125 pontos, sendo classificada como nível médio, representando que os participantes apresentam um nível de autonomia regular.

Reconhecimento

Nesta pesquisa, reconhecimento está atrelado à ideia de o indivíduo perceber-se como interlocutor válido e atuante, ou seja, se ele acredita que sua opinião é levada em consideração pelos demais, e, além disso, se este indivíduo também considera os demais como interlocutores válidos e atuantes. Entende-se que “reconhecimento”, nesta perspectiva, é variável relevante para mensurar os níveis de empoderamento, visto que, sua análise poderia refletir o quanto os indivíduos dessa comunidade reconhecem como legítimo o direito dos outros membros da sua comunidade se posicionarem e se estes são receptivos com relação aos posicionamentos dos seus pares.

A variável “reconhecimento” obteve uma pontuação de 173 pontos, sendo classificada como nível médio, representando que os participantes apresentam um nível de reconhecimento regular ou intermediário.

Trabalho em equipe

O trabalho em equipe constrói relacionamentos fortes, pois quanto mais próximos os membros da comunidade atuam uns dos outros, mais eles se conhecem e desenvolvem simpatia mútua, além disso, para além da melhoria do vínculo entre os membros da comunidade, o trabalho coletivo também tem maior potencial para gerar melhores resultados tanto para o indivíduo como para a comunidade, ampliando suas possibilidades. Nesta perspectiva, a capacidade de trabalhar em grupo ou de forma colaborativa pode então ser um importante indicativo de empoderamento, pois pode representar o quão fortalecidos indivíduos e comunidades estão.

Nesta variável foi avaliado se os membros da comunidade se envolvem e participam de trabalhos em equipe, se eles buscam contribuir de forma ativa quando atuam nesses grupos e se eles se consideram bons comunicadores e, conseqüentemente, se costumam ser bem compreendidos, pois isto pode afetar diretamente a sua capacidade de atuar colaborativamente.

Conforme quadro 11, a variável “trabalho em equipe” obteve uma pontuação de 156 pontos, sendo classificada como nível médio, representando que para os participantes o nível de trabalho em equipe na comunidade é considerado regular ou intermediário.

Inclusão e integração comunitária

Nesta pesquisa os termos inclusão e integração se referem a forma como a comunidade lida com seus membros atuais e novos, no sentido possibilitar a estes ampla participação e envolvimento na dinâmica comunitária. Considera-se que a busca pela inclusão dos membros atuais, assim como a integração dos novos membros, é importante para proporcionar a todos os residentes a oportunidade de viver e existir como um membro contribuinte da comunidade enquanto é valorizado por suas habilidades e singularidades.

O fortalecimento e conseqüentemente o empoderamento dos indivíduos e da comunidade passa pela inclusão e integração de seus membros, motivo pelo qual esta variável foi selecionada para integrar este processo de avaliação do empoderamento. Para a análise dessa variável foi verificada a capacidade da comunidade em incorporar seus membros atuais na dinâmica comunitária, se esta acolhe de forma satisfatória os novos residentes e além disso, se há solidariedade no ponto de vista do compartilhamento de recursos entre seus membros.

Conforme quadro 11, a variável “Inclusão e integração comunitária” obteve uma pontuação de 266 pontos, sendo classificada como nível muito alto, representando que, para os participantes, a comunidade tem grande capacidade de incluir e integrar membros atuais e novos nas atividades da comunidade.

Identidade comunitária

Para Zhang J, et al (2017) a identidade de uma comunidade emerge dos interesses comuns e experiências compartilhadas por seus membros, os quais vão definindo e moldando sua dinâmica interna. Cada comunidade traz seus próprios valores, tradições e normas, e essa identidade comunitária é o que faz com que as pessoas se sintam confortáveis e conectadas ao lugar onde vivem, onde trabalham, onde cresceram ou onde criaram suas famílias, por exemplo.

Enquanto variável para análise do empoderamento, a identidade comunitária representa, neste trabalho, a forma como os participantes da pesquisa se identificam com a comunidade da qual fazem parte e se esta desperta nestes um sentimento de pertencimento, verifica-se também, se os membros da comunidade estariam conscientes das demandas e dos problemas que afetam a comunidade.

Conforme quadro 11, a variável “Identidade comunitária” obteve uma pontuação de 258 pontos, sendo classificada como nível muito alto, representando que os participantes se identificam com a comunidade, se sentem pertencentes a ela e tem bastante consciência das demandas da comunidade.

Conhecimento comunitário

O conhecimento comunitário se refere ao quão bem os indivíduos conhecem a estrutura, a dinâmica e outras características inerentes à comunidade onde estão inseridos. Conhecer a comunidade significa poder participar mais ativamente, poder agir de maneira mais harmoniosa e poder se posicionar de forma mais assertiva nessa comunidade, o que pode repercutir tanto no empoderamento tanto individual quanto comunitário.

Para a análise dessa variável foi questionado se o participante conhecia bem a comunidade de maneira geral, se ele conhecia os serviços, recursos e equipamentos disponíveis e se ele estaria ciente dos diferentes agentes e instituições que compõem ou interagem com a comunidade.

Conforme quadro 11, a variável “Conhecimento comunitário” obteve uma pontuação de 196 pontos, sendo classificada como nível alto, representando que os participantes, consideram ter um conhecimento acima da média sobre a comunidade onde estão inseridos.

Organização da comunidade

A variável “organização da comunidade” diz respeito à forma como os membros da comunidade se articulam, gerenciam e aplicam recursos (humanos, materiais e informação) para seu funcionamento cotidiano, para buscar soluções ou mesmo para conceber melhorias coletivas. Considerou-se que essa variável é importante para análise do nível de empoderamento visto que uma comunidade organizada significaria uma comunidade com mais força, mais engajamento e com uma maior capacidade de se mobilizar quando necessário.

Nesta análise verificou-se dos participantes da pesquisa se a comunidade teria capacidade para organizar-se quando preciso, se informações importantes são compartilhadas entre os membros da comunidade, se a comunidade trabalha com parcerias com outras comunidades ou instituições, se os residentes ou grupo de residentes participam de decisões que afetam a comunidade, se são fornecidos meios ou espaços para que os membros da comunidade participem e se há na lideranças importantes com capacidade de influenciar os membros a se envolverem em questões importantes para a comunidade

Conforme quadro 11, a variável “Organização da comunidade” obteve uma pontuação de 200 pontos, sendo classificada como nível alto, representando que os participantes consideram que a comunidade organização bastante satisfatória.

Aprendizagens

Empoderar envolve, entre outras coisas, aumentar a capacidade de agir, tanto individual quanto coletivamente, para atingir uma meta ou criar um resultado, e essa capacidade está intimamente relacionada à aprendizagem, visto que, quanto mais o indivíduo sabe, mais ele estaria preparado para fazer boas escolhas e agir diante de diferentes circunstâncias que interferem na sua vida e na comunidade.

O processo de empoderamento também inclui estar constantemente aprendendo e melhorando suas capacidades, aumentando o leque de possibilidades de atuação e ampliando acesso a melhores oportunidades. Nesta perspectiva, buscou-se verificar se o participante da pesquisa teve consciência de haver adquirido ou melhorado os próprios conhecimentos ou capacidades e se ele foi capaz de contribuir para a melhoria das capacidades e conhecimentos dos demais membros da comunidade nos últimos anos.

Conforme quadro 11, a variável “Aprendizagens” obteve uma pontuação de 155 pontos, sendo classificada como nível médio, representando que os participantes consideram que a aprendizagem é regular ou intermediária.

Avaliação

A variável “avaliação” é considerada como a capacidade do participante em monitorar e refletir sobre as próprias características, habilidades, desempenho, personalidade e circunstâncias que lhe afetam, bem como a capacidade de avaliar situações e contextos que afetam a sua comunidade.

A avaliação é uma habilidade importante a ser desenvolvida ao longo da vida e uma etapa necessária no desenvolvimento pessoal e profissional, pois permite desenvolver diagnósticos internos e externos, favorece a apuração das forças e fraquezas individuais e coletivas e possibilita analisar o próprio progresso e o da comunidade.

Nesta pesquisa questionou-se a capacidade do participante em avaliar a si mesmo e as situações e contextos que afetam tanto ele quanto a comunidade, além disso também foi verificado se ele estaria ciente da importância em realizar essas avaliações.

Conforme quadro 11, a variável “Avaliação” obteve uma pontuação de 157 pontos, sendo classificada como nível médio, representando que os participantes consideram que sua capacidade de avaliação é regular ou intermediária.

5.3.3 Resultados por dimensão de empoderamento

Cada questionário, considerando apenas os indicadores associados ao empoderamento individual, pode atingir uma pontuação de até 140, e, com base nessa pontuação máxima, foi gerada uma outra escala de empoderamento (tabela 10) a qual é apresentada a seguir:

TABELA 10 – NÍVEL DE EMPODERAMENTO INDIVIDUAL

Nível	Intervalo	Total de observações	Frequência total (%)
Muito Alto	De 113 a 140	27	45,0
Alto	De 85 a 112	22	36,7
Médio	De 57 a 84	10	16,7
Baixo	De 29 a 56	1	1,7
Muito Baixo	De 0 a 28	0	0
Total		60	100

Fonte: Elaboração própria a partir de (Soler et al., 2014) e (Hurtado, 2021)

Com base nessa pontuação é possível verificar a quantidade de entrevistados que se enquadram em cada nível de empoderamento individual, de modo que a maioria deles (51,7%) podem ser classificados como tendo um nível alto, 31,7% como tendo um nível muito alto e a menor parte deles (16,7%) como tendo um nível médio, em nenhum dos questionários foi contabilizado um nível baixo ou nulo de empoderamento individual. Ainda com base nesses dados, o quantitativo de entrevistados com pontuação de nível alto somados aqueles com pontuação de nível muito alto, observa-se que 49 dos 60 entrevistados ou 81,7% apresentaram um nível de empoderamento individual acima da média.

Também foi realizada a análise da pontuação dos questionários observando apenas os indicadores relacionados ao empoderamento comunitário (tabela 11), ou seja, do total de 38 indicadores, desta vez a análise foi direcionada às pontuações dos 32 indicadores que repercutem no empoderamento da comunidade. Com base nessa distribuição, a escala foi então recalculada considerando que, para cada questionário, se esses 32 indicadores obtivessem a pontuação máxima (5 pontos por indicador) teríamos um total de 160 pontos.

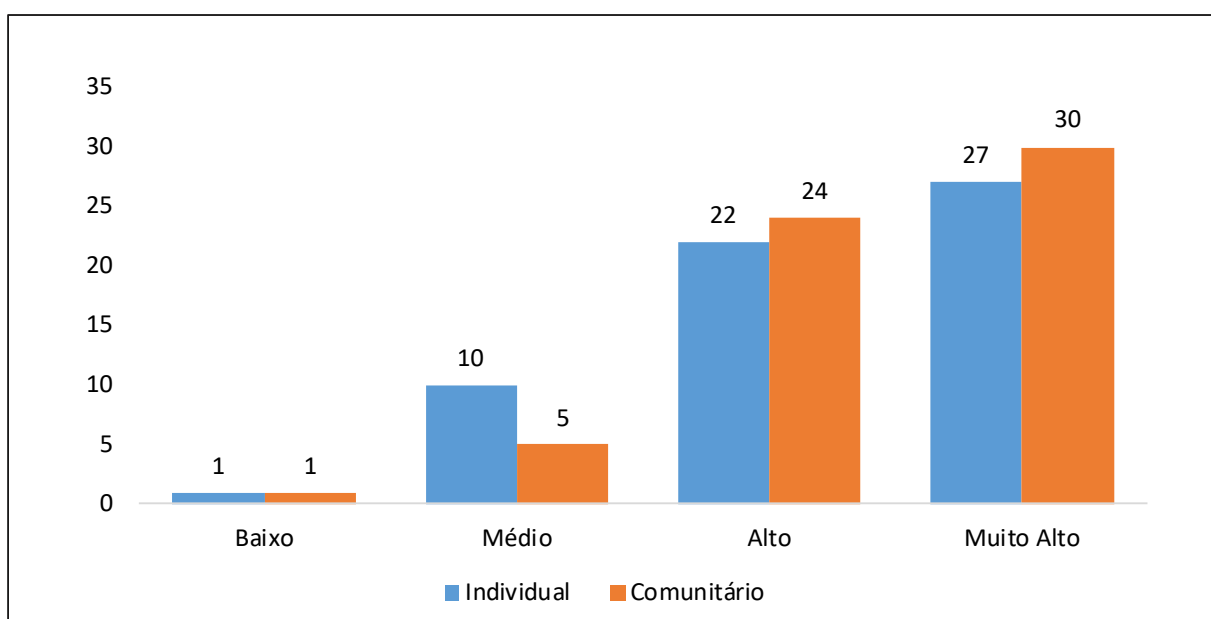
TABELA 11 – NÍVEL DE EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO

Nível	Intervalo	Total de observações	Frequência total %
Muito alto	De 129 a 160	30	50,0
Alto	De 97 a 128	24	40,0
Médio	De 65 a 96	5	8,3
Baixo	De 33 a 64	1	1,7
Muito baixo	De 0 a 32	0	0,0
		60	100

Fonte: Elaboração própria a partir de (Soler et al., 2014) e (Hurtado, 2021)

Verifica-se na tabela 11 que do total de 60 questionários, 23 (43,3%) refletem um nível muito alto de empoderamento comunitário, 22 (38,3%) um nível alto, 10 (16,7%) um nível médio, apenas 1 deles (1,7%) tem um nível baixo e nenhum apresenta nível nulo de empoderamento comunitário. Considerando a soma do quantitativo de questionários com pontuação de nível muito alto e alto, tem-se um total de 49 questionários (81,7%) que revelam um nível de empoderamento comunitário acima da média.

GRÁFICO 06 – COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DE EMPODERAMENTO INDIVIDUAL E COMUNITÁRIO



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa, 2022.

O Gráfico 06 traz um comparativo entre o quantitativo de resultados de empoderamento individual e comunitário. Pode-se observar uma leve preponderância para o empoderamento comunitário com relação ao empoderamento individual, indicando que de forma geral os participantes da pesquisa são mais empoderados de forma coletiva do que individualmente ou que os aspectos de empoderamento comunitários tem desempenho superior em comparação aos de empoderamento individual.

5.4 DIAGNÓSTICO DO CONTEXTO OPERACIONAL E AÇÕES DA COOPACT SOB A ÓTICA DO EMPODERAMENTO

5.4.1 Análise do contexto operacional da cooperativa

A análise do contexto operacional considera os aspectos relacionados à própria existência, valores, estrutura e forma de funcionamento da instituição dentro de uma conjuntura e como estes aspectos são percebidos pelos participantes da pesquisa, neste caso, buscou-se uma perspectiva global de como os moradores avaliam a relevância da cooperativa para a vila de Tracupá para então verificar como estes fatores interagem com o empoderamento.

Quando questionados sobre a importância da COOPACT para a vila, a grande maioria dos participantes, 59 (98,3%), respondeu que considera a cooperativa como uma instituição relevante para a comunidade, apontando uma série de motivos, que incluem o fortalecimento do comércio local, a geração de emprego, a melhora da imagem e visibilidade da comunidade, bem como suporte na resolução de problemas diversos enfrentados pela população local. Algumas dessas justificativas estão descritas no quadro 12, que traz alguns fragmentos dos depoimentos dos moradores com relação à importância da cooperativa.

QUADRO 12 – DEPOIMENTOS DOS MORADORES COM RELAÇÃO À IMPORTÂNCIA DA COOPACT, 2022

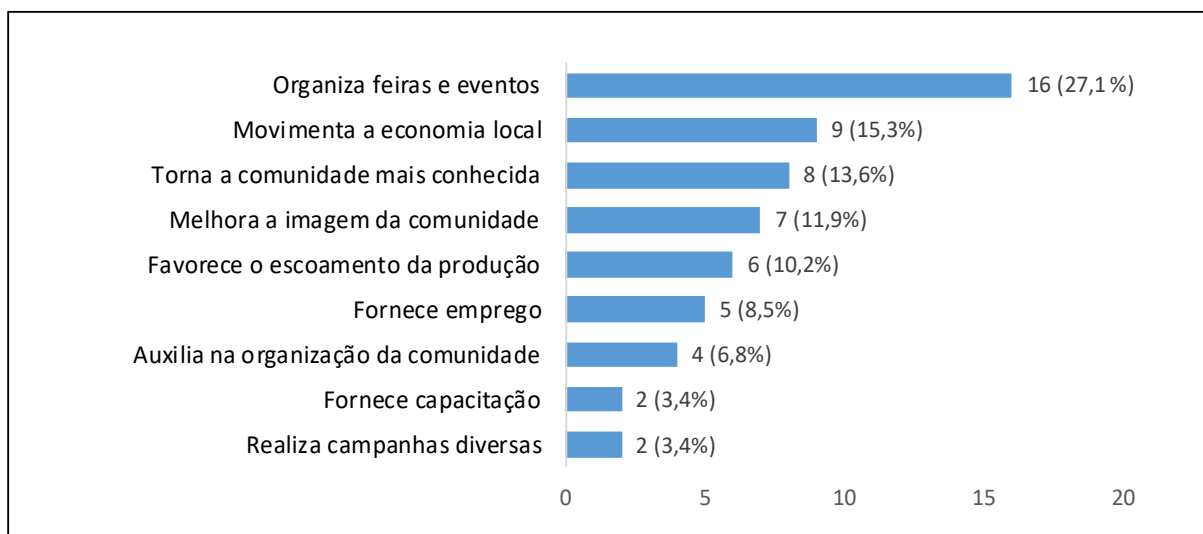
Participante	Fragmentos significativos
M1	Ela (a cooperativa) é importante por ser a base de apoio ao comércio local[...]
M4	A cooperativa traz renda para a comunidade[...]
M12	Ela nos fornece lugar para trabalhar[...]
M17	Ela colabora por organizar mais a comunidade[...]
M36	A COOPACT leva o produto da comunidade para outros locais[...]
M37	A cooperativa acompanha e fornece auxílio aos lojistas[...]
M40	Auxilia dando saída às mercadorias da comunidade[...]
M46	Ela torna a comunidade mais reconhecida[...]
M55	A cooperativa traz eventos para cá[...]
M59	Ela ajuda com campanhas quando necessário[...]

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa, 2022.

Do total de participantes, apenas um (1,7%) respondeu não considerar a COOPACT uma organização importante para a comunidade, apontando como justificativa não saber como as cooperativas funcionam. Esse dado também remete à importância de as cooperativas conscientizarem e informar a população no seu entorno sobre suas ações, funcionamento e sobre a essência do cooperativismo.

Ainda com relação aos motivos apontados como justificativa da importância da COOPACT, é possível observar no gráfico 07 que a maior parte dos participantes (16) sinaliza que a relevância da cooperativa se deve à prática de organizar feiras e eventos na comunidade, esses acontecimentos, em especial a Feira do Couro, são bastante valorizados pelos moradores e acabam se destacando com relação aos demais fatores que denotariam a importância da cooperativa, especialmente por sua dimensão, visto que movimentam e envolvem praticamente a vila inteira. Além disso, 9 (15,3%) participantes consideram que a COOPACT é importante por proporcionar uma maior circulação de recursos financeiros movimentando a economia local.

GRÁFICO 07 – RELAÇÃO DE MOTIVOS QUE DENOTAM A IMPORTANCIA DA COOPERATIVA E QUANTIDADE DE MENÇÕES



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa, 2022.

O fato de trazer maior visibilidade à comunidade tornando-a mais conhecida é apontado por 8 (13,6%) dos participantes como razão que justifica a relevância da cooperativa, 7 (11,9%) deles considera que a COOPACT é importante por melhorar a imagem da comunidade, 6 (10,2%) por trazer outros meios para o escoamento da produção, 5 (8,5%) por fornecer mais postos de trabalho, 4 (6,8%) por auxiliar em uma maior organização da comunidade, 2 (3,4%) por proporcionar acesso a cursos de capacitação e 2 (3,4%) por realizar campanhas diversas para informar e conscientizar a comunidade de temas importantes.

Para os participantes que já residiam na vila de Tracupá em período anterior ao ano de 2011, ano de criação da COOPACT, ou seja 54 (90 %) de um total de 60 participantes, também foi questionado como estes definiriam a comunidade/vila antes e depois da presença da cooperativa. Os depoimentos dos participantes são uma rica fonte de informação, trazendo vivências e aspectos importantes que podem ser associados aos indicadores e variáveis de empoderamento.

Com base nas respostas dos participantes, considera-se que a cooperativa tenha colaborado com a “**valorização dos saberes, produtos e cultura local**”, através da atuação centrada no manejo do couro, atividade tradicional da comunidade, trazendo mais notoriedade à vila e seus produtos:

- a) A cooperativa valorizou mais nossa história, as pessoas passaram a valorizar mais a tradição[...] M12
- b) As pessoas começaram a dar mais valor aos nossos produtos e a procurar mais também [...] M59

c) Antes a vila era um lugar comum e passou a ser conhecida [...] M4

Esse contexto representa um ambiente que favorece o desenvolvimento de vários indicadores de empoderamento, a exemplo do senso de pertencimento, que é associado à variável: (Identidade comunitária). Essa valorização dos saberes, produtos e cultura também pode fazer com que os membros da comunidade acreditem mais em si mesmos e nas suas capacidades (Autoestima).

Outro aspecto percebido nos depoimentos dos participantes com relação à vila após implantação da cooperativa foi uma “**melhora na geração e circulação de renda**” na comunidade, o que, além de favorecer a independência financeira, também contribuiu para reforçar entre os moradores a possibilidade de manter-se em seu local de origem.

a) A comunidade passou a ter mais trabalho e emprego [...] M17

b) Depois vimos que dava para sobreviver por aqui mesmo, não éramos obrigadas a sair da vila para trabalhar fora [...]M40

c) Antes não havia movimento, a cooperativa ajudou no crescimento das coisas [...]M5

Esse contexto também contribuiu para que a comunidade tivesse uma melhor percepção de suas potencialidades e das possibilidades de atuação, escolhendo as que melhor atendem suas necessidades (autonomia), conferindo-lhes maior segurança (autoestima).

Também é possível observar nesses depoimentos que o contexto operacional da cooperativa pode ter contribuído com a “**criação e aprofundamento de vínculos de solidariedade na comunidade**”, bem como uma maior conscientização sobre a importância da articulação coletiva e do compartilhamento de recursos para o alcance de objetivos comuns:

a) As pessoas viram que não precisavam ser tão egoístas, começou a dividir mais as coisas [...] M58

b) As coisas ficaram melhores, antes era cada um em seu canto [...] M36

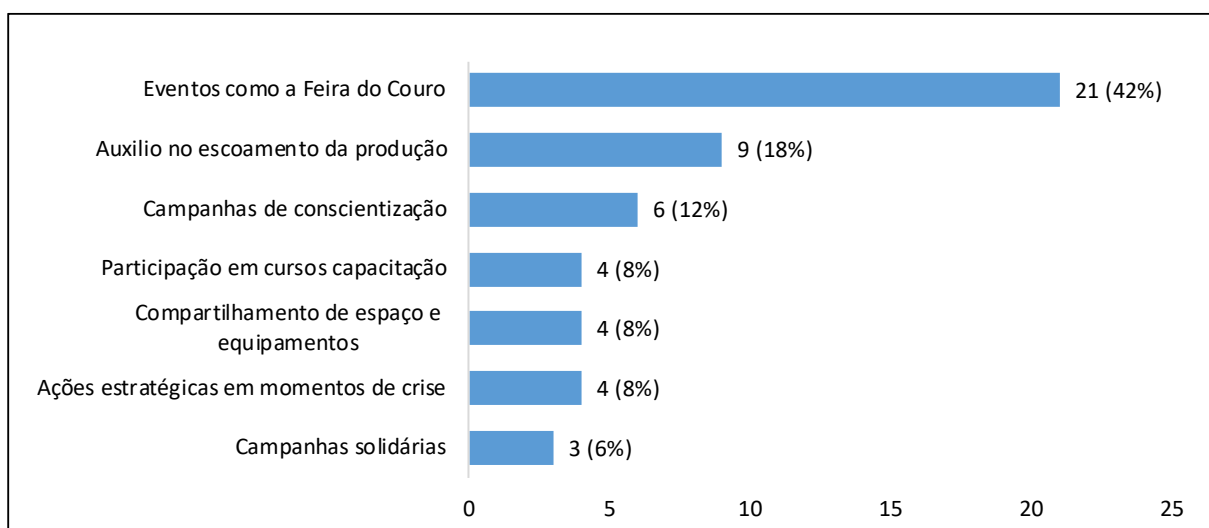
c) Creio que a comunidade ficou mais unida e organizada [...] M39

5.4.2 Análise das ações da cooperativa

Neste tópico são analisadas algumas ações concretas realizadas pela cooperativa para e com a comunidade, bem como a percepção dos participantes da pesquisa com relação aos impactos diretos e/ou indiretos desses acontecimentos nas suas vidas. Com base nos depoimentos dos participantes é possível fazer algumas associações entre as ações desenvolvidas e os indicadores de empoderamento, os quais, por sua vez, integram as respectivas variáveis de empoderamento.

Quando questionados se já foram beneficiados direta ou indiretamente por algum projeto, programa ou ação realizada pela cooperativa, 51 (85%) dos 60 participantes da pesquisa responderam já terem sido favorecidos por ela em algum momento. Apenas 9 participantes (15%) afirmaram não saber responder ou não se recordam de nenhum fato ou contexto relacionado à cooperativa que possa ter lhes beneficiado de alguma forma. O gráfico 08 traz as ações mais citadas pelos participantes beneficiados, bem como a quantitativo de ocorrências de cada ação nessas respostas.

GRÁFICO 08 – QUANTITATIVO DE AÇÕES REALIZADAS PELA COOPERATIVA QUE BENEFICIARAM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa, 2022.

Conforme Gráfico 08, dentre os 51 participantes que apontaram ter sido beneficiados direta ou indiretamente por ações da cooperativa, 21 (42%) deles afirmaram ter sido favorecidos com a “**realização de eventos**” como a Feira de Artefatos de Couro e Produtos da Agricultura Familiar de Tracupá, popularmente conhecida como “Feira do Couro”.

O evento anual realizado pela cooperativa parece ter grande impacto na valorização dos saberes, produtos e cultura local, trazendo ganhos significativos na satisfação e segurança (Autoestima) e no senso de pertencimento (Identidade comunitária) dos moradores, conforme aponta os participantes:

- a) “A Feira do Couro mostra o que Tracupá tem de bom pra oferecer[...]” (M40)
- b) “A Feira nos traz benefícios pois as pessoas de fora começam a conhecer Tracupá e valorizar nossa vila[...]” (M42)

A realização do evento também auxilia moradores antigos e novos a conhecer melhor os serviços, recursos e agentes que atuam na comunidade (Conhecimento comunitário), cria um ambiente favorável para o trabalho conjunto (Trabalho em equipe) e proporciona uma maior capacidade de integração (Inclusão e integração). Desta forma, a organização desses eventos comunitários, para além dos ganhos econômicos, também envolve a criação ou disposição de espaços para a participação (Organização da comunidade) e desenvolve nos residentes sua capacidade de agir comunitariamente (Responsabilidade):

- c) “Quando tem eventos isso ajuda a nos conhecermos melhor e trabalhamos mais juntos[...]” (M14)
- d) “É muito legal quando tem as feiras pois todos podem participar e ajudar [...]” (M11)

A segunda ação com mais ocorrências de resposta é o “**auxílio no escoamento da produção**”, na qual 9 (18%) participantes apontam que a cooperativa atuou, em algumas situações, na aquisição e distribuição da sua produção regular e do seu excedente de produção mesmo sendo produtores que não faziam parte da cooperativa:

- a) “Já fomos beneficiados várias vezes com a compra de nossos produtos pela cooperativa[...]” M41
- b) “A cooperativa já me ajudou na venda dos produtos que não consegui negociar para não sair no prejuízo” [...] M50

Essa ação indica uma maior consciência de problemáticas compartilhadas pela comunidade (Identidade comunitária) e desenvolve um maior senso de solidariedade (Inclusão e integração), explicitando a importância de assumir responsabilidades para com seus pares (Responsabilidade)

As “**campanhas de conscientização**” foram apontadas por 6 (12%) dos participantes da pesquisa como ações que lhes trouxeram benefícios. Essas campanhas são realizadas pela

cooperativa no intuito de informar, sensibilizar e mobilizar a população a cerca de temáticas importantes que nem sempre chegariam ao conhecimento dos habitantes:

- a) “Fui beneficiada pelas divulgações como a campanha do setembro amarelo por ter conhecidos nesse risco[...]” M41
- b) “O projeto que fala da violência contra a mulher é algo muito importante discutir, acho muito importante a cooperativa trazer isso pra comunidade” [...] M50

A realização dessas campanhas reforça a importância dos indivíduos em avaliar situações e contextos que afetam a si e a comunidade (avaliação), a necessidade de assumir responsabilidades para com seus pares (Responsabilidade) e a circulação fluida de informação na comunidade (Organização comunitária).

A “**participação em cursos de capacitação**” foi indicada por 4 (8%) participantes como o principal benefício obtido por meio das ações da cooperativa. Essas capacitações envolvem cursos e palestras sobre uma variedade de assuntos como corte, costura, modelagem e ferramentas de gestão, geralmente realizadas por instituições como SENAI e SEBRAE, os quais foram socializados com outros produtores não cooperados.

- a) Através da cooperativa pudemos participar de palestras e cursos de formação para melhorar a prática [...]. M37
- b) Fui beneficiado pois aprendi muito na formação que tive na cooperativa [...] M53

Acredita-se que essa ação auxilia os membros da comunidade melhorar suas capacidades (Aprendizagem), proporciona maior segurança pois os participantes passam a acreditar mais em si e nas próprias capacidades (autoestima) e desenvolve neles o senso de pertencimento à comunidade ou ao grupo (identidade comunitária);

O “**compartilhamento de espaços e equipamentos**” foi apontado por 4 (8%) dos participantes como a principal ação da cooperativa que lhes gerou algum benefício. De acordo com esses participantes a cooperativa forneceu acesso ao seu galpão utilizado para produção, além de ferramentas e equipamentos quando não estavam em uso, sem exigir uma adesão prévia à cooperativa para tal:

- a) Já tive auxílio da cooperativa com o empréstimo do espaço para o trabalho quando não tinha [...]. M17
- b) Tive o benefício de poder utilizar as máquinas e o galpão para o trabalho [...] M39

Considera-se que essas ações desenvolvem nos indivíduos e na comunidade a capacidade de compartilhar recursos (Inclusão e integração) e de agir comunitariamente (responsabilidade), o que influencia positivamente em uma maior capacidade de a comunidade se estruturar (organização da comunidade);

As “**ações estratégicas em momentos de crise**” se referem a atuação da cooperativa em resposta a situações emergenciais que afetam a instituição e a comunidade. 4 (8%) dos participantes afirma terem sido beneficiados por ações da cooperativa quando a comunidade enfrentava problemas críticos:

- a) Fui beneficiado(a) durante a pandemia quando passamos a fabricar máscaras na cooperativa [...]. M7
- b) Tive o benefício de atuar temporariamente junto da cooperativa durante o período de isolamento social e fechamento do comércio [...]. M19

Essas ações desenvolvidas pela cooperativa mostram a comunidade a importância de avaliar situações que afetam o indivíduo e a comunidade (Avaliação) bem como da capacidade de tomar decisões apropriadas nos momentos oportunos (Eficácia). Também desperta a consciência de que estes podem se trabalhar de forma colaborativa (trabalho em equipe), compartilhar recursos (Inclusão e integração comunitária) e se reestruturar (organização da comunidade) de forma a enfrentar momentos de crise.

As “**campanhas solidárias**” envolvem ações eventuais para resolver problemas pontuais de indivíduos ou da comunidade. Nesse contexto, 3 (6%) participantes da pesquisa afirmaram terem sido beneficiados por algumas dessas campanhas:

- a) Já fui beneficiado(a) pois recebi recursos de uma campanha de arrecadação realizada pela cooperativa [...]. M3
- b) Fui beneficiado diretamente por uma campanha da cooperativa que incentivou a compra no meu comércio recém aberto por que as vendas estavam baixas [...] M21

Considera-se que essas ações espontâneas em benefícios de indivíduos ou da comunidade reforçam a atuação colaborativa (Trabalho em equipe), motivam uma maior integração da comunidade (Integração comunitária), favorecem a análise do contexto e dos recursos disponíveis para resolver problemas (Capacidade crítica) e fortalecem o senso de pertencimento a comunidade (identidade comunitária). Essas campanhas solidárias também

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

fomentam a iniciativa, que é um dos pontos fracos da comunidade de acordo com a avaliação do empoderamento.

O quadro 13 traz a síntese das ações realizadas pela cooperativa, os impactos dessas ações no empoderamento individual/comunitário bem como algumas das variáveis de empoderamento que podem estar associadas a essas ações.

QUADRO 13 - SÍNTESE DAS AÇÕES DA COOPERATIVA SOB A ÓTICA DO EMPODERAMENTO

Ação realizada pela cooperativa	Impacto percebido no empoderamento	Variáveis de empoderamento envolvidas
Organização de eventos (Feira do couro)	Para além dos ganhos econômicos, os eventos da cooperativa (em especial a Feira do Couro), favorecem a participação, integração e colaboração entre os moradores, bem como valorizam a cultura e produção local, melhorando a autoestima a fortalecendo a identidade.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Autoestima; ○ Conhecimento comunitário; ○ Identidade comunitária; ○ Inclusão e integração; ○ Organização da comunidade; ○ Responsabilidade; ○ Trabalho em equipe;
Fornecimento de suporte e capacitação (Palestras e cursos de formação)	Ao compartilhar conhecimentos e intermediar o acesso à capacitação a cooperativa colabora com as aprendizagens e melhora a eficácia dos indivíduos e comunidade, além de favorecer o trabalho em equipe, incluindo e integrando moradores antigos e novos.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Aprendizagens; ○ Autonomia; ○ Eficácia; ○ Inclusão e integração; ○ Trabalho em equipe;
Realização de campanhas de conscientização (Setembro amarelo, combate à violência contra a mulher e outros)	Ao realizar campanhas de conscientização a cooperativa promove a sensibilização, alerta e informa a população local para que se tornem mais conscientes de problemas que os afetam tanto individual quanto coletivamente, melhorando a saúde e bem estar, além de contribuir para uma comunidade mais organizada e com maior capacidade de responder a problemas.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Inclusão e integração; ○ Organização da comunidade; ○ Avaliação;

5 – Reflexões sobre a atividade cooperativista e seus impactos no empoderamento comunitário em Tracupá

<p>Compartilhamento do espaço e equipamentos da cooperativa</p>	<p>Ao partilhar recursos a cooperativa fomenta a solidariedade entre os membros da comunidade e sinaliza a importância do trabalho colaborativo para o bem estar coletivo e o fortalecimento da comunidade, assumindo a responsabilidade para com seus pares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Organização da comunidade; ○ Trabalho em equipe; ○ Responsabilidade; ○ Inclusão e integração
<p>Ações estratégicas em momentos de crise (Edital para produção de máscaras na pandemia de Covid 19)</p>	<p>Ao agir de forma estratégica em situações de emergência e dificuldade, amparando também os demais produtores/moradores, a cooperativa sinaliza a importância de avaliar o contexto, ter iniciativa para propor soluções e atuar de forma colaborativa promovendo a integração da comunidade, especialmente em situações em que estes só podem contar consigo mesmos e com os próprios recursos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Autonomia; ○ Avaliação; ○ Inclusão e integração comunitária; ○ Organização da comunidade; ○ Responsabilidade ○ Trabalho em equipe;
<p>Auxílio no escoamento da produção regular e da produção excedente dos demais produtores</p>	<p>Ao proporcionar meios para que os produtores façam o escoamento da produção a cooperativa sensibiliza sobre a importância do comprometimento coletivo com os problemas enfrentados pela comunidade, favorecendo uma integração desta e de seus membros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Identidade ○ Inclusão e integração; ○ Responsabilidade
<p>Ações espontâneas em prol de indivíduos e da comunidade (Campanha de arrecadação de recursos, rifas e etc.)</p>	<p>As campanhas solidárias encabeçadas pela cooperativa a fim de resolver problemas individuais e coletivos da comunidade incentivam a iniciativa, fortalecem vínculos, chamam os moradores à responsabilidade para com seus pares, fomentam o trabalho colaborativo e desenvolvem o senso de pertencimento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Autonomia; ○ Capacidade crítica; ○ Eficácia; ○ Identidade comunitária ○ Inclusão e integração; ○ Responsabilidade; ○ Trabalho em equipe;

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos resultados da pesquisa, 2022.

5.4.3 Recomendações do estudo

Diante do diagnóstico e estudo realizado, e visando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a manutenção e o aprimoramento dos índices de empoderamento tanto individual quanto comunitário na vila de Tracupá, este pesquisador formulou as seguintes recomendações para a cooperativa em estudo:

a) Registro do nome geográfico “Tracupá Couro” como Indicação Geográfica na modalidade Indicação de Procedência

Conforme mencionando na caracterização da COOPACT, a vila de Tracupá é conhecida por sua tradição na produção de artefatos de couro, produtos que são confeccionados praticamente de forma artesanal e que são reconhecidos por sua boa qualidade e características singulares, de forma que o nome geográfico “Tracupá couro” é geralmente associado a produtos de excelente qualidade produzidos naquele local.

Uma das maneiras de proteger o uso do nome geográfico é o seu registro como Indicação Geográfica (IG) no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), o que permite que aqueles que têm o direito de usar a IG impeçam seu uso por um terceiro cujo produto não esteja em conformidade com os padrões aplicáveis.

Uma Indicação Geográfica (IG) é um sinal utilizado em produtos que têm uma origem geográfica específica e possuem qualidades ou reputação devido a essa origem. De acordo com a portaria INPI/PR nº 04/2022, uma IG pode ter seu registro sob duas formas, Indicação de Procedência ou Denominação de Origem:

Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Dessa forma, sugere-se então que o nome geográfico “Tracupá Couro” seja registrado como Indicação Geográfica na modalidade Indicação de Procedência, visto que isto

indicaria que os produtos que fazem referência a esse termo foram de fato confeccionados pelos produtores de artefatos de couro na vila de Tracupá.

Muito mais que a garantia do direito ao uso e da proteção do nome geográfico, acrescenta-se que o registro de uma Indicação Geográfica pode proporcionar um sentimento de orgulho e reconhecimento para uma comunidade cujo produto/serviço protegido representa sua tradição e legado, o que pode contribuir também com o empoderamento dessa comunidade.

b) Criação da Associação Comunitária de Tracupá:

Apesar de desempenhar de maneira informal o papel de instituição representativa da comunidade, a cooperativa tem suas próprias demandas, o que pode dificultar a atuação mais efetiva e tempestiva desta no atendimento às demandas da comunidade, nesta perspectiva, entende-se que uma associação dedicada exclusivamente a esse fim teria maior disponibilidade no atendimento das necessidades, na organização e na mobilização da comunidade, ampliando seu potencial na busca por melhorias e soluções. A cooperativa, por seu histórico e influencia na comunidade, poderia então incentivar a população e mobilizá-la a dar os primeiros passos na constituição de uma associação comunitária.

c) Manutenção das campanhas de conscientização

Verificou-se que a influencia da cooperativa também pode ser utilizada na difusão de campanhas com temáticas importantes, de modo que estas alcancem a população da vila de Tracupá. Essas campanhas tem sido usadas pela cooperativa para aumentar a conscientização sobre questões importantes relacionadas à saúde, estimulando grupos ou indivíduos a buscarem informações e serviços, bem como fomentando discussões relevantes como no caso da violência contra a mulher.

Aprender mais sobre essas temáticas pode dar às pessoas o conhecimento e a confiança para fazer mudanças positivas e duradouras no seu estilo de vida, por isso

recomenda-se à cooperativa estipular uma agenda periódica de campanhas a serem divulgadas tanto pela cooperativa quanto pela sua loja, a Tracupá Couro, ampliando também o leque de temáticas abordadas a exemplo da doação de sangue, do consumo consciente e da alfabetização de jovens e adultos.

d) Manutenção dos eventos comunitários

Como foi possível verificar nos dados apresentados, os eventos realizados pela cooperativa (em especial a Feira do Couro) são amplamente valorizados pelos moradores da vila de Tracupá, seja como forma de movimentar o comércio e trazer renda para a comunidade, ou mesmo como mecanismo de valorização dos produtos, da cultura e da identidade local. Embora a organização e gerenciamento de eventos desse porte sejam trabalhosos e demandem grande quantidade de recursos, bastante mobilização e o estabelecimento de muitas parcerias, recomenda-se que, na medida do possível, os eventos sejam mantidos e que também sejam incentivados a realização de outros eventos realizados pela própria comunidade, mesmo que com suporte da cooperativa, a fim de estimular a autonomia, iniciativa, integração e organização comunitária.

e) Manutenção das formações e capacitações

Recomenda-se também a continuidade e ampliação da frequência das ações voltadas à formação e capacitação como cursos, palestras e workshops, tanto para o público interno quanto para o externo à cooperativa. Essas iniciativas podem auxiliar a aprimorar as habilidades existentes e a aprender novas, favorecendo a autoestima, melhorando a confiança, proporcionando maior entusiasmo e satisfação, e, em alguns aspectos, melhorando a produtividade e ampliando o leque de possibilidades dos participantes.

Proporcionar mais oportunidades de aprendizagem também pode representar um estímulo tanto para a adesão de novos cooperados quanto para a permanência dos atuais, que veem novas oportunidades de crescimento. Vale ressaltar que essas formações e capacitações não requerem grandes investimentos, visto que podem ser realizadas por meio de parcerias com pessoas (inclusive este pesquisador) e instituições que podem esporadicamente

compartilhar seu conhecimento sobre assuntos relevantes para a cooperativa e para a comunidade.

e) Estabelecimento de canais de comunicação com a comunidade

Embora a maior parte dos participantes da pesquisa reconheçam, de modo geral, a importância da cooperativa para a vila de Tracupá, no que se refere às múltiplas ações realizadas pela instituição, apenas uma ou outra ação é mencionada pelos participantes, o que sinaliza que embora a cooperativa esteja engajada em várias iniciativas com e para a comunidade, nem todas chegam ao conhecimento dos residentes. Nesta perspectiva, recomenda-se à cooperativa estabelecer novos canais de comunicação (ou ampliar o uso dos atuais) de modo a exteriorizar suas ações, manter a comunidade informada sobre contextos e situações importantes e de interesse coletivo, além de servir também como ferramenta para aumentar ainda mais a proximidade da cooperativa com a comunidade.

Esses canais de comunicação também podem contribuir na difusão dos ideais cooperativistas, o que é importante para os residentes conhecerem mais sobre os valores do cooperativismo e como funcionam as cooperativas, a fim de que estes evitem confundir a cooperativa como mais um tipo empresarial típico de economia de mercado.

g) Realização de monitoramento e avaliações periódicas

O monitoramento envolve a coleta de dados para acompanhar o progresso de uma ação ou projeto, enquanto a avaliação mensura o sucesso desta ação ou projeto no cumprimento dos objetivos propostos. Monitoramento e avaliação são essenciais para o aprimoramento das ações da cooperativa pois permite identificar o que funcionou bem e o que não funcionou, aprender com as experiências e replicar as boas práticas e estratégias bem sucedidas em projetos ou ações futuras. Além disso, os dados coletados para o monitoramento e avaliações também auxiliam a manter as partes interessadas informadas, além de poder compor um banco de dados com as ações e projetos da cooperativa.

Recomenda-se também à cooperativa realizar periodicamente o monitoramento e avaliação das suas ações projetos com o intuito de identificar os reflexos destes na

comunidade, além de identificar junto aos moradores as demandas da comunidade e buscar melhorias conjuntas dentro das possibilidades da cooperativa.

f) Adaptação do estatuto social

Considerando os reflexos das ações e do contexto operacional da cooperativa percebidos na comunidade, bem como os potenciais contribuições que esta ainda poderia realizar de modo a colaborar ainda mais com a melhoria dos índices de empoderamento individual e comunitário da vila de Tracupá, sugere-se que sejam realizadas algumas adaptações no estatuto social a fim de incorporar, dentre as sugestões propostas, aquelas que forem devidamente acolhidas pelos membros da cooperativa, dessa forma ações como as campanhas de conscientização, eventos, capacitações, os canais de comunicação, monitoramento e avaliação passariam a compor de maneira formal o itinerário da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o empoderamento se tornam cada vez mais relevantes na medida em que a conjuntura social, política e econômica contribui para o agravamento de problemas como a desigualdade social, o desemprego, a precarização do trabalho e a redução dos direitos sociais, bem como favorece a manutenção das condições de dominação e exploração, afetando de forma ainda mais acentuada aqueles em vulnerabilidade, marginalizados ou social e economicamente excluídos.

Apesar da importância dessa temática, ainda são escassos os estudos que relacionam os reflexos da atividade cooperativa ao empoderamento em nível comunitário, e são ainda mais raros os que consideram a ótica dos indivíduos que não estão diretamente relacionados com a cooperativa, o que reitera a importância de mais estudos neste sentido, visto que, conforme foi verificado no decorrer deste trabalho, a atividade cooperativista pode repercutir, em diferentes níveis, para além das paredes das cooperativas.

Esta pesquisa teve por finalidade avaliar reflexos das ações e do contexto operacional da COOPACT no nível de empoderamento dos moradores da vila de Tracupá, de modo a auxiliar na compreensão das relações que se estabelecem entre a atividade cooperativista e o processo de empoderamento de indivíduos e comunidades. Nesta perspectiva, considera-se que esse objetivo foi contemplado, visto que foi possível realizar uma análise panorâmica de diferentes variáveis relacionadas ao empoderamento tanto a nível individual quanto comunitário, assim como foi possível identificar aspectos do contexto operacional e algumas das ações realizadas pela cooperativa e seus respectivos impactos na realidade da população local.

Dados os resultados da avaliação de empoderamento, os quais indicam níveis de empoderamento individual e/ou comunitário altos ou muito altos em grande parte das variáveis observadas, bem como nas análises dos depoimentos dos moradores, os quais apontam a relevância das ações da COOPACT para a vila/distrito, pode-se considerar que atuação da cooperativa em estudo pode ter impactado positivamente a comunidade, tendo repercutindo inclusive em elementos que influenciaram no empoderamento desta. Nesta perspectiva, considera-se então que a atividade cooperativista, fundamentada nos princípios e ideais cooperativistas, podem favorecer a manutenção de maiores níveis de empoderamento comunitário.

Este estudo de caso também buscou levantar dados que possibilitassem fornecer *feedbacks* importantes para a cooperativa em estudo e evidenciar, dentre suas ações, aquelas que possam ter contribuído para o processo de empoderamento individual e/ou comunitário, trazendo recomendações que possam fortalecer seus vínculos com a comunidade e ampliar a compreensão dos membros da cooperativa com relação ao seu papel social e suas potencialidades em contribuir com a comunidade local enquanto colabora com seu empoderamento. Dentre as recomendações, foram propostas a manutenção de algumas ações já realizadas como os eventos, capacitações e campanhas de conscientização, bem como a realização de outras ações como o registro da Indicação Geográfica e alterações no estatuto social, todas com vias a favorecer o processo de empoderamento individual e comunitário.

Apesar da grande quantidade de dados levantados durante este trabalho e das múltiplas possibilidades de inferência, é importante destacar a grande dificuldade em mensurar conceitos e variáveis tão subjetivas como as relacionadas ao empoderamento, de modo que não se pode afirmar com exatidão que há correlação direta entre as ações ou contexto operacional da instituição observada e as variáveis de empoderamento, o que se observou foram os pontos de convergência entre os dados analisados e os significados por trás dos indicadores e variáveis analisadas.

Um dos grandes desafios deste trabalho foi tentar quantificar algo tão abstrato quanto o empoderamento e as variáveis associadas, o que acarretou na necessidade de converter os indicadores de empoderamento em sentenças mais específicas a fim de reduzir a chance de ambiguidades ou de respostas que tivessem vieses diferentes para o mesmo conceito abordado.

No decorrer deste trabalho também ficou evidente para este pesquisador a importância de não subestimar as pequenas ações e iniciativas, pois mesmo estas podem ter impactos significativos na vida das pessoas e por consequência impactar no seu empoderamento e da sua comunidade.

Como sugestões para trabalhos futuros recomenda-se simplificar ainda mais os processos e indicadores de avaliação de empoderamento individual e comunitário a fim de que estes se tornem ainda mais acessíveis e possam ser apropriados por organizações ou lideranças que possam aplicá-los e avaliá-los em seus próprios contextos. Também é possível aplicar os instrumentos de avaliação com amostras maiores ou em localidades distintas a fim de comparar os resultados, ou mesmo em grupos distintos como cooperados e não cooperados, confrontando seus valores de empoderamento.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, M., & Bowles, W. (2003). Pesquisa para assistentes sociais (2ª ed.). Crows Nest, NSW: Allen & Unwin.
- ARAUJO, Cicero e Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Para Além do Capitalismo Neoliberal: As Alternativas Políticas. Dados [online]. 2018, v. 61, n. 3 [Acessado 10 Fevereiro 2022], pp. 551-579. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582018167>>. ISSN 1678-4588. <https://doi.org/10.1590/001152582018167>.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO LITORAL SUL DA BAHIA Alan Azevedo Pereira dos Santos 1ª edição: março de 2019 Santos, Alan Azevedo Pereira dos. Atlas Socioeconômico Litoral Sul da Bahia – 1. Ed. – Itabuna, BA: Gasparetto Pesquisa e Estatística, 2019. 127p.
- BAQUERO, R. V. A. (2005). Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. Revista Debates, 1(1), Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina/UFRGS, Porto Alegre.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARQUERO, Antonio Vasquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001.
- BAUER, Martin W; Gaskell, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um Manual prático. 2ª edição, local: editora Vozes, p.22-23. Petrópolis - RJ, 2003.
- BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. Aspectos Econômicos das Cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BRAÚNA, Ayrton Alves. O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado do Tocantins. 2016. 149f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2016.
- BRITO, Tamires da Silva. ONILDO Araujo da Silva MIGRAÇÃO RURAL-URBANA NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO SISAL. Sitientibus. 10.13102/sitientibus.v0i57.5206.
- BENFORD, Penny (2008) The use of Internet-based communication by people with autism. PhD thesis, University of Nottingham.
- BORGES, G. R. Princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In: Os Caminhos do Cooperativismo. Gediel, José Antônio Peres (org). Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- BUARQUE, Sergio José Cavalcanti. Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento. Rio de Janeiro: ed. Garamond, 2002.
- CAMPELL, R., Dorey, H., Naegeli, M., Grubstein, LK, Bennett, K.K., Bonter, F., Smith, PK et ai. (2004). Um modelo de avaliação de empoderamento para programas de agressão sexual:

evidências empíricas de eficácia. *American Journal of Community Psychology* , 34 (3/4) , 251-262.

CARLEIAL, Liana. Economia Solidária e Informalidade: Pontos de Aproximação, Propriedade Conceitual e “Novos” Desafios para a Política Pública. In: CONGRESSO DA FIEALC, . Osaka, 2003.

CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Chinman, M., Imm, P. e Wandersman, A. (2004). *Obtendo resultados: promovendo a responsabilidade por meio de métodos e ferramentas para planejamento, implementação e avaliação* . Santa Monica, CA: RAND Corporation.

CORAGGIO, J. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: Cese: UCSAL, 2000.

CORTIZO, M. C.; OLIVEIRA, A. L. A Economia solidária como espaço de politização. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.80. São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004

CRISTOFOLINI, A. Tratamento tributário do ato cooperativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

CUNHA, Camila Biral Vieira da. Indicações geográficas: regulamentação nacional e compromissos internacionais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FETTERMAN, DM e Wandersman, A. (2005). *Princípios de avaliação de empoderamento na prática*. Nova York: Guilford Publications.

FISCHER, Tânia; SOARES, Rodrigo Maurício Freire. *Catálogo dos Mestres em Artes e Ofícios Populares do Território do Sisal Bahia*. Salvador: UFBA, CIAGS, 2010.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Sociedade e estado*, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100011&script=sci_arttext. Acesso em: 13 set. 2020.

FRANTZ, Walter. *Caminhos para o desenvolvimento pelo cooperativismo*. Série Cooperativismo nº 5. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003.

GAIGER, Luis Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 267 – 286.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOERCK, C.; FRAGA, C. K. Economia Popular Solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social. *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 6, n. 9, p. 103-111, 2010.

GOGOLA, Aloize. Economia popular: origem, natureza, dimensão e significado das formas emergentes de auto-ocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado no Brasil. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. CURITIBA 2007

GOHN, M. da G.. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde E Sociedade*, 13(2), 20–31. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003>.

GREENE, JC (2006). Avaliação, democracia e mudança social, In IF Shaw, JC Greene, & MM Mark, (Eds), *O manual de avaliação SAGE* (Capítulo 5). Londres: SAGE

HERRIGER, N. Grundlagentext Empowerment. Düsseldorf/Alemanha: Sozialnet GMBH, 07 de julho de 2006b. Disponível em:
<<http://www.empowerment.de/grundlagentext.html#oben>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

HOLTE-MCKENZIE, Merydth & Forde, Sarah & Theobald, Sally. (2006). Development of a participatory monitoring and evaluation strategy. *Evaluation and program planning*. 29. 365-76. 10.1016/j.evalprogplan.2006.08.007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, abr. 2007.

HOYT, A. 2004 . “ Propriedade do consumidor nas economias capitalistas: Abordagens da teoria para a cooperação do consumidor ”. Em *Cooperativas e desenvolvimento local: teoria e aplicações para o 21 st Century* , Editado por: Merret, CD e Walzer, N. 265 - 286 . Nova York, NY : ME Sharpe . [Google Scholar]

HURTADO, ALBA Zoraida Vargas, Evaluación del Empoderamiento en un Grupo de Jóvenes de Vélez, Santander, Dissertação de mestrado. Universidad Nacional Abierta y a Distancia – UNAD, Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades, Maestría en Psicología Comunitaria, Vélez, 2021

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e TIRIBA, Lia. “Economia Popular” In: CATTANI, A. D. (ORG). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz. 2003.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pnCDBh88LDqWwDTx9pGK39h/abstract/?lang=pt.>>
Acesso em: 10 abr. 2022.

LEBOUTTE, Paulo. *Economia Popular Solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LIEBSCHER, Peter. Quantity with quality ? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master’s program. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring 1998.

LIMA, José Raimundo O. *A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável*. Salvador: PPGEduc/UNEB, 2010.

LISBOA, Tereza Kleba.; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. Revista Katalysis, Florianópolis, n. 1, jan. 2005

MAJEE, W. e Hoyt, A. 2009 . Construindo a confiança da comunidade por meio de cooperativas: um estudo de caso de uma cooperativa de assistência domiciliar de propriedade de trabalhadores . Journal of Community Practice , 17: 444 – 463 . [Taylor & Francis Online],

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAYO, M., & Craig, G. (Eds.) (1995). Community Empowerment: A Reader in Participation and Development. London: Zed Books

MENEZES, Antônio. Cooperativa de crédito: o que é e quais seus benefícios. Brasília: Stilo Grafica, 2004. ISBN 8589066045

MILL, John Stuart. A liberdade. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2000.

MILLETT, R. (1996). Avaliação de empoderamento e a Fundação WK Kellogg. DentroDM Fetterman, S. Kaftarian, & A. Wandersman (Eds.), Avaliação de empoderamento: Conhecimento e ferramentas para autoavaliação e prestação de contas . MilOaks, CA: Sage.

MRUK, Christopher J. (1995). Self-esteem: Research, theory, and practice. Springer Publishing Co.

NASCIMENTO, H. M. Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP: 2000.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 2 Ago. 2020. novembro/2004

OAKLEY, P; CLAYTON, A. Monitoramento e avaliação do empoderamento. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

OCEPAR, Manual do Banco de Dados Cooperativo. Curitiba. 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Glossary of health promotion terms. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit; 1998.

PACIEVITCH, Thais. Garantia do direito à educação: reprodução e/ou emancipação social? In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR. 23 a 26 de julho, 2013. Anais [...] Curitiba, 2013.

PATTON Michael Quinn. Developmental evaluation: applying complexity concepts to enhance innovation and use. Thousand Oaks: Sage; 2011.

PEREIRA, J. R. et al. Organização da sociedade através das cooperativas de trabalho: abordagem dos problemas e perspectivas. Relatório final de pesquisa – FAPEMIG. Viçosa: UFV, 2002

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, 75: 91-99.

RAZETO, Luis. De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad nun Proyecto de Desarrollo Alternativo. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 190p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Roberto. Cooperativismo: democracia e paz: surfando a segunda onda. São Paulo: Roberto Rodrigues, 2008. RODRIGUES, Roberto. Surfando a segunda onda. Folha de São Paulo, São Paulo, 24 maio. 2008. Disponível em: . Acesso em: 14 nov. 2013.

ROPKE e PALMEIRA, Eduardo. Competitividade das exportações brasileiras de couro.

ROWLANDS, J. M. (1995). Empowerment Examined. Development in Practice, 5(2), 101-107.

ROWLANDS, J. M. (1996). Empowerment Examined: An Exploration of the Concepts and Practice of Women's Empowerment in Honduras, in Questioning Empowerment. Working with Women in Honduras (tesis de doctorado). Universidad de Durham, Inglaterra.

ROWLANDS, J. M. (1998). Empoderamiento y mujeres rurales en Honduras: Un modelo para el Ruchakul, P., Erawan, P. & Siwarom, M. (2015) Empowering communities in educational management: Participatory action research. International Education Studies, 8 (9): 65-78.

SANTANA, E. N. Motivação e Cooperativismo: a busca por uma aproximação conceitual. Trabalho de conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. A imaginária sacra colonial da Igreja de Santa Ana de Tucano e suas iconografias. In: Anais do IX Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte: em homenagem aos 200 anos da morte de Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho. Belo Horizonte, de 02 a 05 de novembro de 2014. Disponível em:. Acesso em 10 out. 2016

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Edusp. 1993

SECRET, M., Jordan, A., & Ford, J. (1999). Empowerment evaluation as a social work strategy. *Health and Social Work*, 24(2),120-127.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, [S.l.], v. 16, n. 1, mai, 2015.

SIMON, V. S. P.; BOEIRA, Sérgio Luís. Economia social e solidária e empoderamento feminino. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, p. 532-542, 2017.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. Perseu Abramo. Economia. Nacional, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (org.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
Sitientibus, Feira de Santana, n. 57: 39-45 (jul./dez. 2017)

SOLER, P., Planas, A., Cirasco-Calí, A., & Ribot-Hotas, A. (2014). Empoderamiento en la

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de comunidade e participação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TAFARODI, Romin, W.; Swann, William. B., (1995). Self-liking and self-competence as dimensions of global self-esteem: Initial validation of a measure. *Journal of Personality Assessment*, 65(2), 322–342. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa6502_8

TENREIRO-VIEIRA, Celina & Vieira, Rui. (2019). Promover o pensamento crítico em ciências na escolaridade básica: propostas e desafios. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*. 15. 10.17151/rlee.2019.15.1.3.

TRINDADE, Gilmar. A. . Entre o urbano e o rural: dilemas atuais envolvendo as relações socioespaciais e os conceitos que as representam. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2016, São Luís -MA. A construção do Brasil: Geografia, Ação política e Democracia. São Luís - MA: AGB Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2016. v. 1.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.39, n.3, pp.507-514.

VASCONCELLOS, E. M. O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

VEDANA, R. Empoderamento feminino na agricultura: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). 2020, 89 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.

VEIGA, S.M.; FONSECA, I. 2002. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro, DP&A 106 p

VILLACORTA, A. E.; RODRÍGUEZ, M. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (orgs.) Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. P.45-66

VILSACK, T. (2010). Comentário das cooperativas rurais: USDA Comprometido com as cooperativas . <http://www.rurdev.usda.gov/rbs/pub/may10/may10.pdf> (<http://www.rurdev.usda.gov/rbs/pub/may10/may10.pdf>) [Google Scholar]

WALLERSTEIN, N., & Bernstein, E. (1994). Introduction to community empowerment, participatory education, and health. *Health Education Quarterly*, 21(2), 141–148. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/109019819402100202>>. Acesso em 21/06/2022.

WOOLCOCK, M. & Narayan, D. (2000). Social Capital: Implications for Development Theory, Research and Policy. *World Bank Research Observer*, 15(2), 225-251.

XABA, M. I. (2015) The empowerment approach to parental involvement in education. *Journal of Sociology & Anthropology*, 6 (2): 197-208. DOI: 10.1080/09766634.2015.11885659.

ZHANG J, Hamilton WL, Danescu-Niculescu-Mizil C, Jurafsky D, Leskovec J. Community Identity and User Engagement in a Multi-Community Landscape. *Proc Int AAAI Conf Weblogs Soc Media*. 2017 May;2017:377-386. PMID: 29354325; PMCID: PMC5774974.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DO MORADOR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL –
PLAN TERR / MESTRADO PROFISSIONAL

TÍTULO DA PESQUISA:

COOPERATIVISMO COMO FERRAMENTA PARA O EMPODERAMENTO
COMUNITÁRIO: O CASO DA COOPACT NA VILA DE TRACUPÁ, EM
TUCANO -BA

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Lucas Cauã de Souza Mota

ORIENTADOR: Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Data: ____ / ____ / ____

Número do questionário: ____ / 60

QUESTIONÁRIO DE EMPODERAMENTO COMUNITÁRIO – MORADOR

Esta breve pesquisa nos permitirá avaliar características de empoderamento comunitário relacionadas à COOPACT no distrito do Tracupá. O estudo do processo de empoderamento é essencial para o desenvolvimento das comunidades, já que pode favorecer a mobilização e a participação social, tornando os seus membros mais independentes, confiantes e com maior controle sobre os fatores e decisões que moldam suas vidas. Garantimos a privacidade das suas informações pessoais e informamos que os dados coletados serão utilizados apenas para fins acadêmicos e científicos, preservando o anonimato de seus participantes. Agradecemos antecipadamente pelo seu tempo e consideração.

I – PERFIL SOCIOGRÁFICO

Nome: _____

Endereço: _____

Tel.:() _____ E-mail: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____ Gênero: () Masculino () Feminino

Escolaridade: () Sem escolaridade () Fundamental Incompleto. () Fundamental Completo

() Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo

Renda mensal individual (nº de salários mínimos): _____

Renda mensal familiar (nº de salários mínimos): _____

Qual a origem da renda familiar do(a) sr(a) ? _____

II - COMUNIDADE E PERCEÇÃO DO EMPODERAMENTO

2.1 - Há quanto tempo você reside nesta vila?

- () Menos de 1 ano
 () 2 a 3 anos
 () 4 a 5 anos
 () 6 a 10 anos
 () 11 a 20 anos
 () 21 anos ou mais

2.2 - Você considera a cooperativa (COOPACT) importante para a comunidade? Justifique.

2.3 - Você já foi beneficiado direta ou indiretamente com algum projeto, programa ou ação realizada pela cooperativa? Caso sim, como?

2.4 - Caso more nesta vila desde antes de 2011, como você definiria a sua comunidade/vila antes e depois da presença da cooperativa?

2.5 – Quando ouve o termo “empoderamento” o que ele significa para você?

2.6 - Para cada afirmação a seguir responda com que frequência ela se aplica na sua vida ou em sua comunidade

S = Sempre; QS = Quase Sempre; AV=Algumas vezes; QN = Quase nunca; N= Nunca

Nº	Item	S	QS	AV	QN	N
1	Me sinto satisfeito comigo mesmo					
2	Tenho coragem e segurança em enfrentar compromissos					
3	Sou capaz de me posicionar em público sem medo					
4	Acredito em mim e na minha capacidade de mudar a realidade					
5	Assumo tarefas e compromissos de forma consciente e voluntaria					
6	Cumpro meu papel/função independente do lugar/contexto					
7	Sou capaz de agir de forma colaborativa com a minha comunidade					
8	Sou capaz de tomar decisões apropriadas nos momentos certos					
9	Sou disciplinado e organizado na realização de tarefas					
10	Sou capaz de analisar contextos e situações com clareza					
11	Me baseio em meu próprio critério / ponto de vista para analisar					
12	Tenho iniciativa / tomo atitudes de forma ativa e não apenas reativa					

13	Tenho liberdade para tomar minhas próprias decisões					
14	Sinto que minha fala/opinião é levada em consideração					
15	Levo em consideração a fala/opinião dos outros					
16	Me envolvo/participo de trabalhos em equipe					
17	Busco contribuir com um papel proativo no trabalho em equipe					
18	Me considero um bom comunicador/sou bem compreendido					
19	Sou capaz de promover a participação e união da comunidade ou grupo ao qual estou inserido					
20	A comunidade acolhe/recebe bem novos moradores					
21	A comunidade é solidária e tem capacidade de compartilhar recursos					
22	Sinto que pertença/faço parte da minha comunidade					
23	Tenho consciência de problemáticas que afetam a comunidade					
24	Conheço de forma geral minha comunidade					
25	Conheço bem os serviços e recursos utilizados na comunidade					
26	Conheço os diferentes agentes e organizações da comunidade.					
27	Minha comunidade tem capacidade de se organizar					
28	Informações importantes são compartilhadas dentro da comunidade					
29	Minha comunidade tem capacidade de responder a diferentes problemas/contextos					
30	Minha comunidade tem capacidade de trabalhar com parcerias					
31	Participação nas decisões que envolvem a comunidade					
32	Existem espaços para participação dentro da comunidade					
33	Existem líderes com capacidade de influenciar os membros da comunidade a tomar ações em questões importantes					
34	Acredito ter melhorado os meus próprios conhecimentos ou capacidades					
35	Sou capaz de contribuir para melhorar a capacidade/situação dos demais					
36	Sou capaz de avaliar situações e contextos que afetam a mim e minha comunidade					
37	Estou ciente da importância de avaliar situações e contextos que					

	afetam a mim e minha comunidade					
38	Sou capaz de avaliar a mim mesmo					